

PRINCÍPIOS

TEM ELLEFANTE QUE INCOMODA MUITO MAIS!

O plano de privatização
em curso,
por orientação do FMI,
ameaça as
bases do progresso



PRINCÍPIOS

Revista Teórica
Política e de
Informação

**Diretor e
Jornalista Responsável**
João Amazonas

Editor
Rogério Lustosa

Conselho Editorial
Aldo Arantes
Bernardo Joffily
Fernando Pupo
Haroldo Lima
Helena de Freitas
Jô Moraes
Jorge Bermudes
José Reinaldo de Carvalho
Luís Fernandes
Luís Paulino
Luiz Manfredini
Madalena Guasco
Olival Freire Jr.
Pedro de Oliveira
Umberto Martins
Walter Sorrentino

Colaboradores
Irasson Cordeiro Lopes
Agenor Silva
Altamiro Borges
Ana Maria Rocha
Ary Normanha
Carlos Pompe
Clóvis Moura
José Carlos Ruy
Loreta Valadares

Edição de Arte
Pedro de Oliveira

Revisão
Sueli Scutti

Diagramação
Adélia Cukauskas

Neste número colabora ainda
Eduardo

**Administração, Distribuição
e Assinaturas**
Divo Guisoni

Editoração Eletrônica
Compuart - (011) 36-0412

**Publicação da
Editora Anita Garibaldi Ltda.**
Rua dos Bororós, 51 - 1.º andar
São Paulo - SP
Tel.: (011) 278-3220

I N D I C E

O governo Collor quer fazer crer que o moderno é o antigo bem esquecido. Na verdade, promete o liberalismo - superado pelo próprio capitalismo - para obter a submissão completa aos Estados Unidos.



A CONQUISTA DO PASSADO	3
O BRASIL NA NOVA ORDEM Aldo Rebelo	4
NEOLIBERALISMO E GOVERNO COLLOR Aldo Arantes	9
PLANO DE PRIVATIZAÇÃO DO GOVERNO Luis Marcos Gomes	15
“MANEIRAS MODERNAS” DE SAQUE IMPERIALISTA Dilermando Toni	21
CAPITALISMO: UM REGIME MARCADO PARA MORRER Agenor Silva	30
TEORIAS INCONGRUENTES OU CIVILIZAÇÃO IMPOSSÍVEL? J.W. Bautista Vidal	37
EVOLUÇÃO DA ESTRATÉGIA COMUNISTA NO BRASIL Luís Fernandes	45
POSTURA DE RESISTÊNCIA, RUMO REVOLUCIONÁRIO Juliano Siqueira	52
OS CONGRESSOS DA II INTERNACIONAL Edgard Carone	55
INDICAÇÃO BIBLIOGRÁFICA José Carlos Ruy	64
RESENHAS	74
CARTA	78

O P I N I Ã O

A conquista do passado

Enfim a liberdade... dos preços. Nisso a Comunidade constituída por Ieltsin, sobre os escombros do socialismo deixados por Gorbachov, se igualou ao mundo capitalista.

Não tem sido fácil, no entanto, apesar de décadas de esforços dos Krushov, Brejnev e Gorbachov, restaurar plenamente as mazelas ocidentais onde antes a revolução tinha tratado de cortar pela raiz a exploração capitalista - que produz ricos e pobres, divide a sociedade em proprietários e trabalhadores, joga com as pessoas no empurra-empurra da oferta e da procura.

Mas já se noticia o desemprego em marcha acelerada. E os aposentados, ao fim de uma vida de trabalho, já recebem - à semelhança dos nossos - um salário que não permite comprar um quilo de carne.

A semelhança com o Brasil, e também com os Estados Unidos, se faz sentir inclusive na onda de desesperança e frustração revelada em pesquisas de opinião. Soviéticos e brasileiros foram, cada um a seu modo, vítimas da conversa de um Salvador da Pátria. Collor e Gorbachov usaram e abusaram da mídia para entorpecer as mentes e orientar seus povos contra o progresso. Aqui, o falso brilhante que serviu como engodo foi chamado de Primeiro Mundo. Lá, tragicamente, de Liberdade.

Liberdade de comércio e liberdade de disputar - num patamar, ricos contra ricos, para ver quem explora melhor os despossuídos, noutro, pobres contra pobres, por uma vaga na empresa onde lhes arrancarão a mais-valia. Liberdade de expressão para os donos do capital e dos meios de comunicação - instaurada simbolicamente muito esclarecedora, com a proibição do Partido que levava o nome de Comunista - não pelo que se tornou, mas pelo que já foi; expressão da vontade, da consciência e da opinião de quem trabalha, Liberdade burguesa, capitalista, inimiga irreconciliável da outra, proletária, socialista.

A primeira, das classes dominantes exploradoras, depois de 600 anos de exercício, só favorece porcentagem ínfima da população do globo. A liberdade socialista, ainda na infância, foi golpeada pelos ataques brutais dos inimigos e por distorções que seus próprios construtores permitiram na abordagem das primeiras experiências de sua implantação. Mas, além de interessar à imensa maioria, é a única que, no fundo, abre caminho para uma nova existência no planeta.

Nesses tempos conturbados, não é fácil perceber estas coisas, aparentemente tão simples. A manipulação das emoções, o peso fabuloso da mídia, os tropeços da revolução, turvam a mente de enorme contingentes. Nunca foi, portanto, tão grande o papel do conhecimento científico da sociedade e de suas leis. E a importância da luta teórica e ideológica.

Descuidar do estudo do que já se produziu e, sobretudo, de desvendar novos caminhos da teoria, é condenar-se a seguir a onda da propaganda burguesa, leva ao pessimismo e até à capitulação, impõe-se a busca do saber como orientou Marx, não apenas para explicar o mundo, mas para mobilizar as forças capazes de transformá-lo.

Um último detalhe: a liberdade de preços, tornou-se há muito obsoleta mesmo no capitalismo. Ao entrar na fase monopolista, este sistema deformou a competição do mercado e colocou os preços sob tutela das grandes corporações. Triste notícia, para quem queria vender a CEI como novidade.

O BRASIL NA NOVA ORDEM

(O CAÇADOR E O LEÃO FAMINTO)

ALDO REBELO

*O discurso ideológico dos governantes
dirige-se contra o
Estado-Nação: segue a receita de Brzezinski
que dá mais valor aos
bancos e corporações multinacionais*

No início dos anos 70, o cidadão polonês naturalizado norte-americano Zbigniew Brzezinski já era um renomado especialista em Política Internacional. Antes de tornar-se conselheiro do Governo Carter para Segurança Nacional, Brzezinski foi o cérebro de um seletivo grupo de intelectuais e empresários que se pôs a imaginar um cenário mundial mais favorável aos Estados Unidos, atolado na Guerra do Vietnã e acossado por movimentos de libertação na África, Ásia e América Latina.

Daí saiu a chamada Trilateral, iniciativa das grandes Potências industriais do Ocidente destinada a uma nova ordem mundial em torno do Eixo Washington - Berlim - Tóquio. Os cérebros da Trilateral planejavam estrangular seu grande adversário - o bloco soviético - não através de uma guerra nuclear de extermínio, nem num conflito regular de proporções até então inimagináveis. Brzezinski via longe: tinha noção do atraso tecnológico da URSS e de que o inimigo não suportaria uma corrida armamentista que significasse inversões cada vez maiores no complexo industrial-militar em detrimento da qualidade de vida do povo. A trilateral não contava quebrar o inimigo numa guerra, mas através da própria arma fornecida por Kruchov e que fora um dos marcos da ruptura soviética com o caminho revolucionário: a competição pacífica com o Imperialismo. Por fim o bloco soviético seria atraído para a esfera ocidental.

Desmembrado o império soviético, suas partes seriam incorporadas à nova ordem mundial na mesma divisão de interesses de Alemanha, Japão e Estados Unidos. A nova geografia internacional seria baseada na hegemonia militar norte-americana, que zelaria para que nenhuma outra nação ousasse alterar o

status estabelecido. Os turbulentos acontecimentos da URSS e do Leste europeu subverteram o espetáculo e transformaram os protagonistas em espectadores. A partir daí Washington viu-se no pódio do universo, tendo a seu lado Tóquio e Berlim, a contemplar um mundo por ser conquistado. Era só tocar no plano já traçado. Moscou era o inimigo que não mais existia.

As economias do chamado terceiro mundo, inclusive da América Latina, passariam por um estágio de subordinação ainda maior ao esquema dos três blocos, na condição de economias dependentes, complementares e integradas. Dependentes, a partir do controle de tecnologia e de capital exercido de fora; da exportação da matéria-prima e da abertura do mercado para a colocação de produtos industrializados dos países centrais. Complementares, porque desenvolveriam uma certa industrialização especializada e complementar às necessidades do chamado Primeiro Mundo. Exemplo: papel celulose, aço e petroquímica no Brasil; cobre, pescado e frutas no Chile; couros no Uruguai. Essas indústrias dependeriam sempre do mercado externo, sujeito a taxas alfandegárias, sobretaxações e outras medidas protecionistas da parte dos países exportadores.

De 1987 até 1990, por exemplo, vários produtos brasileiros foram sobretaxados nos EUA (papel, suco de laranja, calçados), em retaliação à reserva de mercado para a informática e a não adoção de uma nova Lei de Patentes. Integradas, para melhor garantir a circulação dos produtos dos oligopólios e o controle destes sobre as economias dos países dependentes. A integração do Canadá e México ao mercado norte-americano e a criação do Mercosul for-

mado por Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, marcam a criação dos grandes mercados continentais aqui, sob a liderança dos Estados Unidos.

Collor eleito como chefe de uma seita neoliberal a serviço da nova ordem mundial



A nova situação mundial fez saltar para o primeiro plano os adeptos da seita neoliberal. Collor ganhou a eleição presidencial de 1989 emoldurando seu discurso no binômio abertura de mercado - privatização, além é claro, do combate à inflação. O Brasil visto por Collor é um país fechado ao mundo, a despeito de enviar para o exterior nas últimas três décadas mais de duzentos bilhões de dólares a título de pagamento da dívida externa; do povo consumir medicamentos fabricados por laboratórios norte-americanos e europeus e ver televisão em aparelhos de marca japonesa. Segundo a lógica collorida, o Estado deve sair da atividade econômica desfazendo-se das empresas estatais.

Nos momentos de encruzilhada histórica dos povos surgem, às vezes simultaneamente, os heróis e os canalhas. Nesta seqüência já se sucederam Zumbi e Domingos Jorge Velho; Tiradentes e Silvério dos Reis; Prestes (o da coluna) e Filinto Müller, entre outros. Uns, emergem das camadas avançadas do povo ou são forjados no crepitar revolucionário das multidões, reconhecidos nos momentos de mais elevado nível de consciência das massas. Estes são os heróis. Outros, são urdidos nas tramas das elites, cavalgam a ignorância e o preconceito de parcelas do povo, brotam aparentemente do nada, não defendem propriamente uma causa, embora ordinariamente sirvam às piores. Estes são os canalhas. De tal matéria-prima constituiu-se o Governo do Brasil nestes tempos de aflição.

O discurso ideológico dos governantes volta-se contra o Estado - Nação, acusado de responsável pelos males que nos afligem. Mas o "Moderno" Collor não passa de submisso executor do que prescrevera Brzezinski: "o Estado - Nação, enquanto unidade fundamental na vida organizada do homem, deixou de ser a principal força criativa: os Bancos internacionais e corporações multinacionais planejam e atuam em termos que levam muitas vantagens sobre os conceitos políticos do Estado - Nação".

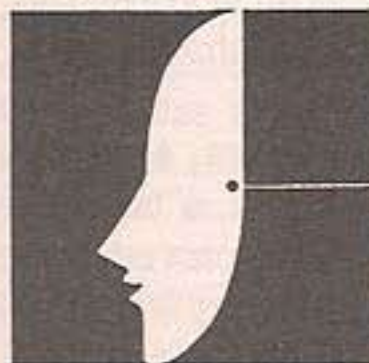
Ontem, os traficantes de especiarias a serviço de Estados fortes massacravam povos tribais da África e América, que por não conhecerem o Estado nada puderam além de uma resistência heróica. Hoje, Bancos e corporações representando poderosos Estados - Nação agem contra povos aos quais não reconhecem o direito à soberania Nacional. As visitas do sr. Camdessus e os computadores da IBM nos trarão

mais felicidade do que trouxeram aos índios as caravelas dos srs. Colombo e Cabral?

Em seu relatório de 1988 sobre o progresso sócio-econômico na América Latina na área de ciência e tecnologia, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), assim abria o item sobre Informática: "Sem dúvida, o acontecimento regional mais importante nesse campo ocorreu no Brasil, país que adotou uma política coerente de apoio ao setor nacional da indústria de computação, reservando o segmento do mercado que considerava apropriado para a iniciativa local e no qual não existia maior concorrência das multinacionais".

"Os resultados alcançados até agora - prossegue o relatório do BID - em volume de produção, variedade de produtos e de mais modelos criados (ou adaptados) no país e o grau de integração nacional são realmente impressionantes". Ao fazer a comparação entre os países latino-americanos, o documento do BID destaca que o Brasil produzia já em 1986 seis vezes mais do que a Argentina fenciona produzir em 1992, absorve total dez vezes maior de mão-de-obra e vinte vezes maior do emprego em pesquisa e desenvolvimento na área de informática, enquanto que em relação ao México empregamos onze mil e quatrocentos profissionais de nível universitário para apenas quinhentos do país irmão.

Os Estados Unidos jamais admitiram tal ousadia em área tão sensível para seus interesses. Era preciso liquidar a reserva de mercado, o que se fez inicialmente pelo contrabando, até que em 1991 o próprio congresso Nacional, sucumbindo à pressões de Collor e Bush aprovou a Lei que põe na encruzilhada o futuro da Informática nacional. Diga-se de passagem, aliás, que o desejo do Governo e de boa parte do Congresso, era liquidar definitivamente com a indústria nacional do setor, não alcançando tal intento graças a atuação de um grupo de parlamentares que impôs limites à legislação aprovada, principalmente de proteção à produção e pesquisa no país.



Como a Usiminas deixa de ser estatal brasileira e torna-se uma estatal japonesa

Este ano o Governo enviou Projeto de Lei ao Congresso Nacional reconhecendo Patentes em diversas áreas, cuja aprovação pode comprometer setores decisivos da pesquisa no país e abrir um mercado de bilhões de dólares ao monopólio de grandes empresas estrangeiras.

O caso das Patentes configura outro escândalo de manipulação e jogo bruto do imperialismo e do Governo Collor contra as aspirações do povo brasileiro. As multinacionais, principalmente do setor farma-

cêutico, que já dominam 85% do mercado nacional desejam através das patentes aumentar ainda mais a espoliação sobre o país. A primeira consequência naturalmente, seria o imediato encarecimento do preço dos medicamentos.

O Brasil registrou um milhão de casos de malária em 1989 e seis milhões de mal de chagas. Treze milhões de leishmaniose em 1990, vinte milhões de esquistossomose, seiscentos mil de lepra. As multinacionais importam 70% dos fármacos e não investem no Brasil em pesquisa e desenvolvimento.

Em memorando enviado ao INPI (Instituto Nacional de Propriedade Industrial) em 1990, a Associação das Indústrias de Papel e Celulose pedia providências ao Governo para o caso das retaliações norte-americanas que já davam prejuízos de centenas de milhões de dólares ao setor. O memorando reivindicava do Governo brasileiro urgência na mudança da Lei sobre Patentes e dizia o motivo: a retaliação era fruto da pressão dos laboratórios farmacêuticos norte-americanos que se sentiam prejudicados pelas normas vigentes sobre patentes no Brasil.

É muito provável que antes de chegar ao Congresso Nacional, a proposta do Governo tenha sido discutida com o *lobby* das multinacionais de medicamentos que acompanha cada passo do debate sobre a Lei nas Comissões da Câmara, tendo sempre por perto um ou mais funcionários da Embaixada dos EUA.

Depondo na Comissão Especial da Câmara dos Deputados que analisa o caso das patentes, o empresário Laerte Setúbal defendeu a adoção de mudanças na legislação a partir do argumento de que no ano dois mil o comércio mundial compreenderá 95% de serviços e apenas 5% de mercadorias, quando hoje é de 47% de serviços e 53% de mercadorias, e já foi 5% de serviços e 95% de mercadorias no início do século. Questionado se esta não seria a razão para a mudança proposta ser colocada em dúvida, Setúbal respondeu que não se tratava de uma questão de razão, mas de força no cenário mundial. Cnicamente o empresário concluiu com a fábula do lobo e do cordeiro, na qual o primeiro sempre encontra um motivo para devorar o segundo.

A mudança na Lei da Informática, a pressão para alterar a legislação sobre patentes, a exigência da quebra do monopólio estatal do petróleo estabelecido na Constituição, indicam uma intensificação na agressividade da política imperialista. É cada vez maior a subordinação de nossa ordem jurídica aos interesses internacionais. Informática, patentes, monopólio do petróleo, caíram como raio em céu azul no Congresso Nacional ditados por vontade estranha às preocupações do povo brasileiro.

Hoje não restam mais dúvidas de que a Usiminas deixou de ser uma Estatal brasileira para se transformar numa Estatal japonesa. A transferência da forma como se realizou contrariou até as normas de conduta do aprendiz de capitalista Paulo Honório,

personagem do romance São Bernardo de Graciliano Ramos, que fala de coisas certas na vida que dão prejuízo e de coisas erradas que dão lucro. Collor e Modiano fizeram com a Usiminas a coisa errada que dá prejuízo. Terminado o leilão pouco mais de dois salários mínimos entraram em dinheiro vivo nos cofres do Governo, o resto foi moeda podre na negociata do século.

Aquilo de que se desconfiava antes da venda da Estatal comprovou-se logo em seguida. Era irrefutável que a Nippon Steel não só acertara o acordo de acionistas para a compra da empresa, como adquirira controle sobre sua diretoria.

A privatização das subsidiárias da Petrobrás - Petrofértil e Petroquisa obedece ao mesmo receituário: privatização combinada com desnacionalização. A tragédia dessa história é que longe de aproximar o Brasil do Primeiro Mundo como demagogicamente apregoa o presidente da República, a venda das empresas retira o Brasil do mercado internacional, no qual atua com marca própria. A partir do momento em que os monopólios internacionais controlem nossa indústria petroquímica, adeus mercado internacional. Depois desse momento nossa presença se subordinará às necessidades e condições impostas por quem detém não apenas o mercado, mas também as empresas que eram nossas.

Os rumos para a privatização da Petroquisa e Petrofértil cumprem à risca os conselhos do consórcio suíço - norte-americano CS/First Boston em documento intitulado "Petrobrás - Strategy for Privatization", que circulou amplamente no Congresso depois de vazar de órgãos governamentais. O CS/First Boston oferece o organograma completo para o esquarteramento da Petrobrás.



**Doutrina Macnamara
transforma
Forças Armadas da
América
Latina em milícias**

Como numa guerra o inimigo faz um movimento em pinça. O primeiro movimento atinge o parque produtivo estatal, desindustrializa, privatiza e desnacionaliza, liquidando a capacidade de ataque do adversário. O outro movimento abre o mercado, entra com produtos e serviços, e a defesa está destruída.

A imagem acima, porém, não substitui, mas pressupõe uma doutrina militar para a nova ordem mundial. Dela se encarregou o ex-secretário de defesa dos EUA e ex-presidente do Banco Mundial, Robert Macnamara em trabalho intitulado "O Mundo do pós-guerra fria e suas implicações para as despesas militares nos países em desenvolvimento". Aliás, Macnamara fez ampla exposição de sua doutrina em entrevista que concedeu à revista *Veja* este ano.

A doutrina consiste na substituição das Forças Armadas Nacionais por milícias adestradas para tarefas internas, mas sem vocação para o exercício da defesa do país em caso de agressão externa. Segundo esta teoria, as Forças Armadas da América Latina atuam no combate ao narcotráfico, na defesa da ecologia e na repressão aos conflitos sociais. Um Exército internacional sob o controle da ONU (do tipo que interveio no Iraque) cuidaria da segurança entre as nações.

O FMI e o Banco Mundial são utilizados como instrumento de pressão para que se promovam cortes nos orçamentos militares nos países em desenvolvimento. O ex-presidente norte-americano Jimmy Carter já sabia em 1976 as razões da preocupação com os exércitos do terceiro mundo: "é muito provável que num futuro próximo o problema da paz e da guerra estará mais ligado aos problemas econômicos entre Norte-Sul, do que aos problemas de segurança militar entre Leste-Oeste, que dominaram as relações internacionais desde a Segunda Guerra".

O Brasil merece consideração especial no mundo redividido. Nossa economia não pode ser comparada à economia chilena ou mesmo argentina. Temos um parque industrial razoavelmente diversificado e competimos com a indústria norte-americana em áreas específicas do mercado internacional. Além disso, o Brasil tem quase 150 milhões de habitantes, vastos recursos minerais e um imenso território. As Forças Armadas brasileiras são quase auto-suficientes em armamentos exigidos num conflito regular. O país comporta elementos de intranquilidade para os que querem reinar como senhores absolutos do planeta.

Em defesa dos nossos índios vêm os que cultivam entre seus heróis Búfalo Bill e o General Custer, exterminadores de índios em sua própria terra. Os mesmos que empestearam as florestas do Vietnã com agente laranja surgem, hipócritas, defensores de nossas matas. Causas tão nobres repudiam os serviços de tão maus advogados.

A última passagem do diretor gerente do Fundo Monetário Internacional - FMI pelo Brasil, revelou o grau de cumplicidade do governo e dos políticos das classes dominantes diante da ação devastadora promovida pela orientação do Fundo no país. Antes mesmo de chegar Michel Camdessus anunciava em Montevideu que o Brasil adotaria o Plano Cavallo, referência ao Ministro da Economia Argentino, Domingo Cavallo, carrasco dos trabalhadores, pai do Plano que dolarizou a economia do país, liquidou com a legislação sindical e trabalhista e colocou pá de cal na incipiente indústria da nação vizinha.

Pois bem. Chegando ao Brasil Camdessus comportou-se como verdadeiro xerife em terra sem lei. Jantando com líderes partidários do Congresso Nacional o interventor do FMI na economia brasileira cobrou dos parlamentares a aprovação da Reforma Tributária que fornecerá em 1992, uma receita líquida de doze bilhões de dólares para os banqueiros seden-

tos de sangue, enquanto o país prevê crescimento zero, arrocho salarial, desemprego e recessão.

Do Brasil Camdessus voou para Cartagena em avião da Força Aérea Brasileira. Ao saber que encontraria o presidente brasileiro na Colômbia, suprema humilhação, Camdessus mandou vir de Washington e fez incorporar à Delegação o chefe da Divisão do Atlântico Sul do FMI, José Fajgenbaum, o mesmo que meses antes Collor literalmente expulsara do país por fazer exigências descabidas de mudança em nossa Constituição. Camdessus fez Collor receber Fajgenbaum e este, caprichoso, anotou palavra por palavra o que disse na conversa o presidente brasileiro. Collor sofre do que Frantz Fanon classificou de complexo de rejeição dos colonizados. Fajgenbaum que o diga.



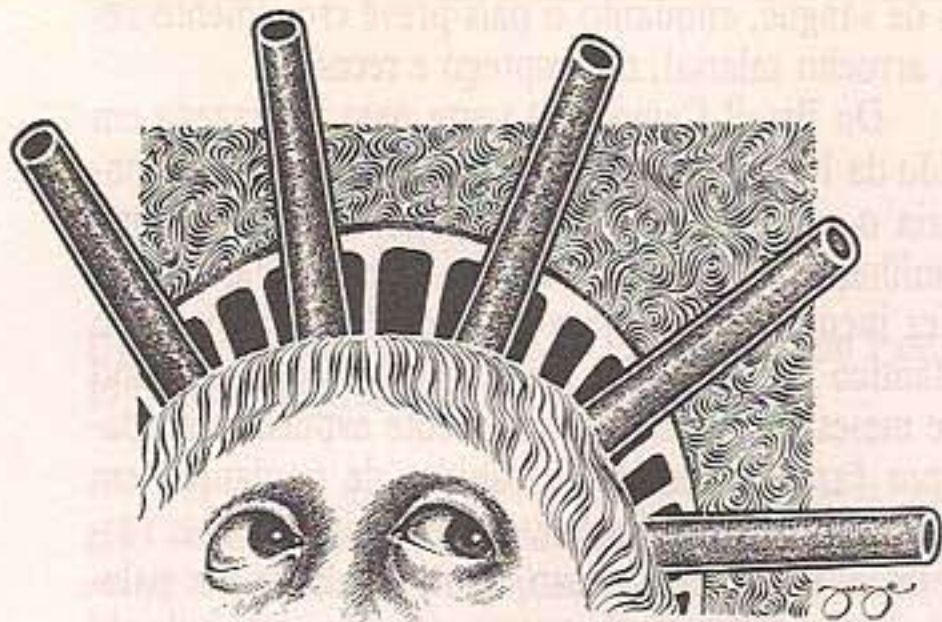
**General que se rende
não redige
a carta de rendição.
O FMI ditou
a carta para Collor**

Em Cartagena, Collor fez de conta que entregava a Camdessus a Carta de Intenções ao FMI. General que se rende não redige declaração de rendição. Camdessus levou a Carta a Collor e este simplesmente comprometeu-se a mergulhar o país na recessão por mais dois anos, arrochar os salários dos trabalhadores, realizar um superávit primário de 3% - volume de recursos que deverá sobrar da arrecadação antes do pagamento dos juros externos e internos. Isso equivale a comprimir três tipos de despesas essenciais: o pagamento dos salários do funcionalismo, os gastos de custeio da máquina pública e os novos investimentos estatais.

A propósito, a *Gazeta Mercantil* noticiava em 31.10.91: "exportações para a América Latina dão força extra à economia dos EUA". Dias antes a mesma descoberta fora revelada pelo *The New York Times*, ou seja, os EUA estavam exportando sua recessão para os recém-abertos mercados latino-americanos, inclusive o brasileiro.

Quando desembarcou no Brasil, no dia 22 de outubro passado, o chanceler alemão Helmut Kohl trazia em sua agenda as tradicionais exigências dos credores brasileiros e a pressão das indústrias farmacêuticas alemãs pela modificação do nosso Código de Propriedade Industrial, leia-se Lei das Patentes.

Dias após a visita de Kohl, o FMI realizou sua Assembléia Geral em Bangcoc, na Tailândia. Na reunião, a poderosa Alemanha foi acusada dos mesmos "crimes" imputados aos eternos réus do Terceiro Mundo. Os auditores do Fundo denunciaram os alemães por manterem elevado seu déficit orçamentário, reajustarem salários sem correspondente aumento da produtividade, subsidiarem estatais falidas, facilitando a alta inflacionária.



Nem tudo o que vale para Brasília, Buenos Aires, Bagdá ou Manila é aceito em Washington, Berlim e Tóquio. Os pastores do mundo se unem para tosquiar ovelhas, mas brigam ao repartir a lã.

Na Alemanha, carros desfilam com adesivos denunciando os japoneses por tomarem empregos de trabalhadores alemães exportando seus automóveis. Em Washington, em 1989, já se achava o perigo japonês maior que o soviético. Cada vez mais setores da sociedade norte-americana recriminam os japoneses acusados de falsos, aéticos e pretendentes a donos do mundo.

Tóquio dá o troco. Shintaro Ishirara, ilustre membro da Dieta (Parlamento) e destacada figura do Partido Liberal Democrata (no Governo do Japão) escreve um livro - *O Japão que sabe dizer não* - para desancar os EUA por terem jogado a bomba atômica sobre os japoneses e exercerem uma liderança artificial no mundo, a qual, no entender de Ishirara cabe aos japoneses.

Akio Morita, o magnata da Sony, conta em sua autobiografia uma fábula escandalosa para descrever o possível desfecho da guerra comercial travada entre EUA e Japão. Dois caçadores - um japonês e um americano - encontram na floresta um leão faminto. O japonês imediatamente sentou no chão e começou a calçar seus sapatos de corrida. "Se você pensa", disse o americano, "que pode correr mais que um leão faminto, você é um bobão". "Eu não preciso correr mais que um leão faminto", respondeu o japonês. "Só preciso correr mais do que você". E ainda há entre nós estúpidos e ingênuos que se imaginam carregados nas costas por caçadores americanos e japoneses.

"O seu futuro é duvidoso. Eu vejo grana, eu vejo dor". Como diz Cazuzu



Os defensores da Nova Ordem não contavam, porém, encontrar reforços de última hora. De dentro das correntes progressistas surgem vozes entoando can-

ntos de louvor ao mercado e ao lucro. Os neoliberais batem palmas e pedem bis. O Deputado José Genoíno vai à *Folha de São Paulo* e declara rompido seu caso mal resolvido com o marxismo. Depois de perambular pelos descaminhos de uma falsa ortodoxia Genoíno decide repousar à sombra do liberalismo mais vulgar, como se uma direita neoliberal exigisse como contraponto uma esquerda neoliberal.

Na sua ofensiva o neoliberalismo captura parcelas da esquerda para o centro e empurra contingentes do centro para a direita. O ex-presidente da UNE, José Serra, aparece e reaparece como preferido de banqueiros e potentados para dirigir a economia do país. O canto do economista e deputado tucano encanta as platéias empresariais e recebe flertes de outros tantos cristãos novos do capitalismo. A Social-Democracia tardia do PSDB (honrosas excessões sejam feitas) perdeu-se adolescente nos braços da grande burguesia, longe da radicalidade reformista das massas que sua matriz européia tão bem expressou e manipulou no começo do século.

No Brasil e no mundo a Nova Ordem transpira terror e ódio. Suas expressões mais recentes são o massacre de milhares de iraquianos pela tecnologia da morte, a guerra fratricida da Iugoslávia e a onda neonazista que vem da Europa. As gerações nanicas de famintos nordestinos, o extermínio de crianças e a prostituição de quinhentos mil menores descrevem a face nacional desse horror.

Os africanos, escravos de quantas gerações vagando perdidos no continente tórrido; povos árabes caminham na miséria sobre petróleo, a maior riqueza da terra; na América Latina, afunda na pobreza o continente que cobriu de ouro e prata o velho mundo; por toda a parte, proletários no sentido lato padecendo a fome, a angústia e o desespero. Há lugar para eles no mercado? Não - dirão os mercadores - há muito nos proibiram de comprar e vender gente.

Os oprimidos só encontrarão esperança na subversão dessa ordem perversa. Os grilhões que prendem os "condenado da terra" serão partidos pela união e luta dos que não suportam mais viver despojados de direitos e liberdade. O povo brasileiro faz parte desse imenso exército internacional que aspira a um mundo livre e justo. ■

ALDO REBELO - Jornalista, deputado federal pelo PCdoB - SP.

BIBLIOGRAFIA

1. Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). *Progresso Sócio-Econômico na América Latina, Relatório de 1988*, Parte especial: Ciência e Tecnologia.
2. ASSMAN, Hugo. Santos, Theotônio; Chomsky, Noam; *A Trilateral Nova Fase do Capitalismo Mundial*, Vozes.
3. ISHIRARA, Shintaro. *O Japão Que Sabe Dizer Não*. Siciliano.
4. MORITA, Akio. *Made In Japan*. Livraria Cultura Editora.
5. RIBEIRO, Darcy. Segunda Fala ao Senado.
6. Jornais: *Gazeta Mercantil*, *Folha de São Paulo*, *O Estado de São Paulo*.
7. Documento: *Em defesa da nação brasileira aviltada pelo governo Collor* - Partido Comunista do Brasil.

NEOLIBERALISMO E GOVERNO COLLOR

ALDO ARANTES

A Carta de Intenções do governo Collor ao FMI e o Plano de Reconstrução Nacional espelham a adesão total ao receituário neoliberal, profundamente antinacional

O ressurgimento das velhas idéias liberais, sob o manto da “modernização conservadora”, se dá em decorrência da crise do sistema capitalista mundial. Após mais de vinte anos de crescimento (45/71) o sistema capitalista entrou num período de diminuição de suas taxas de incremento da produção, com uma forte redução do processo de acumulação capitalista.

Segundo dados do Banco Mundial o crescimento do PIB nos países desenvolvidos caiu de 5% entre 60-70 (média) para 2,3% entre 80-90. Esta situação abriu espaço para o surgimento do neoliberalismo, saída da grande burguesia para a crise.

O pensamento neoliberal tem como núcleo de suas idéias a crítica ao papel do Estado na economia e a defesa da economia de mercado, sob o lema “menos Estado, mais mercado”.

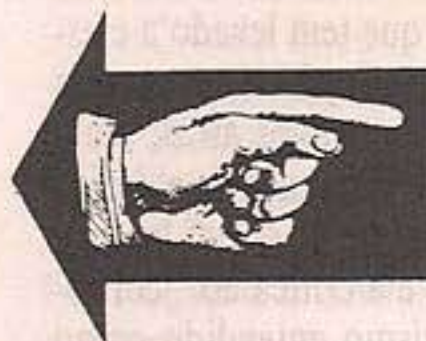
Para atingir tal objetivo prega a desregulamentação da economia e a privatização das empresas estatais.

No entanto o pressuposto do neoliberalismo é falso. No capitalismo de hoje já não existe a economia de mercado pura, nem a livre concorrência total. Ela é limitada pelo monopólio e pela intervenção do Estado. Lênin já falava em sua obra “O Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo”, que a concentração da produção engendra, em determinado grau de seu desenvolvimento, o monopólio.

Nestas condições, a tal regulamentação da economia de mercado, na realidade, representa a lei do mais forte. Significa deixar o caminho livre para os monopólios agirem sem qualquer limitação, dominando as economias mais débeis.

O discurso neoliberal de retirada do Estado da atividade econômica não corresponde aos fatos. Ele

esconde uma redefinição do papel do Estado na atividade econômica, em que este já não age diretamente no processo produtivo, mas cumpre o papel de repassador de recursos para o setor privado através de um conjunto de medidas como as isenções fiscais, os subsídios, a política monetária, fiscal e salarial. Portanto, o Estado continua interferindo sobre o “livre mercado”.



O Estado continua repassando recursos para o setor privado de várias formas

Os neoliberais, voltam-se, também, contra o Estado do bem-estar. Este surgiu como alternativa da burguesia para atenuar as contradições sociais nos países capitalistas e evitar o crescimento das idéias socialistas. Ele se expressou sobretudo através da social-democracia. Hoje, diante da crise do capitalismo e da derrocada do socialismo, os capitalistas voltam-se contra os investimentos na área social, por considerá-los improdutivos. A palavra de ordem é o lucro máximo, independente das conseqüências sociais.

O desenvolvimento científico e tecnológico e o atual estágio de desenvolvimento do capitalismo conduziram a uma socialização da produção, sem precedentes. Isto impõe uma nova divisão internacional do trabalho e a necessidade de um desenvolvimento mais integrado entre as economias nacionais.

Esta maior interdependência entre os países tem levado os neoliberais a defenderem a necessidade da

10

superação das barreiras nacionais. Falam em soberania limitada. François Mitterrand chegou a defender a soberania limitada do Brasil sobre a Amazônia. Chegam mesmo a falar na superação dos estados nacionais.

Na realidade, o que pretendem é a completa internacionalização da economia com a total submissão dos países em desenvolvimento às economias centrais. A propaganda em torno da supressão das fronteiras nacionais visa desarmar os povos na defesa dos seus interesses.

O documento do Comitê Central do PCdoB intitulado "Em Defesa da Nação Brasileira Aviltada pelo Governo Collor" afirma que "propugnando uma nova ordem, os imperialistas tentam liquidar as barreiras nacionais dos países do chamado Terceiro Mundo, a fim de apossar-se de suas riquezas, controlar totalmente suas economias".

Aspecto decisivo da política neoliberal se relaciona com os salários. Falando sobre o assunto Suzanne Brunhoff, em seu livro "A Hora do Mercado Crítica do Liberalismo", afirma que "manter o rigor para os assalariados e restaurar a rentabilidade das empresas (mesmo que a queda desta última não seja o efeito de salários elevados demais), seria a saída liberal para a crise, como mostrou a retomada americana de 1983-1984". Em outro trecho de sua obra ela demonstra que são os salários que "em parte pagam os custos da saída da crise".

A grande burguesia cria condições para vulnerar o mais possível o poder de barganha da classe operária em sua luta por melhores salários. Utiliza desde a "chantagem do emprego" que tem levado a classe operária dos Estados Unidos e Japão a concessões consideradas inimagináveis a alguns anos atrás, até à "modulação salarial", ou seja a diferença de salários entre os trabalhadores, como forma de dividi-los.

Outra arma da burguesia é a crítica ao "corporativismo". Não ao corporativismo entendido como a luta meramente reivindicatória, econômica, sem sua articulação com a luta política, pela construção de uma nova sociedade. Mas sim a crítica contra as conquistas dos trabalhadores com maior nível de organização. Nesta ofensiva ideológica a burguesia tem voltado o alvo de suas críticas à "nocividade dos Sindicatos" por considerar que eles criam "situações de privilégio" entre os operários mais organizados. A ofensiva é toda no sentido de domesticar a classe operária. Por sinal os modernos meios de comunicação têm jogado importante papel na despolitização e desmobilização dos trabalhadores.

Escrevendo sobre o neoliberalismo o professor italiano Giuseppe Vacca em artigo intitulado Estado e Mercado, Público e Privado afirmou "estão em jogo interesses de classe evidente quando se propõe 'menos Estado, mais mercado'. A fórmula aparentemente neutra, esconde uma verdade política elementar. De fato, o liberalismo nada mais é que um progra-

ma de distribuição de renda e do poder com vantagem para os mais fortes".



Retirar o Estado da atividade produtiva e deixar campo livre para multinacionais

O governo Collor é a expressão brasileira do projeto neoliberal, de conteúdo antinacional e antipopular. O chamado Plano de Reconstrução e a Carta de Intenções dirigida ao FMI sintetizam esta política.

- Repetindo o receituário neoliberal o Projeto de Reconstrução Nacional fala da necessidade de "mudança significativa na natureza do Estado e das suas formas de atuação. O que se propõe é um Estado menor, mais ágil e bem informado" e que a "tarefa de modernização da economia terá na iniciativa privada o seu principal motor".

O Estado tem jogado papel destacado no desenvolvimento sobretudo nos países do chamado Terceiro Mundo. Isto porque as burguesias locais não dispõem de recursos suficientes para grandes investimentos e nem estão interessadas em empreendimentos dispendiosos e de retorno demorado como a foi a implantação da indústria de base no país. Hoje o Estado deve continuar jogando papel fundamental no desenvolvimento de setores estratégicos da economia tais como a energia, siderurgia e os setores de ponta da economia tais como a informática, a biotecnologia e a mecânica fina. Todavia, a participação do Estado na atividade econômica tem sido um obstáculo ao controle mais efetivo das economias dos países em desenvolvimento, pelas multinacionais. Daí esta ofensiva contra o papel do Estado na atividade produtiva e contra as estatais.

Na verdade, a retirada do Estado da atividade econômica é uma falácia. Não há como conduzir a economia moderna sem a sua participação. O que a grande burguesia pretende é retirar o Estado da atividade produtiva, abrindo campo para as empresas estrangeiras. Por outro lado, pretende que este encontre novas formas de atuação para assegurar maior lucratividade do capital.

O Projeto de Reconstrução Nacional fala que o Estado brasileiro recuperará sua dimensão de "promotor do bem estar social" e que ele deveria dedicar-se à saúde, educação e infra-estrutura. Aqui o discurso collorido entra em contradição com o projeto neoliberal. No entanto só nas palavras. Os fatos comprovam o contrário. O Emendão, por exemplo, teve no seu início as conquistas sociais da Constituinte como seu alvo preferido. Em relação à Educação o governo propôs o corte dos 18% destinados à esta área, bem como a privatização das universidades brasileiras. Esta orientação é confirmada na proposta de orçamen-

to da União para 92 onde o governo propôs gastos para a Educação da ordem de 2,97% do total dos recursos orçamentários, enquanto em 91 gastou-se 3,83%. O ridículo desta verba fica mais evidente quando se compara com os encargos financeiros da União que em 91 foram 27,43% do orçamento e em 92 deverão se elevar para 46,29%. Os recursos do Estado são destinados essencialmente para o pagamento de juros. Esta irracionalidade, a principal responsável pelo desequilíbrio financeiro da União, o governo não combate nem toma nenhuma medida para saná-la.

A privatização, juntamente com a desregulamentação da economia são instrumentos para a concretização da política de redefinição do papel do Estado na atividade econômica. A política de privatizações foi formulada no Programa de Reconstrução Nacional e é reafirmada na Carta de Intenções ao FMI. Ali o governo afirma que as privatizações deverão render 18 bilhões de dólares nos próximos anos. Fala da venda da Usiminas e de empresas dos setores de "siderurgia, petroquímica, fertilizantes e transporte". Assegura que o "programa de privatizações está aberto à participação de investidores estrangeiros" e assegura a permissão do "uso de títulos da dívida externa no seu programa de privatização". Na realidade é a política de troca de papéis "podres", desvalorizados, por patrimônio efetivo. Pela riqueza construída pelo nosso povo.

**Meias verdades para
justificar
liquidação de empresas
rentáveis
e de valor estratégico**



Os argumentos que são utilizados a favor das privatizações representam meias verdades. Dizem que as empresas estatais não são rentáveis. No entanto, a Carta de Intenções presta conta ao FMI dizendo que a venda da Usiminas representa a privatização da "maior companhia siderúrgica da América Latina". Trata-se de uma empresa altamente rentável. Bem como rentável é a Petrobrás sobre a qual voltam os olhos dos grupos estrangeiros.

Na luta para desmoralizar as empresas estatais falam que elas são cabides de emprego. Na verdade, muitas delas foram transformadas em cabides de empregos por governos antinacionais. Entretanto, não se fala no papel que os governos militares destinaram às estatais como captadoras de recursos externos, causando graves problemas para suas finanças. E o mais grave, os subsídios destinados às empresas particulares, em particular às multinacionais. A Siderbrás tem vendido aço a preço aviltado, 40% abaixo dos preços internacionais. Nos últimos 10 anos teve um prejuízo de 17 bilhões de dólares em vendas sobretudo à indústria automobilística multinacional. Quanto ao Siste-

ma Nacional de Eletricidade há um prejuízo anual de 3 a 4 bilhões de dólares em subsídios, principalmente, às empresas produtoras de alumínio (Alcan, Alunorte). O mesmo ocorre com a Petrobrás que vende a nafta à indústria petroquímica por 100 dólares a tonelada, enquanto no mercado internacional o preço é de 170 dólares. O resultado disto é que somente até novembro a Petrobrás havia tido uma perda de receita de 556 milhões de dólares. Tais medidas representam uma transferência de recursos do setor público para o setor privado. Aí reside o principal problema enfrentado pelas estatais.

É por tudo isto que os setores progressistas se manifestam contra as privatizações das estatais e defendem a desprivatização do Estado brasileiro. Ou seja, o Estado deve deixar de favorecer os interesses privados e passar a expressar os interesses coletivos.

O Plano de Reconstrução Nacional fala da política de abertura comercial do país para o mundo como forma de "colocar maior pressão concorrencial sobre os produtos brasileiros, facilitar a importação de máquinas, equipamentos e tecnologia necessárias à modernização dos processos produtivos". Na Carta de Intenções há uma prestação de contas desta política. O governo afirma que em 1990 foram abolidas a maioria das restrições quantitativas às importações, extinta a lista de exportações proibidas além de inúmeras outras medidas. Além disto a Carta é categórica ao dizer que "O Governo continuará a abrir a economia a fim de aumentar a eficiência econômica e promover inovações tecnológicas".

Certa abertura da economia é uma imposição do desenvolvimento capitalista. Com uma nova divisão internacional do trabalho e o surgimento de uma maior especialização da produção entre países, as multinacionais construíram grandes unidades produtivas, com alta tecnologia. Tais produtos deverão ser posteriormente exportados necessitando assim de fronteiras abertas para o "livre comércio".

Ocorre que o comércio internacional não é tão livre assim. A política de abertura completa das fronteiras para o comércio internacional, conduz a um tratamento igual para desiguais, ou seja, expõe uma economia débil à força das maiores potências econômicas do mundo. O resultado é a desorganização das economias nacionais.

Sob a bandeira do livre comércio os norte-americanos fizeram uma brutal pressão sobre o Brasil para liquidar a reserva de mercado da informática. Para assegurar esse objetivo foi aprovado uma lei no Congresso e a Carta ao FMI diz que "o governo irá abolir em outubro de 92 a exigência de autorização prévia para a importação de produtos de informática".

Essa liberdade de comércio internacional tão defendida por países desenvolvidos não é por eles praticada. Bush decretou a expansão por mais de 30 meses da restrição da importação de aço pelos EUA com o objetivo de proteger a siderurgia norte-americana.

O Mercado Comum Europeu garante subsídios à sua produção agrícola contra toda a grita americana.

A lógica dessas medidas é que a abertura ou não da economia, seus limites, depende dos interesses nacionais. A imposição da norma da abertura total não passa de um ardid dos países desenvolvidos para assumir, por completo, o controle da economia dos países dependentes.

A lógica da política de abertura da economia para o mundo se relaciona com um novo tratamento a ser dado ao capital estrangeiro. Mais isto passa pela solução do problema da dívida externa. Na Carta de Intenções o governo brasileiro se propõe a realizar todos os esforços para normalizar suas relações com a comunidade financeira internacional, fazendo acordo com os credores oficiais e com os bancos privados internacionais. A novidade de tais formulações é que no início das negociações sobre a dívida externa o governo Collor condicionava o repasse aos credores internacionais à capacidade de pagamento do país. A prática demonstrou que este arremedo de postura própria durou pouco. Face à pressão dos banqueiros o governo sucumbiu.

O Plano de Reconstrução Nacional afirma que o capital estrangeiro deverá ocupar papel relevante na retomada do crescimento, destacando medidas a serem tomadas no sentido de estimular o investimento estrangeiro no Brasil, prevendo inclusive reforma Constitucional.

Com o objetivo de forçar a execução de tais promessas empresários e autoridades estrangeiras desencadearam uma poderosa pressão sobre o governo brasileiro. Enquanto as multinacionais acusavam a "discriminação" existente ao capital externo no Brasil, o vice-presidente dos EUA Dan Quayle afirmou que o aumento dos investimentos americanos no país iria depender de reformas internas. Submetendo-se a estas imposições o governo brasileiro diz na Carta ao FMI diz que a ampliação dos investimentos externos no país "deverá ser alcançada com mudanças institucionais que trarão investimentos privados até aqui reservados ao setor público, tais como telecomunicações, mineração, transporte e comercialização de petróleo e com um tratamento igualitário para empresas de capital estrangeiro". Por tudo isso o governo Collor vai se caracterizando como um governo de traição nacional.

Após ter recebido a Carta de Intenções, o diretor gerente do FMI, Michel Camdessus, disse agora "está tudo azul, azul, azul". Evidentemente se está tudo azul para o FMI e as multinacionais é porque está tudo preto para o povo brasileiro.

Abismado com o avanço das idéias antinacionais no país o ex-senador Severo Gomes publicou um artigo intitulado "O discurso do entreguismo nacional". Ali ele comenta um estudo sobre "Barriers to Foreign Investment in U.S. and Others Nations" de autoria de economistas do "Affairs Department"

do FMI. Lá se dá uma idéia das restrições americanas ao investimento estrangeiro. Tais restrições estão ligadas às questões de segurança nacional. Muitas atividades foram sempre restritas aos cidadãos e empresas americanas. Assim "para ser considerada americana ela precisa ser organizada e registrada de acordo com a lei americana com o seu capital votante pertencente a cidadãos americanos no máximo 75%. O controle do capital é freqüentemente acompanhado da exigência de que todos ou a maioria dos diretores sejam cidadãos americanos". Por outro lado o mesmo trabalho informa que o "The Agricultural Foreign International Disclosure Act" de 1978, estabelece que para o estrangeiro adquirir terras tem que se submeter à aprovação do Departamento de Agricultura. E assim por diante. Nada de completa liberdade para o capital estrangeiro. E isto nos Estados Unidos. Se um país poderoso como aquele toma tais medidas procurando preservar seus interesses, com muito mais razão terão os países de economias mais débeis de tomar medidas que resguardem sua soberania.



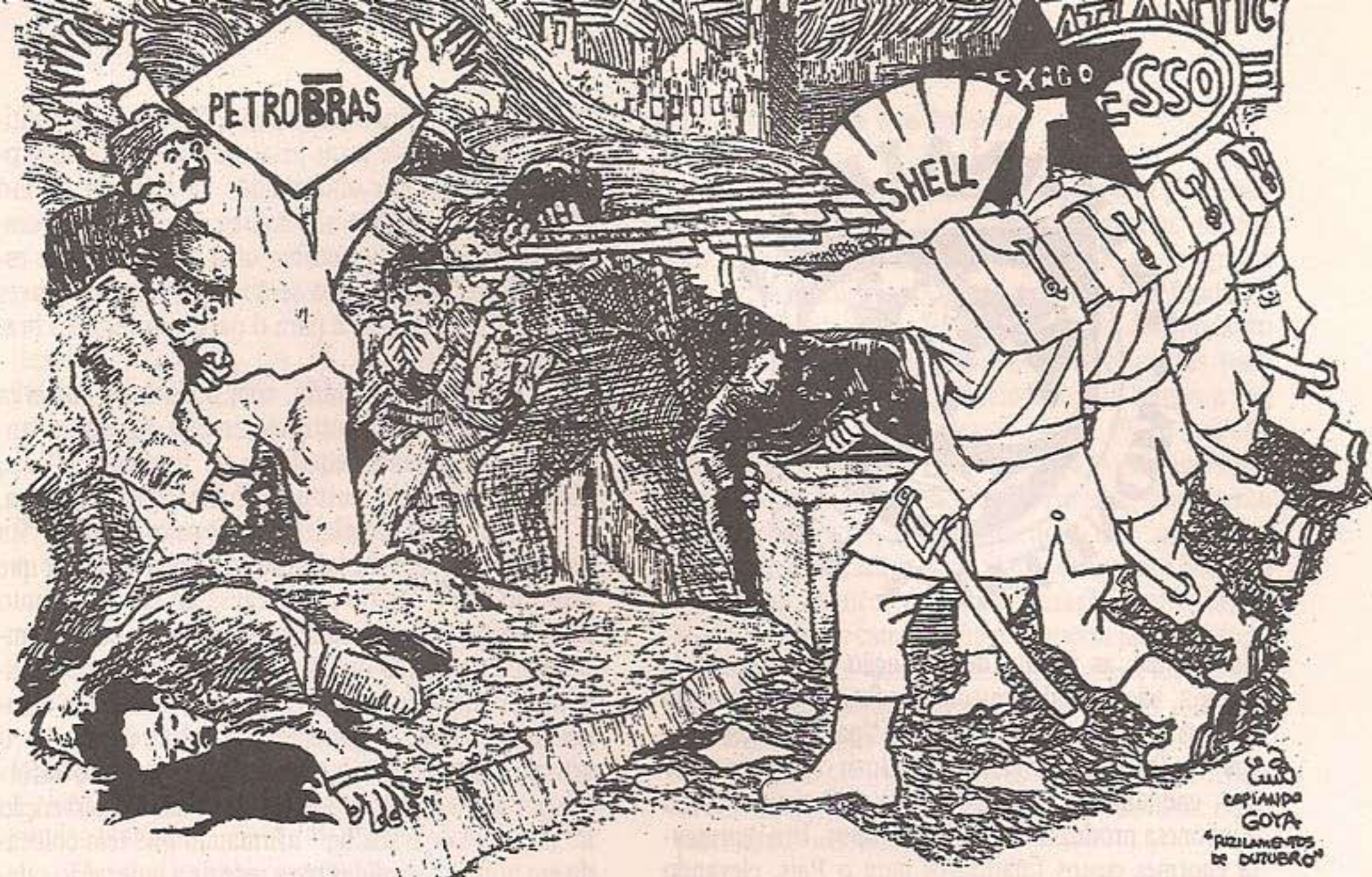
Encontrar os meios de incorporar avanços científicos sem se atolar na submissão

Os defensores da abertura do país aos capitais estrangeiros partem do princípio de que este é o único caminho para a modernização do país.

Analizando o desenvolvimento científico e tecnológico das sociedades modernas o professor Giuseppe Vacca no artigo já referido que por suas características intrínsecas "a ciência se desenvolve e se organiza em circuitos e organismos cada vez mais transnacionais". Lênin afirmou que "a competição se converte em monopólio. Daí resulta um gigantesco progresso da socialização da produção. Se socializa, também, em particular o processo das invenções e aperfeiçoamento técnicos". Se na época de Lênin esta realidade já estava presente, hoje mais ainda. Assim sendo não se pode pensar em desenvolvimento autárquico. Mais do que nunca há uma interdependência entre os países. Ocorre que os países imperialistas querem transformar esta necessidade de maior integração num instrumento de subjugação dos povos.

Assim há que se encontrar os meios de incorporar os avanços científicos e tecnológicos ocorridos no mundo sem que isto represente submissão.

A abertura do país aos capitais estrangeiros está longe de ser o caminho que representa uma efetiva modernização. Na realidade esta abertura poderá representar maior facilidade para a compra de equipamentos mais avançados do ponto de vista tecnológico. Isto não significa transferência de tecnologia. As empresas estrangeiras não têm interesse em transferir



seus conhecimentos tecnológicos e científicos. O controle deste conhecimento é poderosa arma de dominação.

Assim resta aos países que querem encontrar um caminho próprio incorporar o avanço científico e tecnológico, segundo os seus interesses, sem respeitar as rigorosas normas internacionais que visam impedir a difusão tecnológica. Aliás foi este o caminho adotado pelo Japão. Ele não respeitava as patentes. Importava produtos e os reproduzia, procurando incorporar seus avanços ao conhecimento científico e tecnológico do país.

As grandes potências pressionam os países de menor desenvolvimento para aprovarem leis de patentes ou os chamados Códigos de Propriedade Industrial.

A agressividade dos norte-americanos em torno deste assunto é grande. Allan Browley, assessor de Ciência e Tecnologia de Bush afirmou que "O Congresso dos EUA exige uma lei de propriedade industrial anexada ao acordo de cooperação para que seja feita a renovação". E o governo Collor, submisso aos interesses do capital estrangeiro, enviou ao Congresso Nacional o Código de Propriedade Industrial.

Em essência este Código traduz as exigências dos países desenvolvidos, formuladas na Rodada Uruguia do Gatt e tem por objetivo reduzir a difusão tecnológica, limitar o acesso do Brasil à tecnologia.

Em síntese o Código de Propriedade Industrial em tramitação no Congresso visa os seguintes objetivos: a) Reconhecimento das patentes nas áreas farmacêuticas e de produtos alimentícios que até agora o país não reconhece. Reconhecimento de patentes em áreas que o país necessita desenvolver conhecimentos próprios como a área de informática, biotecnologia e química fina. b) A retroatividade prevista no proje-

to de lei estende a proteção a patentes já depositadas no estrangeiro, concedendo monopólios a conhecimentos tecnológicos que se tornarão de domínio público nos próximos anos. c) A concessão da patente não obriga a industrialização do invento no país. Pelo contrário, a simples importação é considerada exploração efetiva. d) A ampliação do prazo da vigência da patente para 20 anos. A Lei atual fixa o prazo de 15 anos. Com isto certas patentes que dentro em breve cairiam no domínio público terão ainda, por muitos anos, sua difusão impedida. Tais foram as conclusões essenciais do seminário promovido no Rio de Janeiro pela Rede Tecnologia do Rio para debater o novo Código de Propriedade Industrial.



Japão só reconheceu patentes ao se tornar uma das maiores potências mundiais

Para se compreender a importância da questão das patentes no desenvolvimento do país este seminário discutiu o fato de que o Japão só passou a reconhecer patentes de produtos recentemente, quando sua produção industrial era a segunda do mundo.

Comentando a questão da tecnologia no desenvolvimento de um país o professor Bautista Vidal em seu livro "Do Estado Servil à Nação Soberana" afirma que "a tecnologia externa é o principal instrumento através do qual se molda e se controla a estrutura de produção nacional". Ressaltando que por meio dos "pacotes tecnológicos" se escolhem as maté-



rias-primas, as formas de produção e as formas de energia, não levando em conta os fatores de produção do país. Como consequência dos “pacotes tecnológicos” o Brasil é obrigado a produzir 1.500 tipos de aço, enquanto as economias mais sofisticadas como a japonesa produzem somente 500 tipos. Isto representa enormes custos financeiros para o País, elevando o preço de nossos produtos e comprometendo sua competitividade no mercado externo. Esta distorção provocada pela dependência tecnológica não é identificada pelos defensores da completa abertura aos capitais estrangeiros.

Assim sendo é inteiramente falsa a idéia de que a abertura ao capital estrangeiro vai assegurar o avanço tecnológico do país.

Na Carta de Intenções o Governo Collor assume o compromisso com o FMI de aprofundar a recessão, estabelecendo para 92 o índice de crescimento zero. As consequências desta política são tão sérias em termos de desemprego, falências e desorganização da economia que o diretor-gerente do FMI, Michel Camdessus afirmou que “este vai ser um *programa extremamente duro* para ser implementado, mas os brasileiros o vêem como uma realidade e estão determinados a cumpri-lo”. Suzanne Brunhoff, no livro já referido, afirma que para os neoliberais “as recessões ou crises não são problemas, mas soluções: elas fazem parte da restauração do equilíbrio dos mercados. Seu custo em falências e desemprego é considerado como inevitável: é apenas o aspecto temporário do restabelecimento das condições de retomada”. E a lei da selva, a lei dos mais fortes. E como os mais fortes são as multinacionais já podemos vislumbrar o resultado deste processo. As consequências sobre a vida de milhões de trabalhadores não importa para os neoliberais. Ocorre que os trabalhadores não pensam assim e sua reação pode alterar completamente o quadro.

Segundo o governo a recessão é o caminho adequado para combater a inflação. Parte da visão monetarista de que a inflação é um fenômeno puramente monetário. Assim a política de altas taxas de juros é o mecanismo adotado no sentido de limitar a oferta

monetária e restringir a demanda. Ocorre que a política de altas taxas de juros pesa sobre os custos de produção, sendo fator alimentador da inflação. Tanto assim que esta política não consegue debelar o processo inflacionário. Para acabar com a inflação, por este caminho, os prejuízos serão extremamente graves para os trabalhadores e para o parque produtivo brasileiro.

A reforma tributária, com o aumento da carga de impostos, é outro instrumento que o governo lançou mão para tentar equilibrar as finanças do país, tão combatidas pelos custos da dívida interna e externa.

O arrocho salarial adotado pelo governo visa reduzir o impacto da inflação. Já ficou mais do que provado que o salário não é causa da inflação, tanto assim que o arrocho salarial mantido há muito tempo não levou à sua queda. Segundo o caminho neoliberal de combate à crise, o governo brasileiro assume como o FMI o compromisso solene de manter o arrocho salarial. Na carta ao FMI o governo informa que tem adotado a política de “menor intervenção no mercado de trabalho” afirmando que tem colocado em prática “medidas para reduzir a indexação salarial no processo de negociação dos salários”. Enquanto isto sabe-se que os ativos financeiros são indexados e na Carta o governo afirma que “todos os impostos serão indexados”. Assim sendo o capital e os impostos são indexados, mas o trabalho não. A resultante deste tratamento diferenciado é o que assegura o constante arrocho salarial face aos constantes crescimentos da inflação. Fruto disto, os trabalhadores terminam pagando parte ponderável do ajuste econômico.

A ofensiva neoliberal em plano internacional e interno por causar prejuízos às forças progressistas. Inúmeros setores ficarem sem respostas aos novos problemas colocados pela realidade. Outros foram cooptados pelo discurso neoliberal.

Através da crítica ao neoliberalismo e suas falsas soluções de caráter antinacional e antipopular torna-se imprescindível a formulação de um Projeto Alternativo de caráter nacional, democrático e popular para o Brasil como caminho de construção de uma nova unidade das forças progressistas e democráticas. ■

ALDO ARANTES - Membro do CC do PCdoB

BIBLIOGRAFIA

- LÊNIN, Vladimir. *O imperialismo, Fase Superior do Capitalismo*. Obras Escolhidas v. 1, Editorial Progresso, Moscou, 1966.
- BRUNHOFF, Suzanne. *A Hora do Mercado - Crítica ao Liberalismo*. Editora Unesp, São Paulo, 1991.
- BOBBIO, Norberto. *O Futuro da Democracia - Uma defesa das Regras do Jogo*. Editora Paz e Terra, São Paulo, 1989.
- VIDAL, Bautista. *Do Estado Servil à Nação Soberana*. Editora Universidade de Brasília - Vozes, Petrópolis, 1988.
- VACCA, Giuseppe. *Estado e Mercado, Público e Privado*. Revista Lua Nova, n.º 24, Cedec, São Paulo, 1991.
- PUPO, Fernando. *Neoliberalismo: Promessa e Realidade*. Revista Princípios n.º 20, Editora Anita Garibaldi, São Paulo, 1991.
- Resolução do Comitê Central do PCdoB “*Em Defesa da Nação Brasileira Aviltada pelo Governo Collor*”. 1991.

PLANO DE PRIVATIZAÇÃO DO GOVERNO COLLOR

(ESTRATÉGIA DE CAPITULAÇÃO NACIONAL)

LUIZ MARCOS GOMES

*A mídia ataca o “nacionalismo retrógrado”
enquanto as elites,
pelo plano de privatização e pela submissão
aos ditames do FMI,
fazem o país regredir ao período colonial*

Utilizando maciçamente os meios de comunicação, as elites dominantes no Brasil, que nunca tiveram compromisso com qualquer projeto que faça do país uma nação soberana, estão acusando os setores que se opõem à política econômica antinacional do governo Collor de estarem atrelados “ao velho nacionalismo retrógrado dos anos 50”.

Na verdade, o que se pode ver com a seqüência de atos praticados pelo governo Collor no segundo semestre de 91, como a privatização da Usiminas e a entrega da nova “Carta de Intenções” ao Fundo Monetário Internacional (FMI), é um verdadeiro acinte à soberania nacional e a tentativa, agora mais forte do que nunca, de implementar a completa capitulação do país aos interesses do capital internacional. Está lá bem claro na carta de intenções: em troca de um empréstimo *stand by* (crédito de curto prazo) no valor de US\$ 2 bilhões, destinado à rolagem da dívida externa junto aos credores internacionais, o governo brasileiro está se comprometendo a manter firmemente a atual política recessiva, baseada na manutenção de altíssimas taxas de juros, arrocho salarial sem precedentes, contenção inédita dos gastos públicos e transferência do patrimônio público ao capital privado, o que vem causando violento desemprego, desinvestimento até mesmo em setores da economia brasileira controlados por multinacionais e completo sucateamento e destruição do setor público produtivo.

Este é o tão proclamado “ajuste” preceituado pelo FMI, que em graus diferentes vem sendo praticado, entre outros países da América Latina, pelo México e Argentina, e que não significa outra coisa senão o total atrelamento da economia destes países ao esquema determinado pelos interesses dos países capita-

listas centrais na chamada “nova ordem mundial”. As elites dominantes, ao aceitarem e praticarem este ajuste, estão regredindo o país ao período colonial, pré-1822, em que o Brasil não tinha projeto político e econômico próprio, era apenas uma terra de ninguém onde se superexplorava a mão-de-obra local e se arrancavam matérias-primas a qualquer preço e onde uma ínfima elite aliada das potências colonizadoras vivia suntuosamente, consumindo produtos fabricados no exterior, inacessíveis à quase totalidade da população. Podemos dizer que o que o governo Collor está preconizando hoje para o Brasil é apenas uma versão “modernizada” do modelo colonial.



**Destruição do setor
público
produtivo e sua
entrega
a grupos privados**

Ponto essencial deste esquema é a destruição do setor público produtivo e sua transferência a grupos privados, sobretudo ao capital internacional, sem que isto signifique qualquer ganho para o país. A carta de intenções diz num tom propagandístico: “um projeto ambicioso de privatização, que deverá render aproximadamente US\$ 18 bilhões nos próximos anos, foi iniciado, em outubro de 1991, com a venda da Usiminas - uma companhia siderúrgica que é a maior da América Latina. (...) Ademais, o Governo pretende levar adiante o programa de privatização por meio da venda da maioria acionária que detém em aproximadamente 10 companhias nos setores de siderurgia,



petroquímica, fertilizantes e transporte. O Governo também venderá sua participação minoritária em 16 outras empresas do setor petroquímico". O texto prossegue neste tom para anunciar em seguida que o programa de privatizações "está aberto à participação de investidores estrangeiros..."

É bom lembrar o que foi feito no caso da Usiminas para entender o que o governo pretende com este programa e a quem ele está beneficiando. Esta revisão é necessária também para se verificar se é verdade que o programa de privatização irá mesmo "render", supostamente, US\$ 18 bilhões para o país.

Quem quer que tenha estudado um pouco de história do Brasil com um mínimo de seriedade logo percebe que o desenvolvimento da economia nacional se fez de maneira muito sinuosa, aproveitando sobretudo os períodos de crise do capitalismo mundial. País dependente, periférico, de desenvolvimento capitalista tardio, o Brasil sempre enfrentou enormes obstáculos na tentativa de construir uma economia moderna e voltada para o atendimento das necessidades de seu povo. Só conseguiu alavancar sua economia, particularmente no que diz respeito à industrialização, nos períodos de crise das economias capitalistas centrais e durante as conflagrações mundiais (fenômenos que, aliás, costumam caminhar juntos). Nestes períodos, os fluxos de mercadorias e capitais dos países centrais para os periféricos são gravemente afetados, o que provoca nestes últimos uma forte indução à produção interna de bens. Mas estas crises, por si só, não garantem o processo de industrialização. É fundamental a existência de um projeto político e de Estado Nacional que atue como indutor do desenvolvimento econômico, mobilizando recursos humanos e materiais,

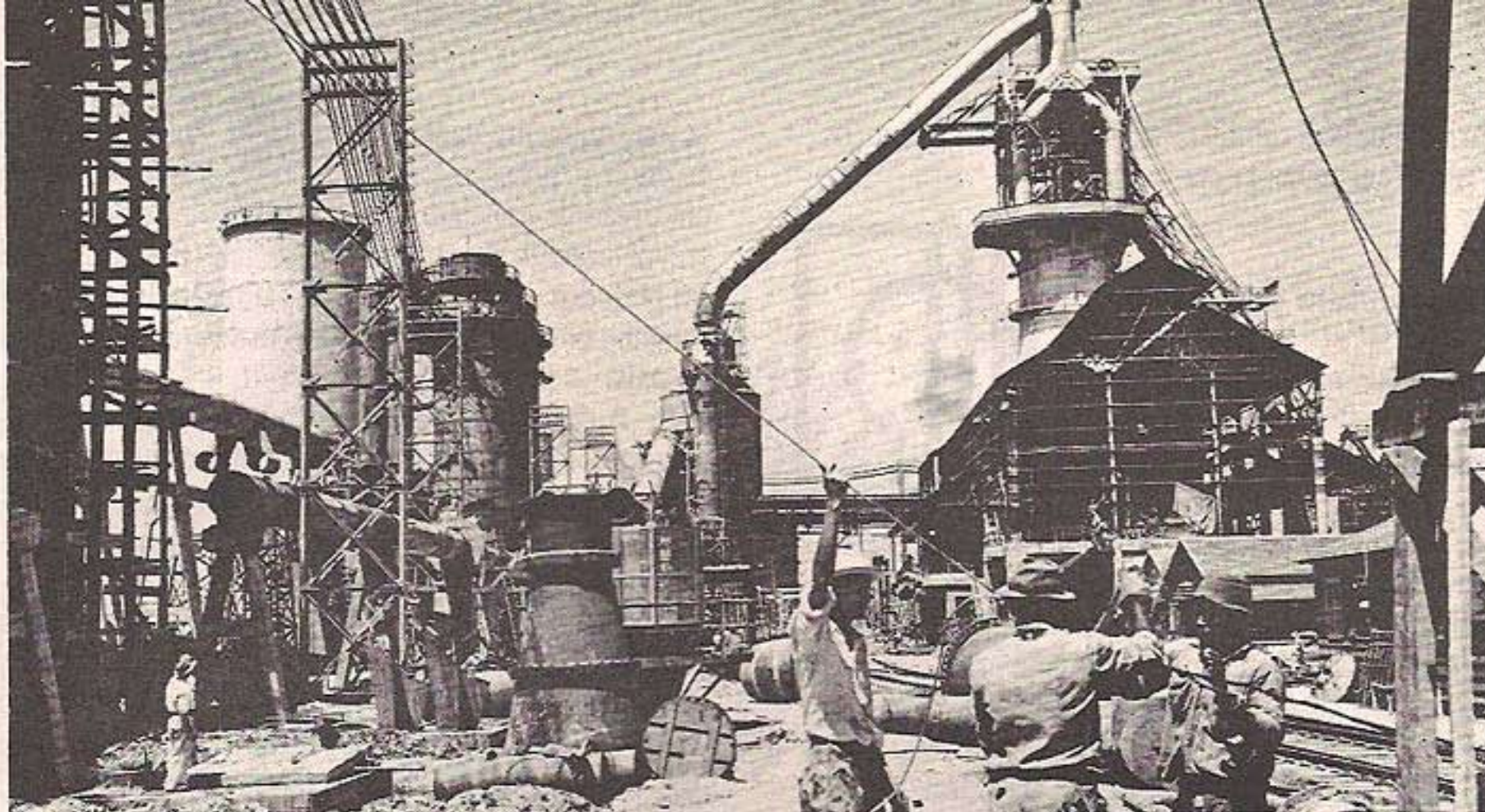
tarefa que os grupos burgueses isolados destes países nunca foram capazes de realizar. Assim aconteceu no Brasil no caso da construção da grande siderurgia, da indústria petrolífera e energética, somente para citar alguns dos setores industriais básicos que possibilitaram o desenvolvimento da economia nacional.

A implantação da indústria siderúrgica em nosso país era um sonho que vinha desde os tempos dos incondentes. No entanto, a grande siderurgia só foi instalada com êxito no Brasil com a formação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em Volta Redonda. Criada em janeiro de 1941 e inaugurada em outubro de 1946, a CSN deve ser creditada à persistência do povo brasileiro em avançar na industrialização e nas bem sucedidas manobras realizadas pelo governo Vargas no cenário da Segunda Guerra Mundial. Resumidamente, até o efetivo engajamento dos Estados Unidos na guerra contra o eixo Alemanha-Itália-Japão, após Pearl Harbor, em dezembro de 1941, o fornecimento de equipamentos e de assessoria técnica ao projeto brasileiro por parte dos norte-americanos não estava garantido. Dois importantes estudos que tratam da matéria - "*Presença dos Estados Unidos no Brasil*", de Moniz Bandeira e "*História da Siderurgia no Brasil*", de Francisco Magalhães Gomes - mostram as marchas e contramarchas do governo e da diplomacia brasileira na tentativa de obter apoio ao projeto da CSN, inclusive negociações com o grupo alemão *Krupp* e com o norte-americano *United States Steel*. Segundo Moniz Bandeira, "Vargas procurou manter a neutralidade do Brasil diante do conflito que se cozinhava. Queria tirar partido da situação, a fim de realizar seu objetivo, a implantação da siderurgia", explorando as possibilidades da *Krupp* e da *US Steel*. Francisco Magalhães Gomes, por seu lado, relata em seu livro as tentativas infrutíferas do governo brasileiro em conseguir o apoio americano, ao projeto siderúrgico, situação que se modificou no decorrer da II Grande Guerra com a assinatura do acordo pelo qual o Brasil liberou a construção da base militar de Natal, escala de pouso dos aviões militares norte-americanos que atravessavam o Atlântico demandando o teatro de operações na Europa. Isto, apesar dos duros ataques do senador Gillete ao seu governo por estar auxiliando um país como o nosso a montar uma usina de aço.



**A relação entre a
Usiminas
e o capital japonês
vem da
sua fundação, em 1957**

Dez anos depois, outras circunstâncias especiais contribuíram para viabilizar o velho sonho dos mineiros de desenvolver em seu estado - que abriga reservas consideráveis de minério de ferro - a grande side-



urgia. A instalação da CSN em Volta Redonda adia- ra, evidentemente, o desenvolvimento da siderurgia em Minas, mesmo porque a capacidade de investimen- to do país era limitada.

Entretanto, em abril de 1956 um grupo de enge- nheiros, industriais, políticos e personalidades minei- ras formou uma sociedade denominada Usiminas Side- rúrgicas de Minas Gerais - Usiminas - com um capi- tal inicial simbólico. A questão siderúrgica em Minas Gerais estava praticamente paralisada fazia décadas. Nos anos 30 se agudizara no estado o conflito com a *Itabira Iron Ore Company*, então controlada pelo em- presário norte-americano Percival Farquhar, que che- gara a pretender o monopólio da exploração de miné- rio de ferro no país, explorando as ricas jazidas loca- lizadas no Vale do Rio Doce e exportando o minério por meio da Estrada de Ferro Vitória-Minas. Também durante a II Grande Guerra e Itabira Iron teve seu contrato declarado nulo pelo governo Vargas, disso resultando a criação, em 1942, da Companhia Vale do Rio Doce, controlada pelo governo federal. A ques- tão siderúrgica, no entanto, não fora adiante. Assim, em 1956 os mineiros desencadearam nova iniciativa dentro do espírito da frase atribuída a Arthur Bernar- des, de que "minério não dá duas safras", que expres- sava o ponto de vista dos setores que lutavam pela im- plantação da grande siderurgia e combatiam a mera exportação do minério bruto.

Em depoimento recente, um dos participantes do grupo original responsável pela criação da Usimi- nas e de seus primeiros diretores, o engenheiro Gabriel Janot Pacheco, assim descreveu a iniciativa para des- tacar a sua repercussão: "Estouro, esse é o verbo. Estourou em meados de abril de 1956 (...) um movi- mento como jamais havia acontecido em Minas. Um movimento cívico, nacionalista e técnico, ao mesmo tempo. Esses três aspectos formaram um movimento que ninguém poderia segurar". Como seus fundado- res reconhecem, a nova empresa só teria chances de se concretizar na medida em que o poder público assu-

misse o projeto, o que aconteceu em seguida.

Em junho de 1957 foi assinado o acordo nipo- brasileiro para a construção da usina de aço em Ipa- tanga, no Vale do Rio Doce, a 240 quilômetros de Be- lo Horizonte, com capacidade de 500 mil toneladas/a- no. A parte brasileira representada pelo governo fede- ral, através do BNDES, e pelo governo de Minas Ge- rais, ficou com 60% do capital da empresa e a parte japonesa, representada pelo consórcio Nippon Usimi- nas (constituído por capital estatal e capitais privados japoneses), com 40%.

Em outubro de 1962, a usina de Ipatinga foi inaugurada pelo presidente João Goulart, e a Usimi- nas, até agora, acumulou uma história de sucessos no âmbito da economia nacional e mineira, tendo ca- pacidade atual de mais de 4 milhões de toneladas/a- no de aços planos e uma produtividade que a coloca como uma das primeiras do setor siderúrgico a nível mundial.

Mas por que os japoneses apoiaram o projeto? Os estudiosos concordam que, naquele momento, ou seja, meados dos anos 50, o Japão, recuperado dos efeitos da guerra, prepara-se para retomar seus inves- timentos no exterior.

A tecnologia siderúrgica japonesa era pouco co- nhecida e respeitada e havia grande interesse do Ja- pão em entrar na disputa pelo mercado mundial de bens de capital destinados à siderurgia. Assim, a Usi- minas - a primeira usina siderúrgica de grande porte construída fora da Ásia com equipamentos e orienta- ção técnica japoneses - representou, naquele momen- to, uma afirmação da capacidade econômica e tecnoló- gica do Japão.

Sobre as vantagens obtidas, na época, nas nego- ciações com os japoneses, o economista Jayme Peco- nick, integrante do grupo fundador da Usiminas, de- clarou recentemente: "Os japoneses também queriam vender equipamentos (...) Porém, o equipamento de- les não era ainda suficientemente conhecido (...) En- tão, eles fariam uma barganha melhor para nós. Eles

trariam também capital de risco e os quadros técnicos". E isto efetivamente ocorreu.

**Pretendem privatizar
o fruto de
grandes esforços para
forjar um
país moderno soberano**



O que se está privatizando e o que se pretende privatizar, portanto, não são empresas quaisquer, mas empreendimentos que foram resultado de ingentes esforços dos setores da sociedade brasileira empenhados em construir um país moderno e soberano. Agora, o Brasil está correndo novamente o risco de ter destruído grande parte do que se conseguiu instalar em termos de infra-estrutura produtiva, haja vis-

ta o açodamento com que o governo Collor vem conduzindo o programa, utilizando-se, infelizmente, de um órgão de prestígio como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que em períodos passados, sob outra direção política, deu contribuições decisivas ao processo de industrialização do país.

A chave que explica este açodamento, esta precipitação em consumir esta verdadeira estratégia de capitulação nacional é a pressão do capital internacional, representado seja pelos grandes bancos estrangeiros credores do Brasil, seja pelo governo norte-americano (que novamente inventou planos para os países da América Latina se curvarem aos seus interesses, como a "iniciativa para as Américas" ou o chamado "plano Brady", ambos do governo Bush), seja pelo instrumento mais sofisticado da banca internacional, o FMI.

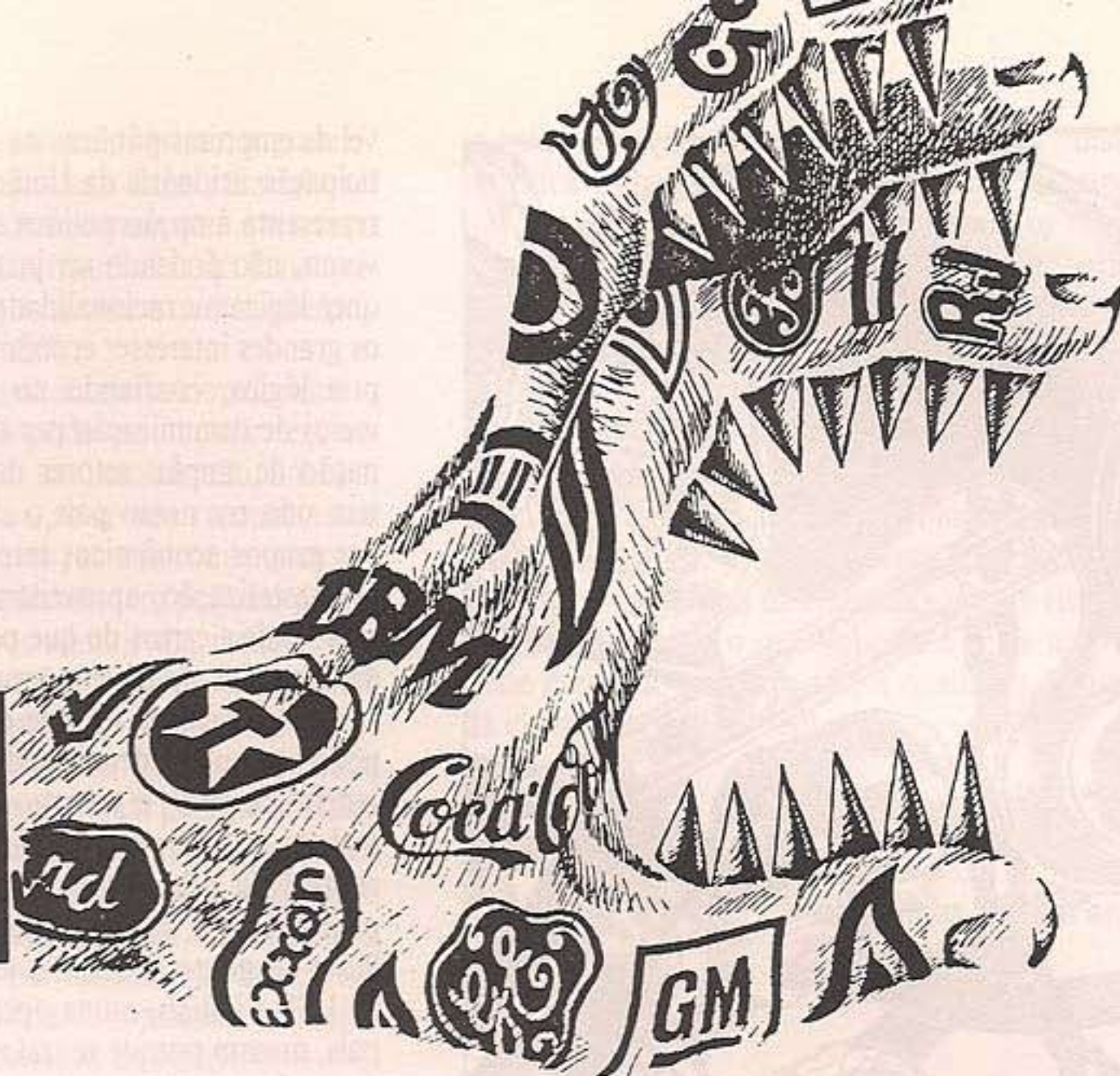
Para garantir o processo de privatização, o governo homologou 67 bilhões de dólares de papéis e títulos que, em sua maioria, não serviam para comprar nada

	(bilhões de dólares)
Títulos da dívida externa	38
Dívidas com empreiteiras	6
Debêntures da Siderbrás	3,2
Cruzados novos retidos no Banco Central	19
Títulos da dívida agrária e certificados de privatização	1
Total	67,2

O resultado desta política pode ser visto no leilão da Usiminas: em termos financeiros, de entrada de dinheiro novo, o governo arrecadou o equivalente a dois salários mínimos

Moedas usadas no leilão da Usiminas	(mil cruzeiros)	%
Debêntures da Siderbrás	319.007.226	44,9
Débitos da União vencidos e renegociados	131.269.579	18,5
Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento	122.438.037	17,3
Certificados de privatização	112.439.447	15,8
Títulos da Dívida Agrária	21.404.463	3,0
Títulos da Dívida Externa	2.808.027	0,4
Cruzados novos	274.779	0,04
Cruzeiros	83,5	----

FMI



Para mostrar serviço ao capital internacional, o programa de privatização se iniciou então por um empreendimento exemplar como a Usiminas. Previamente à publicação do edital público de privatização, o BNDES realizou a primeira operação suspeita: alegando "recompor a participação acionária dos acionistas minoritários", encetou uma negociação com a Nippon Usiminas - sócio japonês que reduzira substancialmente sua participação na empresa por não ter participado das chamadas de aumento de capital - aumentando sua participação de 4,5% para 12,9%, tendo cada lote de mil ações sido transferido aos japoneses por apenas 10% de seu valor, aceitando-se ainda como pagamento títulos da dívida externa com valor muito acima da cotação destes títulos no mercado nacional e internacional.

Em seguida, o BNDES anunciou que a empresa seria leiloada por um preço mínimo de US\$ 1,74 bilhão, montante considerado irrisório para um patrimônio do porte da Usiminas. Este valor foi duramente contestado por economistas e instituições técnicas de prestígio, como o Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar), da Universidade Federal de Minas Gerais, que em trabalho técnico cotou o preço mínimo de venda da Usiminas em US\$ 4 bilhões.

Como se tudo isto não bastasse, o governo Collor, talvez temendo o fracasso da operação diante da reação que estava havendo em todo o país, ampliou consideravelmente, por meio da Medida Provisória 299, a utilização das chamadas "moedas" a serem aceitas no leilão da siderúrgica. Assim, um título da dívida externa brasileira com valor nominal de US\$ 1,00 (um dólar), mas que na verdade era negociada

no mercado por US\$ 0,22 (vinte e dois centavos de dólar), seria aceito no leilão por US\$ 0,75 (setenta e cinco centavos de dólar), ou seja, por um valor 3,4 vezes maior que o seu valor de mercado. E assim aconteceu com uma grande variedade de "moedas podres", como Títulos da Dívida Agrária, Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento, debêntures da Siderbrás, etc., em poder sobretudo de instituições financeiras internas e externas, e que praticamente nada valiam, exceto para comprar patrimônio de empresas estatais como a Usiminas.



Manobra usou a Valia a Previ e a Vale do Rio Doce como mero efeito demonstração

Por último, o governo ainda mobilizou a força econômica da Vale do Rio Doce e de fundações de previdência privada de empresas estatais - como a Valia, dos empregados da Vale, e a Previ, dos empregados do Banco do Brasil - para garantir o leilão da Usiminas, verdadeiro ato de "efeito demonstração" perante o capital internacional. Pode-se afirmar que a participação da Vale e destas fundações na operação foi meramente episódica e, seguramente, eles serão aliçados do processo conforme declarações recentes de autoridades ligadas ao Ministério da Economia.

Qual o resultado alcançado? Do ponto de vista puramente financeiro, quem era detentor dos chamados "papéis podres" aproveitou a oportunidade para descarregá-los no leilão, conforme indica o qua-



dro anexo. Estes papéis representaram 99,99% do montante arrecadado no leilão. Em dinheiro vivo mesmo (cruzeiros correntes), o governo captou Cr\$ 83.521,00, o equivalente a dois salários mínimos atuais. Este foi o "dinheiro novo" conseguido pelo BNDES no chamado leilão de um dos maiores patrimônios que o país conseguiu edificar.

Dessa forma, a declaração do governo brasileiro, feita da carta de intenções recentemente entregue ao FMI, de que pretende captar US\$ 18 bilhões, vendendo sua participação acionária em 26 empresas, deve ser entendida como pura retórica. Por outro lado, o risco de uma grande negociata e acerto com o capital internacional é mais do que concreto. Quem teria condições de comprar estas empresas? Em primeiríssimo lugar, os detentores dos títulos da dívida externa, cuja participação no leilão da Usiminas foi considerado baixo. No entanto, na lista de "moedas" homologadas pelo Tesouro Nacional para o programa de privatizações de estatais, montante que atinge US\$ 67 bilhões (conforme a *Folha de S.Paulo*, edição de 25/11/91), ou 20% do Produto Interno Bruto (PIB) do país, cerca de US\$ 38 bilhões são títulos da dívida externa em poder de grandes grupos financeiros internacionais. Atraídos pelo programa do governo Collor, estes grupos poderão descarregar no país esta quantidade fantástica de papéis em troca de patrimônio tangí-

vel de empresas públicas ou que possuem alguma participação acionária da União. Este é um caminho que representa a opção política e ideológica feita pelo governo, não podendo ser justificado em cima de qualquer lógica ou racionalidade econômica. Na verdade, os grandes interesses econômicos sabem criar sua própria lógica, confiando no poder de persuasão dos meios de comunicação por eles controlados e na alienação de amplos setores da opinião pública. Assim tem sido em nosso país o comportamento dos grandes grupos econômicos internacionais. Hoje pregam a desestatização, aproveitando-se da situação de crise do país e certos de que por aí poderão fazer grandes negócios. Mas nem sempre foi assim.

A lógica do grande capital, como já foi dito, pode ser outra, dependendo das circunstâncias. Em janeiro de 1979, o governo brasileiro, através da Eletrobrás, adquiriu o controle acionário da Light, então controlada pelo grupo canadense Brascan. O Brasil pagou à vista, naquela época, cerca de US\$ 400 milhões ao grupo Brascan e assumiu a dívida no valor de US\$ 1 bilhão, numa operação altamente lesiva ao país, mesmo porque se tratava de uma concessionária de serviços públicos cuja concessão estava para esgotar. Mas o fato era que a Light queria ser comprada e o argumento de quem defendia esta compra era o de que a Light exercia atividades que eram próprias do poder público.

No ato da cerimônia, em 12 de janeiro de 1979, o presidente do Conselho do grupo Brascan, John H. Moore, declarou: "Hoje, diante da escala que atingiu a economia brasileira, é forçoso reconhecer que serviços da importância e do vulto como os prestados pela Light ultrapassam as forças de qualquer empresa privada". Esta é a lógica inexorável do capital internacional em países como o nosso. ■

LUIZ MARCOS GOMES - economista e jornalista, foi editor de economia dos semanários "Opinião" e "Movimento" e membro do Conselho Federal de Economia no período 1987-89.

BIBLIOGRAFIA

- MARANHÃO, Aluizio e L. Marcos Gomes - "Petróleo e Dívida Externa", in *Petróleo: Contratos de Risco e Dependência*, vários autores, Editora Brasiliense, São Paulo, 1977.
- BRANCO, Catullo - *Energia Elétrica e Capital Estrangeiro no Brasil*, Editora Alfa-Omega, São Paulo, 1985.
- DINIZ, Clélio Campolina - *Estado e Capital Estrangeiro na Industrialização Mineira*, Ed. Universidade Federal de Minas Gerais, BH, 1981.
- GOMES, Francisco Magalhães - *História da Siderurgia no Brasil*, Editora Itatiaia/Ed. Universidade de São Paulo, BH, 1983.
- Fundação Getúlio Vargas - *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro/1930-1983* Forense-Universitária Editora, Rio de Janeiro, 1984, 4 v.
- PEREIRA, Jesus Soares - *Petróleo, Energia Elétrica, Siderurgia* (depoimento ao jornalista Medeiros Lima), Ed. Paz e Terra, Rio, 1975.
- MAXWELL, Kenneth - *A Devassa da Devassa - A Inconfidência Mineira: Brasil e Portugal/1750-1808*, Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1975.
- BANDEIRA, Moniz - *Presença dos Estados Unidos no Brasil (Dois séculos de história)*, Ed. Civ. Brasileira, 2ª ed., Rio, 1978.
- Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - *Usiminas conta sua história*, Belo Horizonte, 1990.

"MANEIRAS MODERNAS" DE SAQUE IMPERIALISTA

DILERMANDO TONI

A quem interessa, e como se aplica, o discurso de "reformas estruturais" e "modernização do Estado" apregoadas hoje como saídas geniais do capitalismo?

O início dos anos 90 já esboça com clareza novas formas de acumulação do grande capital monopolista. Vão se criando "maneiras modernas" de relacionamento entre os países imperialistas e os países dependentes.

A privatização de empresas estatais foi transformada em bandeira econômica de ação imediata da oligarquia financeira internacional. O processo está em pleno curso e vai se dando em escala global, acentuadamente na América Latina e no Leste europeu.

De outra parte, a globalização do mercado de capitais e a aplicação maciça de investimentos através desse mecanismo, liga-se às privatizações e aprofunda a dominação dos países dependentes. O discurso que embasa tal política é o da "vitalidade da economia de mercado" que haveria superado para sempre a "economia de comando", referência voltada contra não somente aquilo que se chamava de planificação socialista no Leste mas que procura destruir igualmente o setor estatal da economia de muitos países burgueses dependentes.

Por que surge com tanta força o discurso antiestatizante da grande burguesia travestido de neoliberalismo? Quais as reais causas econômicas que estão a impulsionar esse processo onde os setores dominantes "abrem mão" do papel que anteriormente destinavam ao Estado? A que se deve a palavra de ordem de "reformas estruturais" e de "modernização do Estado" em moda? Investigar tais problemas, mesmo que em caráter inicial, nos parece importante.

A discussão do tema nos remete à análise do papel que tem sido destinado ao Estado na economia capitalista, e em estabelecer as diferenças desse papel em países de diferentes tipos atualmente.

O Estado burguês nunca foi indiferente para com a economia e a vida econômica do país, entretanto as proporções e o caráter dessa influência variam de acordo com as distintas etapas do desenvolvimento do capitalismo. Na etapa do capitalismo pré-monopolista a intervenção do Estado na economia tinha um caráter episódico, que se limitava a alguns setores; a livre concorrência, o fracionamento e o isolamento da produção limitavam o papel econômico do Estado a manter as condições gerais do funcionamento do regime capitalista.

Na época do imperialismo a intervenção do Estado se estendeu a toda a economia, adquirindo um caráter sistemático e profundo. O Estado moderno desempenha diversas funções econômicas e ele mesmo constitui uma potente força econômica. Intervém diretamente no processo de reprodução capitalista, realiza atividades produtivas em ramos inteiros da indústria, atua como grande proprietário e consumidor, como credor e tomador de empréstimos. A "neutralidade" do Estado na luta interna entre os capitalistas foi substituída pela hegemonia da cúpula do aparelho estatal, que defende zelosamente os interesses dos magnatas financeiros.



O Estado é usado como alavanca na reprodução ampliada do capital em diversos setores

A base econômica de tal processo vem do alto grau de concentração e monopolização do capital e da socialização da produção capitalista em sua for

ma extremamente contraditória e antagônica. O alto grau de concentração da produção e a elevação do peso específico do capital fixo exigem enormes investimentos. Para realizar a reprodução ampliada do capital numa série de ramos industriais as acumulações dos capitalistas e das grandes corporações são insuficientes. Em seu socorro vem o Estado, que contribui para a centralização do capital e financia os investimentos e as pesquisas científicas, sobretudo nos ramos de ciclo lento e que requerem vultosos recursos. Os monopólios ficam com os ramos mais rentáveis da economia, mas a reprodução do capital social exige determinada correlação entre todos os setores da economia. O Estado realiza sua atividade econômica em ramos que sofrem prejuízos e que são pouco rentáveis. Isso é válido tanto para países de capitalismo desenvolvido quanto para os dependentes.

Foi com base nessas modificações que Lênin no começo do século formulou o conceito de capitalismo monopolista de Estado, caracterizado pela união da força dos monopólios capitalistas com a força do Estado. A história demonstra que quanto maior a profundidade da crise do capitalismo e especialmente nas épocas de guerras, o papel do Estado na economia é reforçado. São manifestações concretas do capitalismo monopolista de Estado:

1) Incremento da propriedade estatal e da atividade empresarial do Estado;

2) Distribuição e redistribuição pelo Estado burguês de uma parte da renda nacional; orçamento, impostos, subsídios, etc.;

3) Militarização da economia;

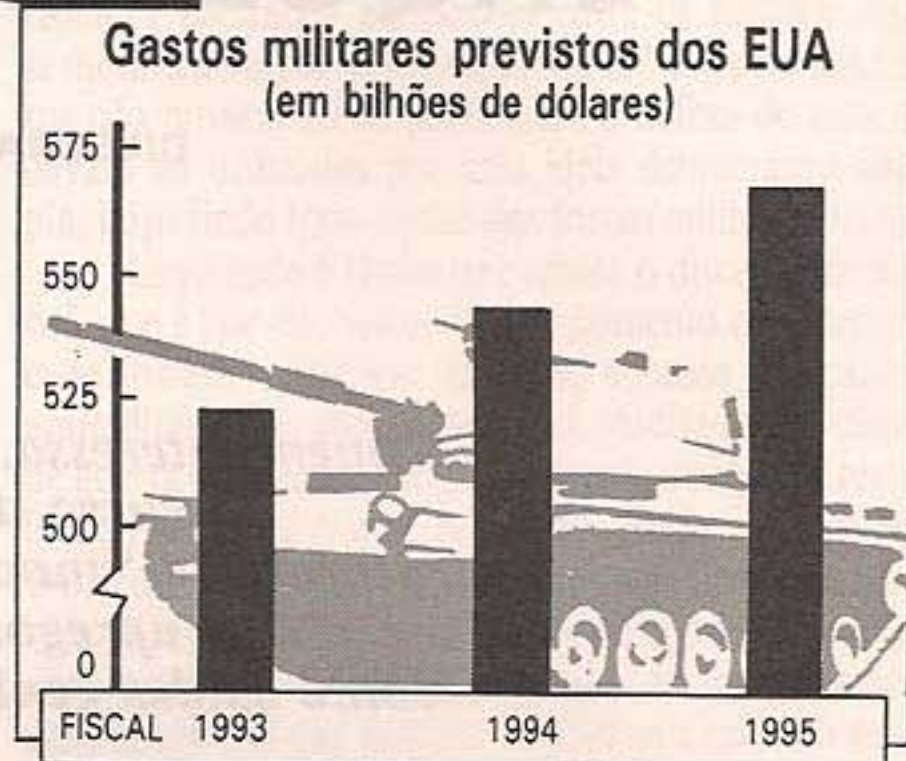
4) "Regulação" monopolista-estatal da economia capitalista. Da demanda das empresas estatais depende em boa medida o volume e o investimento privado no país.

Sem que tenha havido uma modificação essencial no capitalismo monopolista de Estado o fato é que a sua primeira característica vem sofrendo alterações nos chamados países centrais de uns dez anos para cá. Poderia ser apresentado como fato concreto o processo de privatização levado a cabo por Margaret Thatcher na Inglaterra, onde foi preciso uma década inteira para que fossem privatizadas 25 empresas. Na França e na Itália o setor estatal responde por um terço do PNB; a Alemanha possui também gigantesca estatais, apesar de que ultimamente seus dirigentes têm feito discursos e proposto à CEE medidas de privatizações.

A base de tal fenômeno está relacionada ao incremento da internacionalização e concentração do capital. Os Estados apresentam grandes déficits e lentamente vão se "retirando" de algumas de suas atividades econômicas. Os beneficiados são os grandes grupos da oligarquia financeira internacional. Mas é preciso ressaltar que o capitalismo monopolista de Estado se mantém vivo. É só olhar para o crescente grau de militarização da economia norte-americana (ver

quadro n.º 1) ou para as estreitíssimas relações entre o Ministério da Indústria japonês e os monopólios daquele país.

Quadro 1



Fonte: Comissão de Orçamento do Congresso

Outro é o caso do capitalismo de Estado nos países dependentes. Em muitos deles - e o Brasil pode ser tomado como exemplo destacado - a empresa estatal passou a ter um peso decisivo na economia nacional. Sobretudo a partir dos anos 50 a atividade econômica do Estado se localizou em setores tão importantes como a siderurgia, as fontes de energia (produção petrolífera e hidroelétrica), as rodovias, ferrovias e portos, os sistemas de comunicação, os bancos, etc.

Passou a existir não propriamente um capitalismo monopolista de Estado, fase desenvolvida do imperialismo segundo a concepção de Lênin, mas um capitalismo de Estado subordinado e a serviço dos grandes monopólios internacionais e locais. Surgiu em muitos lugares como uma forma de promover o desenvolvimento nacional protegendo-o, mas foi cada vez mais se colocando a serviço dos monopólios. Com suas encomendas promoveu um desenvolvimento razoável de empresas capitalistas nacionais, ao mesmo tempo, dava suporte aos investimentos diretos dos países imperialistas nos países dependentes. Criou uma infraestrutura para a implantação das multinacionais.



Estatais representam parte da soberania dos países dominados, e servem às multinacionais

As empresas estatais dos países dependentes apresentam assim um caráter contraditório. Ao mesmo tempo em que servem aos monopólios representam parte da soberania dos países dominados, pois o controle, o planejamento da produção, dos investimentos e da comercialização se encontram em mãos nacio-

nais. Por esse motivo - por mais entreguistas que sejam as classes dominantes locais - as empresas estatais dos países dependentes jogam um papel importante no desenvolvimento nacional soberano. Hoje trata-se de privatizá-las total e rapidamente. Destaca-se tão somente o lucro maior ou menor dessas empresas ou o prejuízo que dão; a politicagem que existe no preenchimento de seus cargos mais importantes, ou a maior ou menor corrupção de seus dirigentes. O secundário toma o lugar do que é realmente relevante.

A política de privatização das empresas estatais dos países dependentes tem sido ditada pelos representantes maiores dos interesses do grande capital internacional. Sua matriz de pensamento está nos EUA, na Europa e no Japão. Enrique Iglesias, presidente do BID, em artigo publicado dia 1º de dezembro de 91 na *Folha de S. Paulo*, falando do que ele considera avanços para a América Latina, diz: "Enquanto outros discutem as modalidades de privatização, os latino-americanos estão preocupados em aplicá-la... a reforma do Estado mesmo é a primeira pauta das agendas nacionais... o setor público deve estabelecer um conjunto bem definido de regras básicas, com recompensas e penas eficazes, no contexto de um sistema que protege os direitos de propriedade e estimula a poupança e o investimento privado... financiando projetos de privatização e reduzindo o peso da dívida..." Já Nicholas Brady, atual secretário do Tesouro norte-americano e inspirador do plano que leva seu nome, perguntado sobre o que deveria fazer a Argentina respondeu: "Já está fazendo o que tem que fazer, seguir trabalhando nos projetos que já desenvolve, continuar com a estabilidade e as privatizações". Poderia-se falar ainda da célebre frase de Bush quando da última viagem de Collor aos EUA: "A chave para o crescimento e a prosperidade do Brasil são a privatização das empresas, o combate a inflação e a liberalização do comércio." (FSP, 19/06/91).

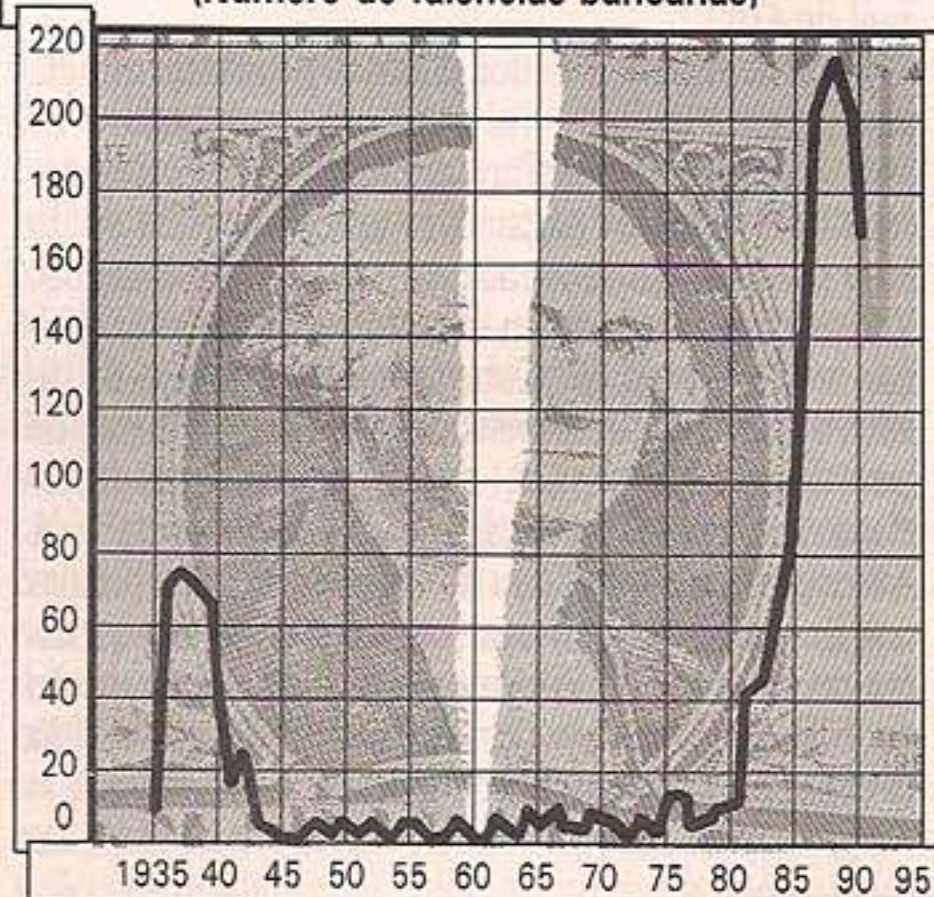
Dessa forma é que o processo de privatização de estatais na América Latina e no Leste europeu tem sido orientado e monitorado pelo FMI.

O processo de privatização das empresas públicas dos países dependentes se insere na estratégia imperialista de buscar novas formas de acumulação de capital para fugir da crise profunda em que se acha o sistema, particularmente no que diz respeito ao problema de natureza estrutural das fontes de energia. Um relatório recentemente publicado pelo Bureau de Avaliação Tecnológica (OTA) dos EUA prevê que com a queda contínua da produção doméstica e o aumento da demanda, os Estados Unidos terão de provavelmente importar três em cada quatro barris de petróleo que consumir nas próximas duas décadas. O estudo mostra que as importações foram responsáveis por 42% das necessidades petrolíferas do país em 1990 - 7,1 milhões de barris por dia de um consumo total diário de 16,9 milhões de barris - que deverão representar no ano de 2010 cerca de 75% se o con-

sumo e a produção doméstica continuarem apresentando os mesmos resultados de hoje. O caso do Japão é ainda mais significativo pela grande dependência desse país em relação ao petróleo e a outras várias matérias-primas.

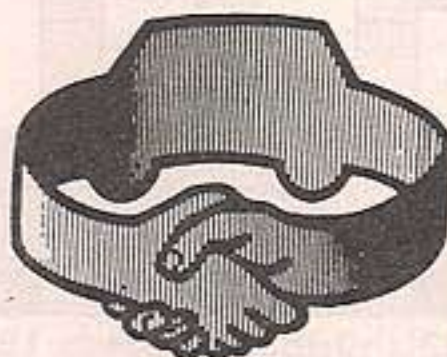
Por outro lado, o relatório do Banco Mundial publicado nos meses finais de 91 dá conta de que as taxas de crescimento das economias dos chamados países centrais se encontra em declínio, mostrando sinais evidentes de estagnação. O crescimento, em 1991, foi de apenas 1% nos países capitalistas mais desenvolvidos. Some-se a isso as dificuldades pelas quais passa a economia americana do Norte cujos números insistem em desmentir o otimismo que previa uma recuperação rápida com base em alguns resultados dos dois primeiros trimestres desse ano (1).

Quadro 2
A crise do sistema bancário norte-americano
(Número de falências bancárias)



Fonte: Fdic (Federal Deposit Insurance Corporation)

O quadro número 2 mostra claramente a crise profunda do sistema bancário norte-americano. Mas convém lembrar também que os índices apresentados pela economia alemã dão conta de que o país entra já numa "recessão técnica". O PIB nos onze estados que formam a parte ocidental da Alemanha unificada teve uma redução real de 0,5% no terceiro trimestre deste ano, igualando o declínio do segundo semestre.



Uma estrutura baseada na ruína das fronteiras nacionais e comerciais dos países dependentes

As privatizações são influenciadas também pela crescente concorrência nos terrenos financeiro e comercial entre as grandes potências que as obriga a forma-

mação de blocos por regiões, onde cada uma tenha controle quase total e melhores condições de competição. Vão sendo quebradas barreiras nacionais, fronteiras comerciais e alfandegárias dos países dependentes. Monta-se uma nova estrutura produtiva, coordenada pela potência líder do bloco em função de seus interesses.

Os Estados Unidos já se encontram em adiantado processo de "integração" com o México e o Canadá; e avançam sobre o resto da América Latina. A Europa continua se unificando e investe no Leste e na própria URSS. O Japão volta-se ainda mais para a Ásia, culminando um processo de três fases bem demarcadas. Procura-se para tal fim destruir os estados nacionais, no seu aspecto mais abrangente e o setor estatal da economia em particular. Exemplo disso é o acordo recentemente assinado entre os países do Mercosul e os EUA onde há uma cláusula que prevê o voto unificado dos signatários nas reuniões da Rodada do Uruguai do GATT.

A dívida externa dos países dependentes atingiu níveis astronômicos e foi estatizada (ver quadro n.º 3). Os Estados se transformaram em grandes devedores e o esquema de pagamento tal como vinha sendo feito passou a dar mostras crescentes de esgotamento. Vários países declararam moratórias sobre suas dívidas na década de 80. Com os enormes fluxos de dinheiro mandado às "metrópoles" e baixas taxas de investimento de capital, muitos países dependentes chegavam a uma situação de "inadimplência". A América Latina transferiu ao exterior US\$ 200 bilhões nos anos 80 e seu PIB caiu em cerca de 10% no mesmo período; os investimentos brutos como proporção do PIB se reduziram de 22,8% em 80 para 15,9% em 84, chegando em 89 com 16,2%.

Diante da crise dos países imperialistas e das dificuldades crescentes na sua relação com os países dependentes, estava colocada a necessidade de que a oligarquia financeira internacional encontrasse novas formas de acumulação e de exportação de capital, com altos rendimentos e rápido retorno ao mesmo tempo. A saída encontrada foi a política de privatização das estatais, o *controle direto* sobre toda a base econômica essencial de uma série de países medianamente industrializados. A intermediação do Estado-empresário como suporte para as atividades das empresas multinacionais havia se transformado num estorvo. Nesse contexto, o papel dos governos dos países dependentes é o de criar todas as condições para que a privatização se dê da melhor forma possível no interesse do grande capital internacional. Entre as medidas adotadas para esse fim podemos alinhar:

* Modificações nas legislações desses países, quanto ao direito de propriedade, retirando em especial quaisquer dificuldades referentes a estrangeiros; são as mudanças legais e constitucionais propostas;

* Criação de organismos para encaminhar as privatizações, a exemplo da Comissão Nacional de Desestatização brasileira e da Treuhand da Alemanha de Leste;

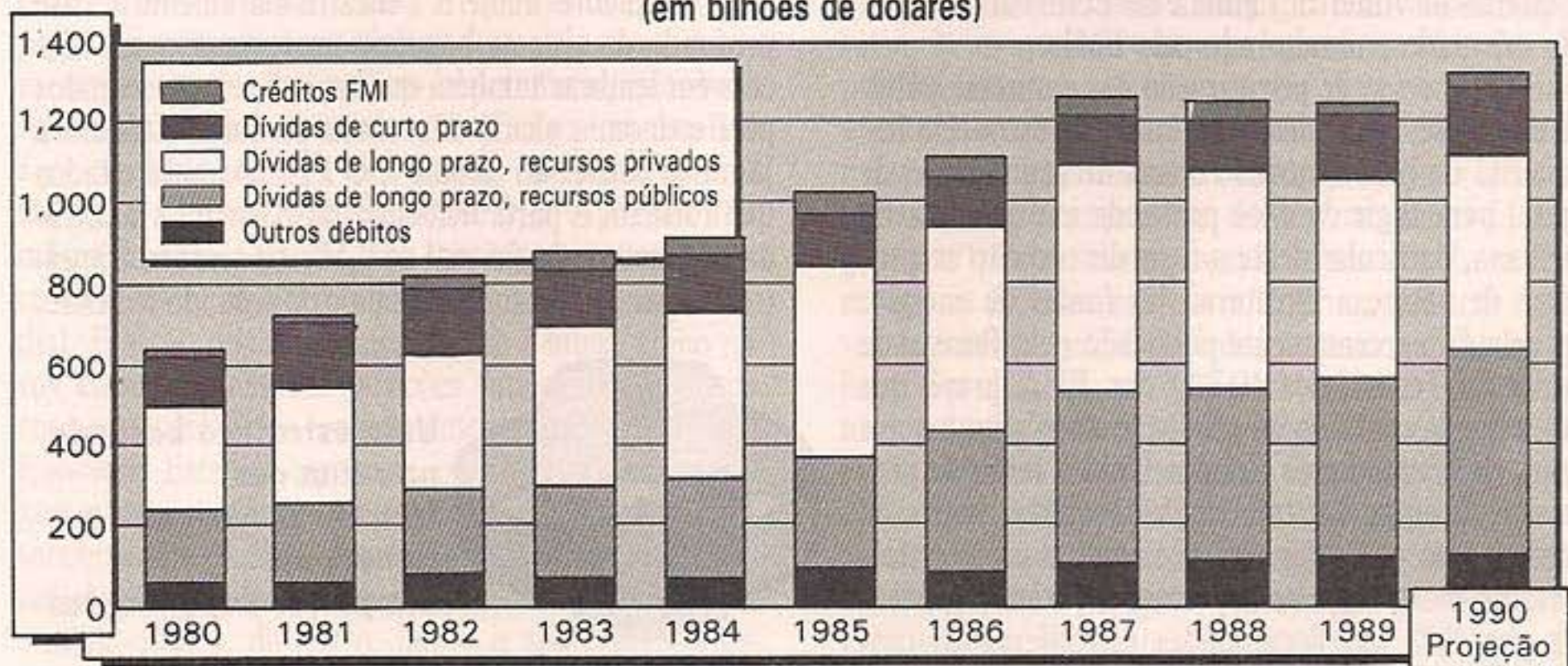
* Estabelecimento de preços os mais baratos possíveis de acordo com a máxima "a empresa vale aquilo que alguém se disponha a pagar por ela";

* "Saneamento" prévio das empresas com recursos públicos, vale dizer, entregá-las produzindo e sem dívidas;

* Estabelecimento de facilidades quanto aos meios de venda, aceitando para tal papéis da dívida do próprio Estado, extremamente desvalorizados pela sua condição de devedor "inadimplente";

Quadro 3

Dívida externa dos países dependentes (em bilhões de dólares)



Fonte: Bird, World Debt Tables, 1990-91.

* Adoção de uma política flexível que combine ao mesmo tempo "rapidez e firmeza" com um mecanismo gradual e mais lento para as empresas onde existem maiores resistências. É o caso da privatização das lucrativas subsidiárias da Petrobrás e do crescente endividamento externo da empresa que visam inviabilizá-la economicamente e desgastá-la perante a opinião pública;

* Cumprimento de etapas que tenham como objetivo final a *retirada total* do Estado da atividade econômica. O que está sendo feito na Argentina e no México mostra exatamente isso;

* Eliminação de restrições ao investimento estrangeiro no setor financeiro e "liberalização" dos mercados financeiros internos e, ao mesmo tempo, busca de recursos para as estatais no mercado internacional de capitais. Tanto no primeiro como no segundo caso são oferecidas grandes vantagens aos investidores estrangeiros o que vai aumentando controle do capital externo sobre as estatais;

* Adoção de uma série de outras medidas paralelas para facilitar o funcionamento das empresas já privatizadas; melhores condições de importação, combate à inflação, arrocho salarial, medidas fiscais que permitam um melhor equilíbrio do orçamento público, etc.

A globalização dos mercados de capitais eleva o parasitismo a um nível superior



Para entender melhor os mecanismos de privatização das estatais e novas formas de penetração do capital imperialista nos países dependentes analisaremos a seguir, em maior detalhe, a internacionalização dos mercados de capitais.

Um dos fenômenos mais importantes que está a acontecer na economia mundial é a globalização do mercado de capitais. Os recursos advindos desse mecanismo se constituem hoje na forma principal de exportação de capital entre os países ricos e desses para os países dependentes. Passam a predominar sobre os empréstimos bancários conjuntos (sindicalizados) que tiveram seu auge duante a década de 70 e que por sua vez já haviam deslocado os créditos oficiais e os investimentos diretos. O parasitismo do imperialismo atinge um nível muito superior.

A participação dos bônus nas transações totais entre os países passou de 42,2% em 1982 para 63,4% em 90. Em valores absolutos: de US\$ 75,5 bilhões para US\$ 228,8 bilhões no mesmo período. Nos nove primeiros meses de 91 foram captados US\$ 320,7 bilhões em títulos. A taxa média anual de crescimento do mercado internacional (entre não residentes) de ações de 1979 a 89 foi de 17%; foram US\$ 92 bilhões em 1989 ano no qual o volume total de ações nas mãos de investidores estrangeiros atingiu US\$ 830 bilhões. Ao contrário, os empréstimos bancários combinados baixaram sua participação nas transações totais de 54,8% em 1982 para 16,3% em 86 e recuperaram-se para 32,8% em 90. Ver quadro n.º 4. Em 1989 a saída da líquida dos "países industrializados", no item de investimentos em carteira, alcançou a cifra de US\$ 272 bilhões, 35% maior que em 88. O Japão sozinho fez em outubro último um investimento líquido (compras menos vendas) de US\$ 14,6 bilhões no mercado internacional de títulos.

É através desse processo que os EUA procuram financiar seus enormes déficits e que a Inglaterra financiou seu programa de privatização. É ainda assim que o capital financeiro japonês vai se sobrepondo aos demais e firmando sua hegemonia. Ver quadro n.º 5.

O que sobra para os chamados países em desenvolvimento é uma pequena parte das transações totais, como se pode ver no quadro n.º 6.

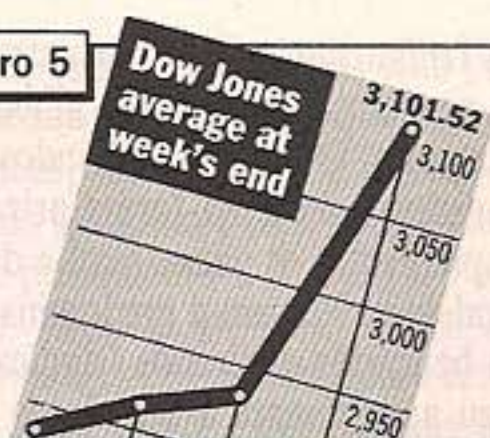
Quadro 4

**Empréstimos contraídos nos mercados internacionais de capital
(bilhões de dólares)**

	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990
Bônus	75,5	77,1	111,5	167,8	227,1	180,8	227,1	255,7	228,8
Ações	---	---	0,3	2,7	11,7	18,2	7,7	8,1	7,3
Empréstimos sindicalizados	98,2	67,2	57,0	43,0	52,4	91,7	125,5	121,1	118,2
Linhas de crédito comprometidas	5,4	9,5	28,8	42,9	29,3	31,2	16,6	8,4	6,3
Subtotal	179,1	153,8	197,6	256,4	320,5	321,9	376,9	393,3	360,6
Linhas de crédito não comprometidas	---	---	---	23,2	67,6	71,0	76,6	73,2	64,7
Total	---	---	---	279,6	388,1	392,9	453,5	466,5	425,3

Fonte: OCDE, "Financial Market Trends"

Quadro 5



Tamanho dos mercados de valores (bilhões de dólares)

	Número de empresas cotizadas		Capitalização	
	Dic. 1984	Dic. 1989	Dic. 1984	Dic. 1989
América Latina (mercado emergente)	1.692	1.747	37,9	85,5
Argentina	236	178	1,2	4,2
Brasil (São Paulo)	522	592	29,0	44,4
Chile	208	213	2,1	9,6
Colômbia	180	82	0,8	1,1
Costa Rica	41	78	0,2	0,2 a
Jamaica	36	45	0,1	1,0
México	160	203	2,2	22,6
Perú	157	265	0,4	0,8 b
Trinidade e Tobago	36	31	0,8	0,4
Venezuela	116	60	1,1 c	1,2
Outros mercados emergentes	6.449	8.835	55,9	525,7
Taiwan (Pr. Ch.)	123	163	9,9	237,0
Coréia (República da)	336	502	6,2	140,9
Índia	3.882	6.000	8,0	27,3
Malásia	217	238	19,4	39,8
Outros	1.891	1.932	12,3	80,5
Mercados desenvolvidos	17.472	18.690	3.328,0	11.095,4
Japão	1.444	2.019	644,4	4.392,6
Estados Unidos	7.977	6.727	1.862,9	3.505,7
Reino Unido	2.171	2.015	242,7	826,6
Alemanha	449	628	78,4	365,2
França	504	668	41,1	364,8
Outros	4.927	6.633	458,4	1.640,5

Fonte: Corporação Financeira Internacional, *Emerging Stock Markets Factbook 1990*, Washington D.C., abril de 1990. a = 1986 b = 1987 c = 1985

Quadro 6

Emissões de bônus internacionais (bilhões de dólares)

	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990
Emissões brutas	75,5	77,1	111,5	167,8	227,1	180,8	227,1	255,7	228,8
Países desenvolvidos	59,3	59,5	93,7	137,7	201,2	156,0	198,2	223,9	188,5
Países em desenvolvimento	4,1	2,6	3,5	6,3	3,1	2,0	4,5	3,6	4,3
Organizações internacionais e outros	12,1	15,0	14,3	23,8	22,8	22,8	24,4	28,2	36,0

Fonte: OCDE, "Financial Market Trends"

* Inclui Europa Oriental e países asiáticos

Isso explica em boa parte as condições de grande desvantagem com que os países dependentes entram no mercado internacional de capitais e o significado de doação das privatizações.

Os principais instrumentos através dos quais se captam recursos no mercado internacional de capitais são: a emissão de bônus e o investimento em carteira de ações. Quanto a esse último pode-se citar três mo-

dalidades: os fundos especializados, as colocações diretas nos mercados internos de valores e a cotização no exterior de ações de empresas.

Empresas da Coréia do Sul, de Taiwan e da Tailândia emitiram bônus internacionais no valor de US\$ 1,6 bilhões durante os 18 meses depois de janeiro de 90. O mesmo estão fazendo empresas indianas. Tal forma de captação de capital externo vai ganhan-

do muita força nos países da América Latina, onde é utilizado largamente pelas estatais. O quadro n.º 7 dá uma idéia do que tem sido feito no México e na Venezuela.

Dessa forma é que a participação dos bônus nas obrigações da dívida externa dos países latino americanos teve um crescimento notável; grande parte dos empréstimos bancários antigos se transformou em bônus.

Só nos nove primeiros meses de 91 estima-se que os países da América Latina tenham captado por esse mecanismo perto de US\$ 10 bilhões, o que representa mais que o total conseguido entre 1982 e 89.

Este ano também o Brasil mergulhou fundo na captação de investimentos externos através da venda de bônus de empresas estatais. Há muito tempo não se usava esse mecanismo de captação. Só nos últimos meses de 91 foram captados US\$ 1,5 bilhão, predominantemente das estatais entre as quais se destacam: Petrobrás, US\$ 850 milhões; Telebrás, US\$ 200 milhões; Vale do Rio Doce, US\$ 200 milhões. Ver quadro n.º 8.

Todos os papéis das estatais brasileiras são colocados no mercado por agentes financeiros internacionais. O Citybank por exemplo coordenou a venda dos eurobônus da Petrobrás, seu diretor-gerente de finanças corporativas internacionais, Carlos Guimarães, faz a seguinte avaliação: "Os investimentos deram um crédito de confiança assumindo a premissa de que o governo realizará as reformas prometidas de privatizar, negociar a dívida e tratar corretamente o capital estrangeiro. Eles assumiram que isso vai acontecer em um futuro próximo." (grifo meu, DT).



É acintoso o processo de dilapidação do patrimônio público brasileiro com as privatizações

O México é apresentado como o grande exemplo a ser seguido pelos demais países latino-americanos. A recente trajetória da economia mexicana é as

Quadro 7

México e Venezuela: emissões identificadas de bônus internacionais
(milhões de dólares)

Valor das emissões	1988	1989	1990	1991 (jan-abr)
México	52	250	1.175	517
Setor público	---	100	753	447
Setor privado	52	150	422	70
Venezuela	256	10	211	---
Setor público	256	10	131	---
Setor privado	---	---	80	---

Quadro 8

Eurobônus de empresas estatais brasileiras*

Empresa	Valor emissão (US\$ milhões)
Petrobrás	885
Telebrás	300
Vale do Rio Doce	200
BNDES	55
Total	1.335

* Valores captados de agosto a dezembro de 91
Fonte: CS First Boston Emerging Capital Markets e G. Mercantil

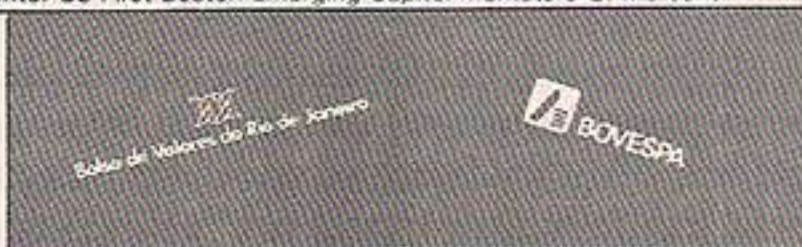
Quadro 9

**Fundos de Investimento
Capital Estrangeiro**

(2/1/91 à 27/11/91)

Nome	Rentabilidade do fundo (%)	Varição Cambial (%)	Rentabilidade em US\$
Banorte	611,34	372,80	50,45
Citi-Brasil	729,90	372,80	75,52
Credibanco	666,11	372,80	62,04
General Electric	723,12	372,80	74,09
Geral Comércio	750,84	372,80	79,96
Vértice (Chase)	709,78	372,80	71,49
Braz. Inv. Compll	674,79	372,80	63,87
Investment One	607,27	372,80	49,59

Fonte: International Finance Corporation
Emerging Stock Markets Factbook 1991



sim descrita: "Acertou primeiro a economia com um pacto entre governo e trabalhadores, combateu a inflação com o corte dos gastos públicos, saneamento das finanças e privatização. Paralelamente, renegociou a dívida externa dentro do Plano Brady - a dívida se transformou em problema do passado, sem afetar a vinda de capital voluntário. Depois desses passos, as barreiras do mercado internacional foram diminuindo.", explica C. Guimarães do Citybank.

Há em todo esse processo uma grande dilapidação do patrimônio público brasileiro que pode ser comprovado pelo seguinte:

* Os juros pagos aos compradores desses papéis que são os mais altos da América Latina, estão muito acima das taxas internacionais, duas vezes e meia a mais. Paga-se cerca de 11 a 13% em média quando a taxa paga pelos títulos do Tesouro norte-americano é de 5% aproximadamente. As comissões pagas aos agentes é de cerca de 2,5% o que dá um total de quase 15% (juros mais comissões);

* Os preços do mercado interno são normalmente muito subavaliados em relação aos do internacional. Ou seja, os investidores estrangeiros compram barato papéis de alto rendimento sem praticamente correr nenhum risco;

* Para tornar mais atrativos os papéis das estatais brasileiras pretende-se adotar ainda dois tipos de medidas que já têm sido tomadas por estatais de outros países. A primeira é emitir bônus conversíveis em ações e a segunda é a emissão direta de ações para venda no exterior. É claro que quando as ações dessas empresas são vendidas com preços abaixo de seu valor patrimonial, há uma imediata depreciação do seu capital da empresa;

* Há, quanto aos prazos, uma grande diferença em relação ao processo anterior em endividamento feito através de empréstimos bancários, normalmente a longo termo. Agora com os bônus, o prazo médio é 2 ou 3 anos sendo que o credor pode reaver seu dinheiro após 6 meses ou um ano, muito antes de vencido o tempo do contrato;

* A relação credor-devedor passa a ser direta, sem a intermediação do Estado. Daí um maior controle sobre as empresas, diretamente o que afeta ou modifica todo o processo de planejamento da produção e de investimentos. Tudo isso quando a empresa não foi ainda privatizada como a Petrobrás, Telebrás ou Vale do Rio Doce. O endividamento das empresas estatais nessas condições pode ser tomado como um passo para a sua privatização ou o que se chama de "privatização gradual".

Uma outra medida que vem sendo tomada pelos diversos governos de países dependentes é a abertura de suas bolsas de valores aos investimentos diretos estrangeiros. Em janeiro deste ano, Taiwan anunciou a permissão para que estrangeiros investissem diretamente nos seus mercados de ações. Em junho o Brasil fez o mesmo. O Peru resolveu abrir seu mercado

em setembro. A Coréia do Sul já permitiu que algumas corretoras estabelecessem seus escritórios em Seul.



O investimento nos EUA volta ao bolso do aplicador em 14 anos. No Brasil em 6 anos

O "grande negócio" para os investidores estrangeiros se verifica em três níveis, como mostra o caso brasileiro onde até meados de novembro já haviam sido investidos US\$ 414,2 milhões com um retorno ao exterior de US\$ 41 milhões;

1) O rendimento dos oito principais fundos ficou este ano entre 49,59% e 79,96% enquanto a taxa de juros londrina (Libor) está em 5%. Isto significa que o aplicador estrangeiro que investiu no Brasil obtém em curto espaço de tempo a rentabilidade equivalente a uma aplicação de renda por dez anos. Ver quadro n.º 9.

2) No Brasil, o número de anos em média necessários para que o investimento retorne é de 6,1; no Chile 8,86 enquanto que nos EUA é de 14,1. A este indicador se chama Preço/Lucro.

3) No Brasil, como no caso de vários outros países dependentes, o preço das ações está muito abaixo de seu valor patrimonial, numa relação de 0,28. As cotações médias das ações ficam em 28% dos valores patrimoniais. Um dos mais baixos do mundo. Ver quadro n.º 10.

Quadro 10

Mercado Acionário



Lucro
preço
índices

Preço valor
patrimonial
índices

Final
1989

Final
1990

Final
1989

Final
1990

Argentina	22,14	3,11	1,64	0,37
Brasil	8,30	5,34	1,34	0,75
Chile	5,82	8,86	1,33	1,42
México	10,66	13,20	1,03	1,29
Alemanha	17,80	12,60	2,39	1,75
Japão	51,90	31,00	4,79	2,52
Reino Unido	11,70	10,90	1,95	1,54
Estados Unidos	14,10	14,10	2,16	1,92

Fonte:

International Finance Corporation Emerging Stock Markets Factbook 1991

O processo de privatização das empresas estatais dos países dependentes ou "a venda do século" como tem sido comumente chamado, significa uma enorme transferência de riqueza aos "países ricos" e



Toni

inaugura uma nova etapa na dependência, muito maior do que até então. Os centros de decisão de setores vitais da produção, do comércio e das finanças passam a ser controlados desde a sede das grandes potências. O neoliberalismo para os "países pobres" nada mais é do que a liberdade total para o imperialismo agir e dominar. A consequência é o aparecimento de uma série de países sem nenhuma soberania, habitados por milhões de miseráveis (2).

Um setor da elite dominante dos países dependentes, através do movimento de privatizações, vai procurando novas e melhores formas de associação com os monopólios externos. Representam basicamente o capital bancário. Uma outra parte manifesta insatisfação ainda que incipiente.

Quanto à situação dos países do Leste e da extinta URSS cabe aqui estabelecer uma diferença. Lá não havia e não há capitalismo monopolista de Estado por causa da inexistência de monopólios privados que, em estreita aliança com os monopólios estatais, caracterizariam tal regime econômico. E sim a propriedade estatal sob a dominação de uma camada de funcionários burocratas da pequena burguesia. Um regime econômico de transição (que agora se esgota) do socialismo rumo ao capitalismo, que não era mais socialista mas que ainda não era capitalista (3). Pela ausência de capitais internos poderosos, a tendência é de que naquela região o processo de privatização das

grandes empresas se dê sob absoluto domínio do capital imperialista.

Nesse quadro, ganha importância transcendental a intensificação da luta pela preservação da presença do Estado em setores estratégicos da economia. Esse é um dos aspectos centrais da luta antiimperialista dos trabalhadores e dos povos do mundo para conquistar a soberania nacional. ■

DILERMANDO TONI - Jornalista, editor do jornal *A Classe Operária*

NOTAS

(1) As medidas adotadas por Bush visando a recuperação econômica não têm dado o resultado esperado e têm sido responsáveis por uma queda vertiginosa de seu prestígio junto à população. Segundo o Wall Street Journal, nas últimas dez semanas perderam o emprego 2.600 pessoas por dia. (Gazeta Mercantil, 16/12/91).

A Pan Am, companhia aérea que espelhava a pujança norte-americana, fechou em novembro. Agora no fim do ano a GM, maior indústria automobilística do mundo, anunciou o fechamento de 21 fábricas nos EUA e Canadá e a dispensa de 70 mil funcionários nos próximos 4 anos. Em 1991 o prejuízo da GM nos EUA deverá ficar em torno de US\$ 7 e 8 bilhões.

(2) No México onde o processo de privatização está bem avançado, existem hoje 40 milhões de pessoas, metade da população, em condições de miséria. 17 milhões em situação de extrema miséria, o desemprego cresce e o salário real caiu em 60%. (Dados apresentados por C. Cárdenas do Partido da Revolução Democrática do México no começo de dezembro de 91). O déficit em conta corrente em 1991 atinge US\$ 11 bilhões, cerca de 4% do PNB.

(3) Para melhor aprofundamento ver diversos artigos de Luís Fernandes a esse respeito.

CAPITALISMO: UM REGIME MARCADO PARA MORRER

AGENOR SILVA

Em sua obra O Capital, Marx mostrou que o capitalismo corresponde à certo nível de desenvolvimento das forças produtivas: é transitório, vítima de suas próprias contradições internas

O capitalismo, se por um lado vem apresentando mecanismos de amenização nas formas de manifestação de suas contradições, por outro, continua sendo marcado pelo permanente aprofundamento da sua contradição básica, qual seja, entre o caráter social do trabalho e o caráter privado da apropriação. A teoria elaborada por Marx há mais de 150 anos continua válida para explicar os processos econômicos que ocorrem no mundo de hoje.

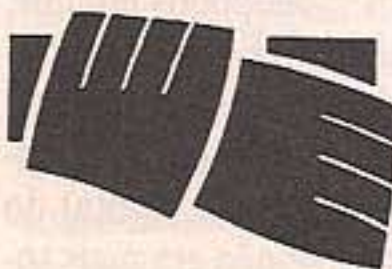
Para Marx, o entendimento do capitalismo só é possível partindo-se de sua superação - o socialismo - o qual representa, no fundamental, a superação da contradição básica do capitalismo e suas formas de manifestação. Tal superação expressa-se no fato de tornar-se cada vez mais necessário que a apropriação também seja social através da socialização dos meios de produção. É verdade que o socialismo - a superação do capitalismo - não é um processo espontâneo, independente da vontade dos homens. Há que se articular o aspecto consciente, de luta política, para atingir a nova e superior etapa de desenvolvimento da humanidade. Porém a exigência histórica do socialismo expressa-se precisamente no fato de que enquanto perdurar o capitalismo mais agudas serão as contradições sociais. Mais tencionado, digamos assim, estará o modo pelo qual os homens se relacionam no processo de produção e distribuição.

A teoria marxista sobre as crises cíclicas, periódicas, relaciona-se diretamente com o desenvolvimento das contradições do modo capitalista de produção. No capitalismo pré-monopolista, o processo de agudização das contradições do sistema manifestava-se periodicamente em crises caracterizadas como sendo de superprodução relativa.

Resumindo sua concepção das contradições do sistema capitalista, Marx ressalta o conflito entre o objetivo da produção no capitalismo - obtenção de lucro, valorização do capital - e os meios pelos quais este objetivo é perseguido - desenvolvimento das forças produtivas:

“Em termos bem genéricos, a antinomia consiste no seguinte: o modo capitalista de produção tende a desenvolver de maneira absoluta as forças produtivas, independentemente do valor, da mais-valia nele incluída, e das condições sociais nas quais se efetua a produção capitalista, ao mesmo tempo que tem por finalidade manter o valor-capital existente e expandi-lo ao máximo ... Os métodos com que alcança esse objetivo implicam em decréscimo da taxa de lucro, depreciação de capital existente e desenvolvimento das forças produtivas do trabalho às custas das forças produtivas já criadas”. (1)

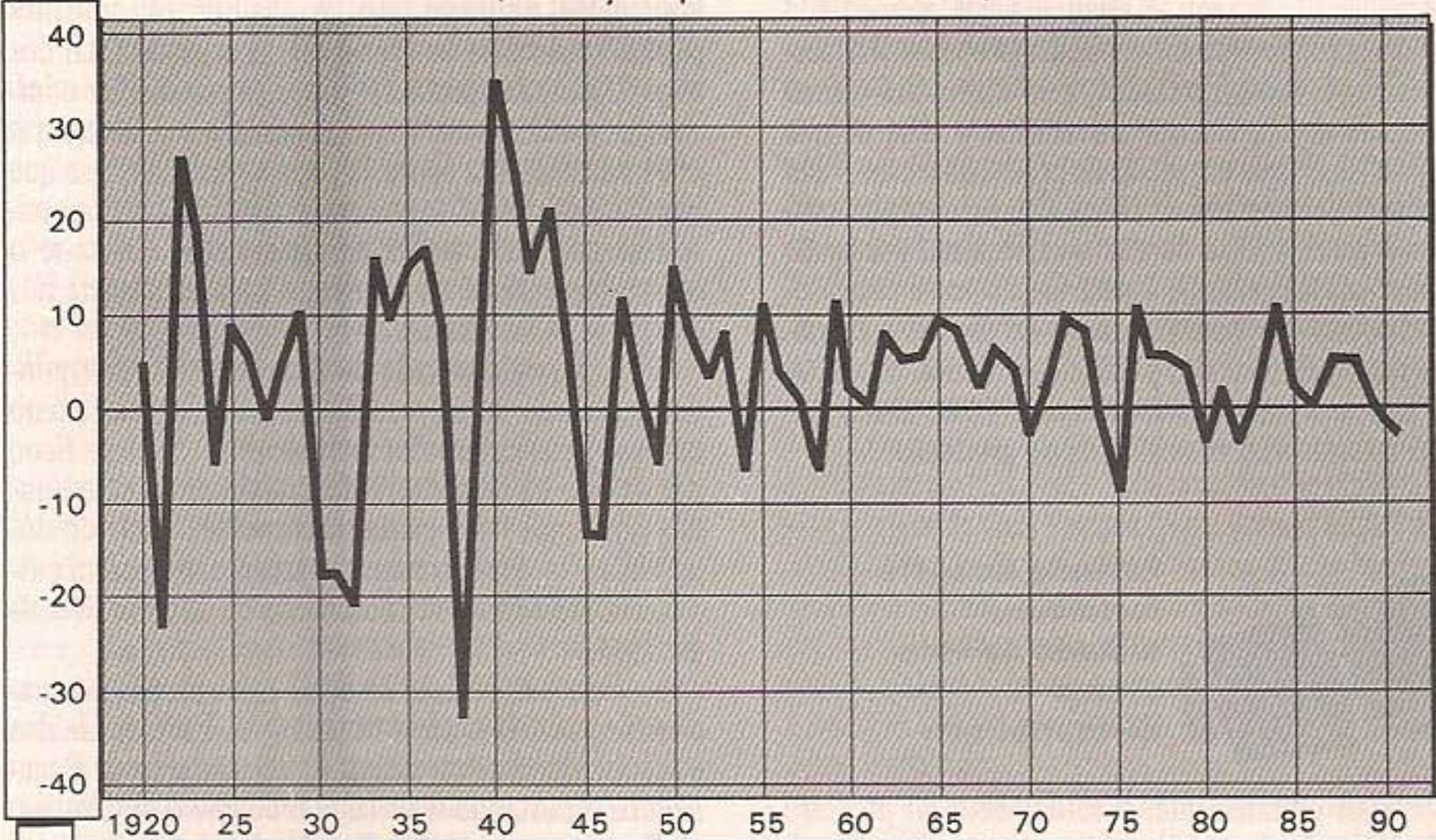
Desenvolvendo esta concepção do processo de desenvolvimento da base econômica e portanto também de superestrutura da sociedade capitalista, Marx estudou a anatomia econômica do sistema, sistematizando as formas de manifestação de sua contradição básica, entre o caráter social da produção e o caráter privado da apropriação.



Como se manifesta a contradição entre produção social e apropriação privada dos produtos

Segundo Marx: essa contradição possui três formas principais de manifestação: a contradição entre

(Variação percentual anual)



Fonte: 1986 Economic Indicators The Economist

a relativa organização do trabalho em cada empresa capitalista e a anarquia que impera a nível de toda a produção; a contradição entre a tendência à ampliação da produção e a base estreita de consumo dos trabalhadores; e a contradição entre o trabalho e capital, ou em outras palavras, o crescimento mais acelerado do capital constante frente ao capital variável apontando para a tendência decrescente na taxa de lucro.

Tudo isto, concretiza-se no tempo e no espaço nas crises periódicas que abalam e abalam o sistema em intervalos regulares. Assim, *“As crises não são mais do que soluções momentâneas e violentas das contradições existentes, erupções bruscas que restauram transitoriamente o equilíbrio desfeito”*.⁽²⁾

Estas formulações de Marx correspondem a uma análise histórica do desenvolvimento da produção capitalista até o terceiro quarto do século passado. Tal arcabouço metodológico reflete a experiência prática histórica de crises que abalam o capitalismo desde seu processo de consolidação.

Houve crise em 1788, 1793, 1803, 1810 e 1819 na Inglaterra, o país que primeiro experimentou a consolidação do sistema.

1825 pode ser caracterizado como o ano da primeira crise tipicamente de superprodução relativa conforme viria a dar sua explicação a teoria marxista. Crises cíclicas com estes mecanismos de eclosão ocorreram em 1847, 1857, 1866, 1873, 1882 e 1890. As três últimas já ocorreram e impulsionaram o processo de transformação do capitalismo de pré-monopolista para o capitalismo monopolista, ou imperialismo.

Na época do imperialismo, prosseguem as crises periódicas em 1900-1903, 1907-1913 desembocando na I Guerra Mundial. O entre Guerras foi marca-

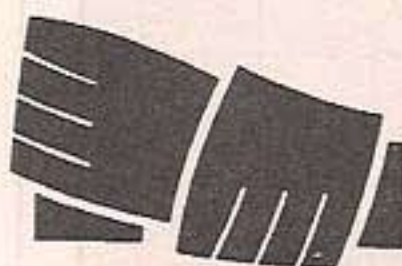
do, neste aspecto, por duas grandes crises de superprodução relativa em 1929-1933 e 1937-1938.

Junto às crises periódicas, ocorre o processo de concentração da produção e centralização do capital, o que pode ser entendido como um aumento da socialização do trabalho, por um lado, e, por outro, um aprofundamento no caráter privado da apropriação. Em determinado momento deste processo de acirramento das contradições do capitalismo, ocorreram mudanças significativas, de qualidade, no sistema. No início do século um grande debate se estabeleceu no interior do movimento operário e popular exatamente sobre o caráter dos processos que se desenvolviam no interior do capitalismo. John A. Hobson, Hilferding, Kautsky, Bukharin e outros convergiam para a idéia de que os monopólios representavam a própria superação das crises. Lênin combateu esta idéia pregando que a época dos monopólios, por ele identificada com a época do imperialismo, pelo contrário, representava a elevação a grau extremo das contradições do capitalismo.

Com base nisto, Lênin formulou que a época dos monopólios representava um período particular na história da humanidade. Representava a etapa histórica de decomposição e parasitismo do capitalismo e, conseqüentemente, correspondia à época das revoluções proletárias, de transição para o socialismo.

Por certo período, as idéias de Lênin sobre a época dos monopólios tornaram-se hegemônicas no movimento social, principalmente no movimento operário. A I Guerra, a revolução bolchevique, o processo revolucionário em quase toda a Europa, e, mais à frente, as crises de 1929/33 e a crise de 37/38 desembocando na II Guerra Mundial corroboraram a tese

se de que o capitalismo tinha entrado em sua fase de decomposição. Porém, o relativo vigor apresentado pelo desenvolvimento do capitalismo após a II Guerra nos países industrializados, pelo menos até o final da década de 70, suscitou novamente a idéia de que o capitalismo seria um modo de produção eterno, com condições de superar suas crises. Ou, pelo menos, passou a vigorar a idéia de que o capitalismo apesar de ampliar constantemente a polarização entre países ricos e pobres e a polarização no interior das economias principalmente dos países dependentes, este sistema, passou a encontrar formas de manter, amenizando as quedas bruscas nos níveis de produção.



Falência do Leste fortaleceu a ilusão na vida eterna do capitalismo

Mais recentemente, o coroamento do processo de degeneração do socialismo alavancou a tese da eternidade do modo capitalista de produção.

Por outro lado, e vinculado a isto, o processo de concentração e centralização do capital-base para a regulação do capitalismo segundo alguns, ou base para a decomposição do sistema segundo Lênin e o pensamento marxista clássico, é inexorável e palpável. Desta forma, a questão que se coloca é precisamente a análise das contradições, das crises e suas causas, bem como das possibilidades do capitalismo, nas condições da crescente monopolização da economia. Vale ressaltar que estamos assistindo a uma aceleração do processo de consolidação dos monopólios internacionais, a chamada transnacionalização do capital e a internacionalização da economia.

Esquemáticamente, teremos, a médio prazo, um pequeno grupo de monopólios gigantes controlando todos os setores mais dinâmicos da economia do Globo. Para os países dependentes sobrarão a sua integração com especialização às estratégias do grande capital financeiro internacional. Um primeiro elemento a ser levado em conta na argumentação em prol da teoria econômica marxista a respeito das contradições do sistema refere-se ao fato de que mesmo após a II Guerra prosseguem as crises periódicas como manifestações das contradições do sistema. Além disso, aprofundaram-se as bases sobre as quais Lênin concluiu que vivíamos na época da transição para o socialismo.

Após a II Guerra, registre-se a crise de 1948-1949 nos Estados Unidos, a crise de 1951-52 na Europa Ocidental e a de 1957-1958 de caráter um pouco mais geral.

É verdade que estas crises ocorreram nos marcos de uma significativa expansão do sistema tanto nos países imperialistas como em certas áreas do mundo dependente como a América Latina e parte da Ásia.

Na seqüência, temos a crise de 1960-61 nos Estados Unidos, a crise de 1966-1967 na Europa como preparação das crises de 1969-1971. A crise do final dos anos 60 ganha importância histórica por marcar o início das evidências de crise monetária e financeira a nível mundial. É a época em que a posição quase que hegemônica dos EUA no campo monetário e financeiro internacional começa a sofrer abalos. Inicia-se o desarranjo estrutural, manifesto particularmente nos processos inflacionários.

A segunda metade da década de 60 corresponde ao período de preparação da crise do dólar como moeda e reserva de valor internacional. Tal fato ficou patenteado na crise de 1971, quando um dos resultados principais foi a perda de convertibilidade do dólar em ouro, desmoronando o arranjo monetário e financeiro edificado na conferência de Bretton Woods em 1944.

Com a imposição do dólar como moeda internacional após a II Guerra Mundial, os Estados Unidos puderam operar com déficit no seu Balanço de Pagamentos exportando mais capital do que o obtido com os fluxos anteriores. Os Estados Unidos passaram a comprar o mundo fabricando a própria moeda e o mundo ficou inundado de dólares e títulos nominados em dólar.

A crescente desproporção entre a produção de mercadorias e seu representante do equivalente geral vem de longa data. Relaciona-se com o desenvolvimento do capitalismo monopolista de Estado desde a década de 30.

Como ilustração, observa-se que a participação da despesa governamental no PIB passou de 19% para 52% na França entre 1929 e 1985. Para o Japão, a evolução foi de 19% para 33%. Para a Suécia, de 8% para 65% e para os Estados Unidos de 10% para 37%, no mesmo período. (3)

Se por um lado a falência do padrão ouro, a implantação dos Bancos Centrais, e a implementação das políticas Keynesianas, tudo isto, amenizou o processo cíclico da reprodução do capital, por outro lado, rebatete-se em uma imensa massa de capital preso na forma dinheiro.

Em termos esquemáticos, pode-se simplificar o mecanismo da seguinte forma: o Estado através de seus gastos favorece a venda de mercadorias por parte dos capitalistas - a realização da mais-valia; os capitalistas emprestam para o Estado principalmente comprando títulos públicos.

Desta forma, parte dos lucros capitalistas fica preso na forma dinheiro, sofrendo empecilhos para a realização do ciclo do capital sua metamorfose - sem que haja pressões crescentes no sentido de desvalorização da moeda.

Trata-se de um processo geral interno a cada país, mas também agravado com o papel desempenhado pelo Estado norte americano cujo Federal Reserve é como se fosse o Banco Central dos Bancos Cen-

trais, a partir da II Guerra. Assim, a crise do dólar, iniciada em 1971, propaga-se por todas as demais economias.



Estagnação no mundo dependente e fraco crescimento dos países ditos desenvolvidos

Duas tendências marcam a economia mundial na década de 80: de um lado, temos um fraco crescimento industrial nos países ditos desenvolvidos; de outro, o mundo dependente sofre uma estagnação em várias de suas regiões. Ambas as tendências são formas de manifestação do aprofundamento das contradições do sistema. Para a segunda, é palpável a sua relação com a crise monetária e financeira pós 1971.

O crescimento mais que proporcional do capital na forma dinheiro frente as suas formas mercadoria e produtiva dificulta o processo de valorização do capital. Este processo a nível de cada país e também a nível internacional, interagindo com as crises cíclicas próprias do capitalismo, levou a necessidade de se encontrar locais "privilegiados" onde este capital na forma dinheiro pudesse ser valorizado independentemente de sua aplicação produtiva. Inicialmente houve o movimento de especulação com matérias-primas que vai se patentear na crise de 1974. A seguir, inicia-se o processo de aceleração do endividamento externo dos países dependentes como um mecanismo importante de estrangulamento destas economias. Mais recentemente presenciamos o endividamento norte-americano como local central de valorização do capital-dinheiro a nível mundial. Os Estados Unidos passaram a ser o sorvedouro de recursos econômicos e financeiros de todo o mundo.

Várias correntes econômicas procuram explicar o endividamento do chamado Terceiro Mundo como sendo decorrente de um "excesso de liquidez internacional" no início da década de 70. Acentuam que quando os países dependentes contraíram empréstimos, havia no mundo muitos capitais-dinheiro disponíveis e, conseqüentemente, as taxas de juros eram baixas.

É necessário repetir que esta sobra de capital-dinheiro patenteou-se a partir da crise industrial de 1971 quando o sistema padrão-dólar deu sinais de esgotamento. Assim, a aceleração do endividamento dos países dependentes por exemplo, serviu para sustentar os lucros dos monopólios internacionais. Em artigo publicado nesta revista no número 20 destacamos que a pobreza cresce no mundo por conta do desenvolvimento da lógica interna do capitalismo na fase monopolista. Agregue-se que a polarização do mundo entre países pobres e ricos acelerou-se muito na última década.

A relação entre rendas *per capita* entre países pobres e ricos que era de um para três no início do

século passou a ser de um para dez em 1970. Segundo dados do Banco Mundial, em 1989 a renda *per capita* na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE(4) foi 24 vezes maior do que no resto do mundo.(5)

O empobrecimento relativo e absoluto do chamado Terceiro Mundo atesta o quanto contraditório esta sendo o desenvolvimento recente do capitalismo. Por outro lado, os países imperialistas experimentam um fraco crescimento se levarmos em conta os avanços obtidos no campo científico e tecnológico. Na era dos computadores, do início da robotização industrial, do desenvolvimento de novos materiais, na fase embrionária da expansão espacial, é decrescente o avanço da produção e da riqueza material mesmo nos países ditos desenvolvidos.

O crescimento industrial ponderado para os Estados Unidos, Japão, Alemanha, França, Itália e Inglaterra esteve por volta de 6,5% na década de 50; 6% na década de 60; 3,5% na década de 70 e somente de 3% na última década. O gráfico 1 representa esta tendência decrescente no crescimento industrial para os EUA.

Agregue-se a isto, que o Banco Mundial projeta um crescimento anual entre 2,2 e 2,9% no PIB real dos países da OCDE para a década de 90.

Para os países dependentes, a projeção do PIB real *per capita* situa-se entre 2,2 e 2,5% ao ano.(6)

Sobre estas projeções, é o próprio Banco Mundial que alerta:

"...um cenário 'negativo', baseado em grande turbulência nos sistemas comercial e financeiro e em preços do petróleo extremamente instáveis, poderia resultar numa queda de 1,7 pontos percentual, em relação ao básico, na taxa média de crescimento dos países industrializados e em uma queda de 2 pontos percentuais na taxa de crescimento dos países em desenvolvimento nos anos 90". (7)

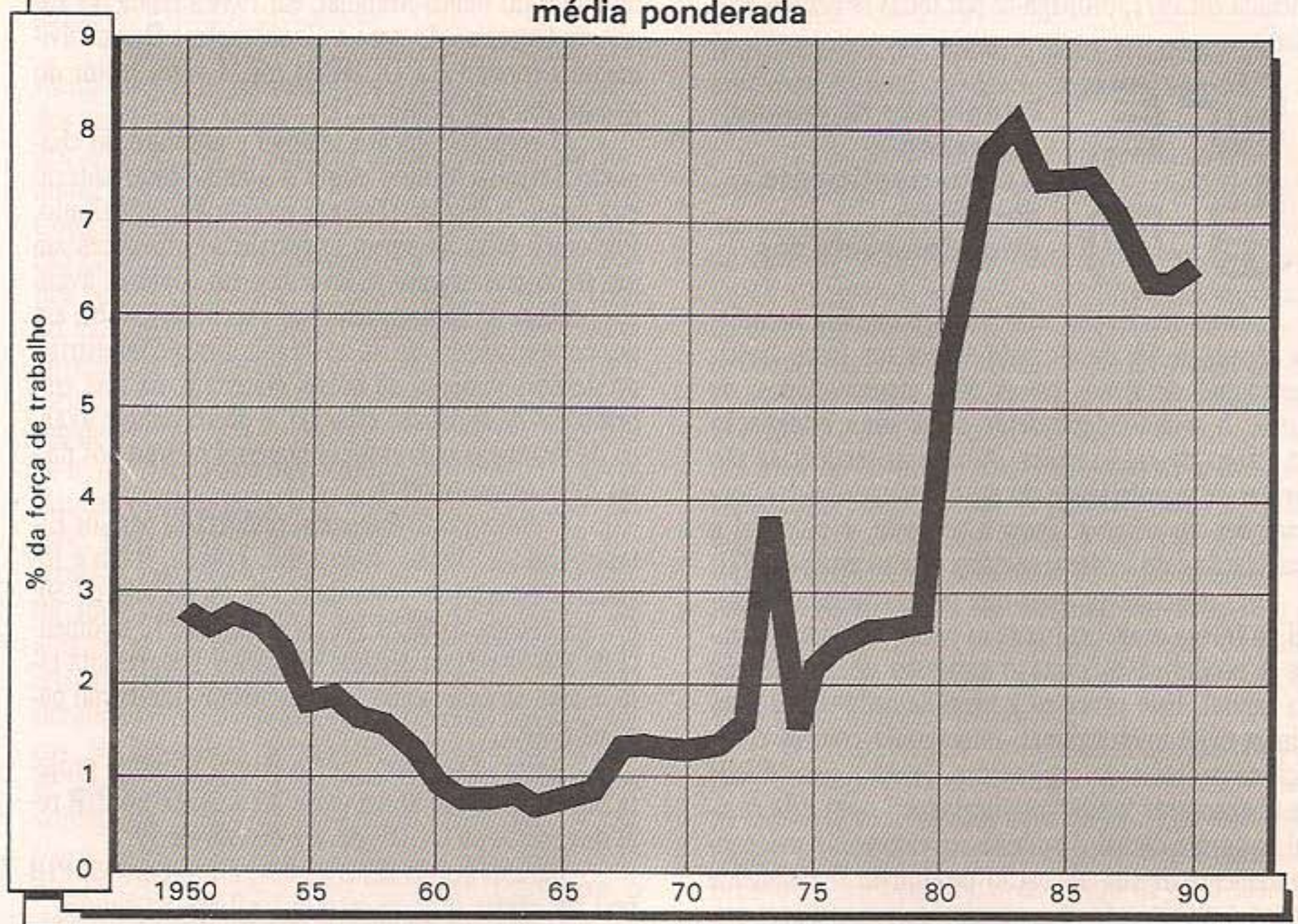


Dívida americana cresce à razão de US\$ 100 bilhões ao ano atualmente

A situação da economia norte-americana é bem um testemunho destas potencialidades de turbulências e crises. Saindo da II Guerra como a grande potência industrial e financeira, na atualidade, os EUA passam a experimentar mudanças bruscas no seu posicionamento internacional. De grande exportador de capital, controlando os setores mais dinâmicos da economia de diversos países, os EUA passaram a receber capitais de outras potências com tendência a perder sua posição hegemônica no campo econômico.

Tomando como indicador a posição líquida de ativos estrangeiros, observa-se que em 1984 os EUA possuíam ativos no estrangeiro avaliados em US\$ 896

média ponderada



bilhões, e os ativos estrangeiros nos EUA somavam US\$ 893 bilhões, resultando numa posição líquida positiva de US\$ 3 bilhões. Já em 1989, os ativos norte-americanos no exterior somam US\$ 1380 bilhões, e os ativos estrangeiros nos EUA somam US\$ 1983 bilhões resultando numa posição líquida negativa de US\$ 603 bilhões. (8)

Este número que convencionou-se chamar de dívida externa norte-americana cresce à razão de mais de US\$ 100 bilhões ao ano como consequência do crônico déficit comercial e também na Balança de Serviços. Agregue-se a este quadro a problemática do déficit público resultando no crescimento da dívida interna norte-americana que passou de 44,1% do PIB em 1984 para 62% do PIB em 1991. Como ilustração, registre-se que os EUA produziram 8 milhões de automóveis em 1985 e devem terminar 1991 com uma produção de apenas 5 milhões e 500 mil. Como imaginar a manutenção do hegemonismo monetário e financeiro norte-americano sem que ocorra, digamos assim, soluções traumáticas?

Em termos de ciclo do capital industrial nos chamados países centrais, a crise de 1974-1975 estendeu-se por cerca de 20 meses, a maior desde a Guerra. Além disso, a fase de depressão prolongou-se até 1977. Somente em 1978 inicia-se uma relativa fase de recuperação e crescimento industrial, abortado pela grande e prolongada crise de 1980-1983. Os novos fatores aprofundam as dificuldades do capitalismo no início da década de 80. Referem-se em particular ao

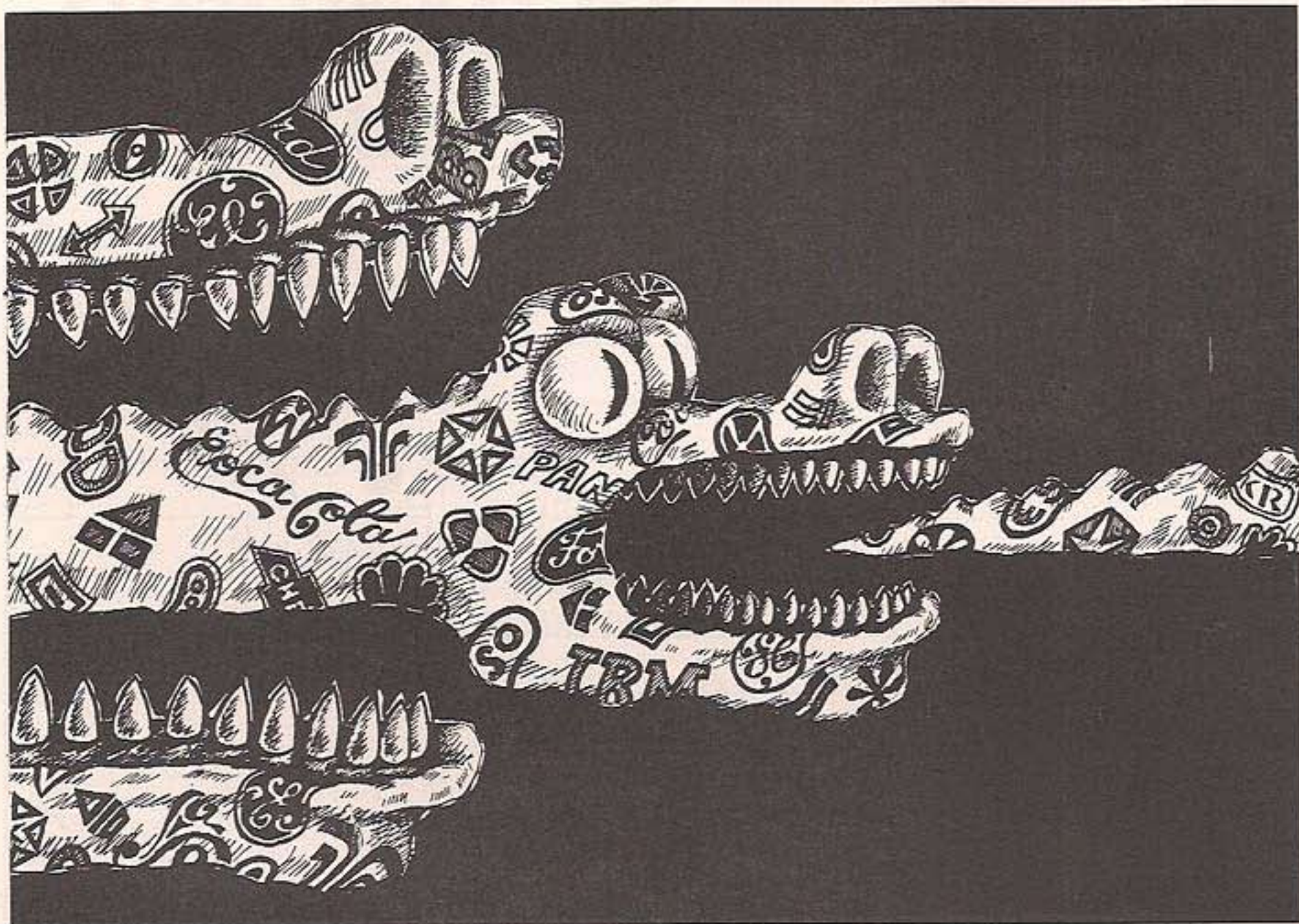
avanço no processo de concentração da produção e centralização do capital. Tem a ver com o acirramento da concorrência nos mercados internacionais e com o crescimento da chamada internacionalização do capital.

Note-se que 1991 representou mais uma crise cíclica do sistema capitalista. Neste ano, a produção industrial norte-americana declinou cerca de 2%; a da Inglaterra recuou mais de 4%, da Itália e do Canadá 2%. Mesmo o Japão começa a apresentar declínio no crescimento de sua produção industrial com perspectivas de recessão para o ano de 1992.

Do lado dos países dependentes, a situação é ainda pior. Em artigo publicado nesta revista, no número 22, procuramos apontar este processo de internacionalização da economia e mostrar suas consequências para o chamado terceiro mundo. Mostramos que para o mundo dependente a perspectiva é uma perda de dinamicidade destas economias com aumento absoluto de pobreza.

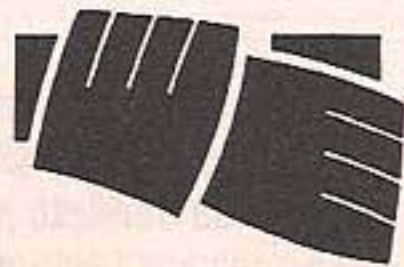
Cabe agregar que tal fato entrelaça-se com o processo de acirramento das contradições do sistema que se rebate mesmo nos países imperialistas em um aumento da parcela da população excluída do processo de produção e distribuição.

Para os países ricos, uma das consequências sociais mais perversas das particularidades do desenvolvimento econômico atual é o desemprego crônico e crescente. O gráfico 2, a seguir, quantifica este fenômeno.



Outro aspecto marcante do ciclo econômico atual refere-se a uma certa exaustão na atuação do Estado no interesse dos monopólios manifesta em especial nas instabilidades monetárias.

**Deslocamento dos EUA
anuncia
novos conflitos, até
militares,
no horizonte mundial**



A relativa recuperação econômica ocorrida a partir de 1983 e o avanço tecnológico que salta às vistas possui caráter contraditório. O outro lado da moeda deste período de sobrevida do capital é a orientação do sistema no sentido de crescentes barreiras a regulação do sistema. De um lado temos a transferência de riqueza dos países dependentes para as metrópoles e a conseqüente estagnação crônica em várias regiões do Globo. Hoje quase a metade da espécie humana vive em condições de pobreza crescente.(9)

De outra parte, o movimento objetivo de deslocamento da hegemonia norte-americana no mundo, o acirramento da concorrência entre monopólios e nações imperialistas, não permite afastar a idéia de novos conflitos econômicos, políticos e até mesmo militares no horizonte do desenvolvimento mundial. O gráfico 3 a seguir mostra como tem sido desigual o crescimento econômico entre os países imperialistas

no pós-Guerra, em prejuízo da posição dos Estados Unidos como potência hegemônica.

As taxas decrescente de crescimento econômico, o recuo nas taxas de acumulação, o desemprego crônico e estrutural, a colocação da economia norte-americana como sorvedouro de recursos de quase todo o mundo, o aumento de tensões no campo monetário e financeiro indicam que a fase atual do capitalismo corresponde a uma época histórica de acelerado aprofundamento das contradições do modo de produção capitalista.

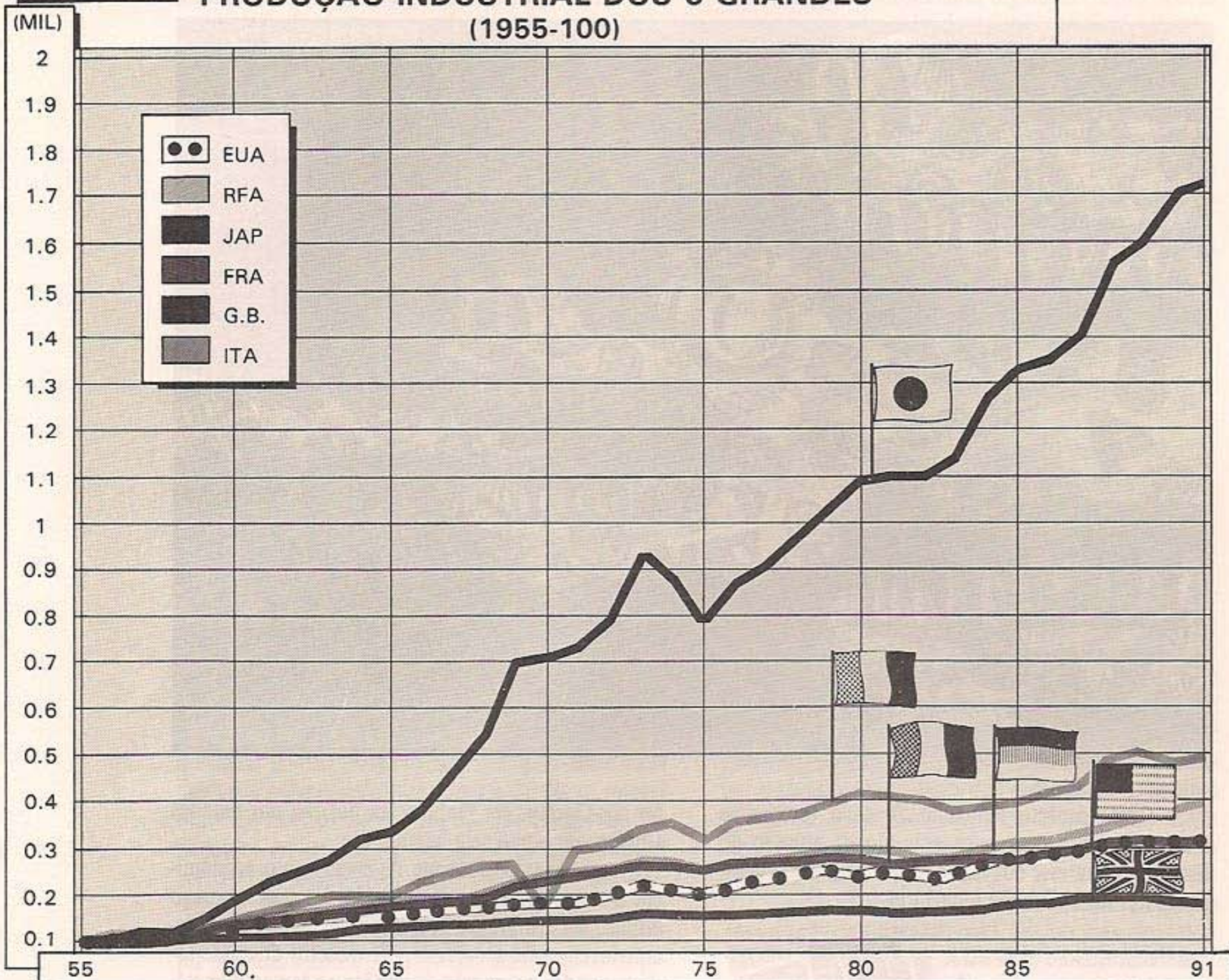
É verdade que este acirramento das contradições do capitalismo não se manifesta mais principalmente através de crises periódicas profundas como descrevera Marx no século passado. Porém, a essência do pensamento marxista no campo econômico refere-se a que o capitalismo é transitório na história da humanidade por conta do desenvolvimento de suas contradições.

Para o marxismo-leninismo, vivemos na última etapa de desenvolvimento do capitalismo por conta do estágio a que se chegou no processo de concentração da produção e centralização do capital do ponto de vista histórico, vivemos o período de decomposição de um modo de produção e advento de um outro, também transitório, o socialismo rumo ao comunismo.

As tendências apresentadas pelo capitalismo na atualidade reforçam as teses leninistas sobre a nos-

GRAFICO 3

**PRODUÇÃO INDUSTRIAL DOS 6 GRANDES
(1955-100)**



sa época. A concentração da produção acelera-se a cada dia apontando para um aprofundamento da decomposição e parasitismo do sistema capitalista. Aumenta a cada dia a crise social de caráter mundial.

Por outro lado, uma recomposição do capitalismo exigiria a solução, mesmo que temporária, da disputa pela hegemonia mundial. Exigiria um avanço no sentido de abolir as fronteiras nacionais particularmente dos países dependentes, com o intuito de maior articulação dos processos produtivos. Um equacionamento dos desequilíbrios monetários e financeiros em cada país e a nível internacional. Uma reversão da tendência nociva de crescimento da parcela da humanidade excluída da produção e do consumo. Tudo isto atesta que o nível de desenvolvimento das forças produtivas alcançado com o capitalismo exige a sua transformação em um regime de caráter superior, o socialismo.

A despeito da perspectiva socialista ter sofrido um sério golpe com a reimplantação do capitalismo nos países ex-socialistas, à teoria econômica progres-

sista não é estranho os fenômenos que atestam a necessidade da transição para um superior regime social como apontava Lênin no início do século. ■

AGENOR SILVA - engenheiro naval e mestre em Economia.

NOTAS

- (1) MARX, Karl. *O Capital*, Livro III, Vol. 4. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. 1980. p.286.
- (2) Idem, p.286
- (3) Fonte: Banco Mundial, *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial* 1988. p.48
- (4) A OCDE engloba a Alemanha, Austrália, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, EUA, Finlândia, França, Grécia, Irlanda, Islândia, Itália, Japão, Luxemburgo, Noruega, Nova Zelândia, Países Baixos, Portugal, Reino Unido, Suécia, Suíça e Turquia.
- (5) Fonte: Ladislau Dowbor, "Introdução teórica à Crise", p. 20. Dados de 1989 do Banco Mundial, "Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial" 1990.
- (6) Veja Banco Mundial, "Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial" 1991. p.31 e 34.
- (7) Banco Mundial, "Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial" 1991. p.35.
- (8) FONTE: Federal Reserve Bulletin *(May/90) e Survey of Current Business (Jun/89).
- (9) Veja Banco Mundial, "Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial" 1990.

TEORIAS INCONGRUENTES OU CIVILIZAÇÃO IMPOSSÍVEL? *

J.W. BAUTISTA VIDAL

*Sucessivos governos teimam em utilizar em
nosso país tecnologias
em desacordo com a realidade dos trópicos.
Essa prática acarreta
danos irreversíveis ao equilíbrio ambiental*

Os países hoje industrializados fundamentaram com suas realidades, especialmente aquelas do século XIX, as teorias econômicas. Circunstâncias sócio-políticas e condições edafo-climáticas das regiões temperadas e frias, onde se localizam, condicionaram a natureza dos instrumentos de análise, sempre subordinados a interesses hegemônicos. O uso dessas teorias em países tropicais naturalmente provocou condicionamentos de toda ordem que impedem a compreensão de seus problemas e perturbam suas soluções.

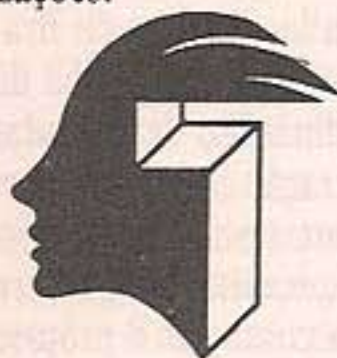
Assim, discutir qualquer questão tecnológica, ecológica, energética, social ou política nestes países, sem levar principalmente em conta suas realidades, distintas, às vezes em extremo, daquelas das regiões temperadas e frias, é deformar essas realidades. Quaisquer estruturas produtivas sadias precisam, necessariamente, para ser entre si compatíveis e eficazes, fundamentar-se nas forças da natureza, nos seus meios, recursos e potencialidades. Ao ignorá-los como faz o "modelo" econômico em uso no Brasil, que equaciona os fatores de produção fundamentando-os em meios físicos profundamente distintos aos dos trópicos, se está construindo um gigante, desestruturado, sem intelecto e com os pés-de-barro. Nada mais irracional se pode conceber. Tanto isto é real que ainda prolifera entre nós a despropositada e insensata afirmação da impossibilidade de desenvolvimento de civilização dos trópicos.

Evidentemente, este disparate não resiste a qualquer análise séria, por mais elementar e ingênua que seja. Somente estúpidos, no sentido vernáculo da palavra, podem repetir tal insensatez, tantas são as evidências que comprovam precisamente o contrário. Este

bisonho preconceito tem por base a ignorância generalizada das leis e princípios que regem a natureza e a vida nos trópicos. Ou uma suprema perversidade intencional de natureza geopolítica.

A decisão de uma nação fundamentar sua vida futura em fontes energéticas renováveis, ou não, constitui-se na mais crucial decisão que qualquer geração pode tomar. Realmente, isto compromete de modo irreversível a evolução social e política de muitas gerações à frente. Ou seja, estabelece a natureza do próprio processo civilizatório. Faz uma grande diferença, sob todos os pontos de vista, as formas diferentes de energia e a natureza renovável ou não das suas fontes, que fundamentam as complexas tarefas de construir civilizações.

Por tudo isso, é essencial compreender, em profundidade, o papel que essas diferentes formas de energia, sempre naturais, desempenham na conformação, manutenção, desenvolvimento e decadência das civilizações.



**Em nosso país,
"modelo"
servil e barbárie
são duas
faces da mesma moeda**

As civilizações industriais contemporâneas necessitam para existir prever o uso permanente de energia em forma extensiva e intensiva. Sua origem é sempre a disponível na natureza. Vimos que os países hoje industrializados, dependentes de combustíveis fósseis, aparentemente sem alternativas, estão impossibilitados de projetarem suas perspectivas civilizatórias,



salvo mudanças profundas em suas estruturas de demanda e oferta energética ou a subjugação a si de países que disponham de recursos energéticos abundantes e permanentes. Fora disto, resta a truculência hegemônica, suportada pela violência militar.

O elevadíssimo potencial energético que o Brasil continental representa, devido precisamente a sua grande extensão tropical, com cerca de 40% do trópico úmido do planeta, é praticamente ignorado pelas estruturas de poder nacional. Isto ocorre especialmente nas áreas financeira e econômica, onde se centralizam, de modo enfático e desproporcional, os controles desse poder. Também são causas desse despropósito, como vimos, além da natureza dependente do "modelo" de crescimento, as inadequações e impropriedades das teorias econômicas. Elas têm levado o país ao fracasso por desconsiderarem nossas realidades, seus fatores de produção, e as necessidades e aspirações dos brasileiros. Elas são aplicadas por indivíduos que servem à forças hegemônicas externas que dominam a estrutura econômica-financeira nacional.

A proposta de abandono da postura servil ante a hegemonia externa, que até aqui foi aceita pelos dirigentes brasileiros, é fundamentada em nossas realidades e aspirações. A privilegiada localização do Brasil nos trópicos e suas dimensões continentais lhe dá vantagens comparativas extraordinárias, de elevadas potencialidades e de possível realização concreta a curto prazo. Isto, entretanto, somente reverterá em nosso benefício se, mas somente se, resultar de postura decidida de seu povo, passando a controlar o próprio destino; ou seja, depende da superação da minoridade a que se refere Kant, que condiciona, na indignidade, a cabeça de dirigentes brasileiros.

Com tecnologia já dominadas no país, as florestas e as culturas energéticas podem suprir parcelas ponderáveis das necessidades mundiais de combustíveis sólidos, líquidos e gasosos, bem como de eletricidade, por período de tempo praticamente limitado.

Evidentemente, é descabido, por ser imoral e altamente lesivo aos interesses nacionais, a maneira como se está exportando energia elétrica de Tucuruí, via alumínio e intermediários, a preços que têm alcançado menos de 30% dos custos de produção. Este é apenas um exemplo de práticas que, no global, causam ao povo brasileiro prejuízo de cerca de quatro bilhões de dólares por ano, somente na área elétrica. Em definitivo, por suas potencialidades, a biomassa pode se constituir, a médio prazo, no principal pólo dinâmico do desenvolvimento do mundo tropical e, a mais longo prazo, em poderosa alavanca de alteração da atual estrutura de poder, retirando-nos da ignóbil posição de neocolônia, incompreensível para uma nação continente.

Sendo o vetor energético fundamental e abrangente promotor do desenvolvimento, e mesmo do processo civilizatório, garantidor portanto, em termos físicos, de nossa permanência como nação, deve-se também levar em consideração a importância da imensa riqueza que os trópicos representam em abundância e diversidade de vida vegetal e animal. Esta característica, além de possibilitar suprir todas as necessidades básicas dos povos que neles habitam, oferta grandes potencialidades de matérias-primas para amplo espectro de setores industriais, inatingíveis, de modo autônomo, nas regiões temperadas e frias.

Essas perspectivas, acrescidas daquelas do subsolo não-renovável, estão, entretanto, sendo devastadas por meio de ações com sentido nítido de barbárie e malsã perversidade, frutos da lógica econômica de "modelo" servil e castrador.



A exploração racional da biomassa é a alternativa para preservar a cobertura florestal

Os solos tropicais da Hyléia Amazônica são muito lixiviados, profundos e pobres em nutrientes. Sobre eles, no entanto, se assenta uma imensa e variada massa de vegetação, incomparável com qualquer outra região ou clima. Esta ostensiva evidência, no entanto, leva a precipitada conclusão, resultante da postura de mimetismo cultural: "a Amazônia não se presta à produção vegetal porque o seu solo é pobre em nutrientes...". Assim, sob o fundamento dessa "lógica" devasta-se por meio de queimadas a riqueza vegetal, para plantar capim. Destroi-se, deste modo, equilíbrio ecológico construído em processo que se mantém há bilhões de anos. "Para plantar capim" ou para ser coberta por lâminas d'água de discutíveis hidrelétricas ou para construir rodovias implantadas sobre o "oceano". De fato, o trópico úmido amazônico mais se assemelha a um habitat "oceânico" do que aos continentes secos de outras regiões e cli-

mas. Somente na bacia do rio Amazonas, além de milhares de rios, riachos e igarapés, em permanente mutação, existem mais de dez mil lagos. Esta imensa massa d'água em equilíbrio dinâmico é absolutamente essencial para a regulação dos gigantescos fluxos de energia que têm o seu centro motor planetário precisamente no trópico úmido. E a floresta tropical tem papel essencial nessa dinâmica. Ela funciona como um grande estabilizador e simultaneamente motor do processo.

Estamos falando de dinâmicas de fluxos energéticos que envolvem, por dia, volumes de energia equivalentes, em comparação simbólica, à provocada na explosão de seis milhões de bombas nucleares, do porte da lançada sobre Hiroshima. Assim, 48,5% da chuva que cai na região é devolvida pela floresta por evapotranspiração que, para tanto, utiliza 50% da energia solar ali incidente. Esta umidade devolvida em gigantescas porções serve como veículo de transporte de energia, que irá suprir desequilíbrios energéticos em outras partes do planeta, especialmente nos pólos. Sobre esta dinâmica em equilíbrio global, se está intervindo sem avaliar seus efeitos, com brutalidade e ignorância, ao devastar essas florestas em dimensões que já alcançaram a média de dois milhões de hectares por ano.

Na realidade, os nutrientes essenciais para a vida da massa vegetal na floresta amazônica situam-se na própria biomassa, em vez de se localizarem no solo. Além da vegetação aérea, nessa floresta, muitas toneladas de biomassa por hectare se acumulam abaixo da superfície e acima do solo. Deste modo, a dinâmica dos nutrientes ocorre entre a vegetação e essa biomassa localizada acima do solo. Nessa estrutura vital, o solo parece ter papel secundário quanto ao fluxo dos nutrientes. Tudo indica ser essencial, neste caso, a diversidade da biota. É, portanto, irracional transferir para estas condições as práticas que se aplicam aos cultivos nos climas temperados, de características completamente diversas. Assim, mais uma vez, ignorar as excepcionais condições dos trópicos é brutalizá-los com tecnologia inadequadas que vêm provocando efeitos devastadores em precioso e complexo patrimônio.

“Gigantescas corporações transnacionais, como a Volkswagen, Goodyear e Nestlé desmataram com buldôzeres milhões de hectares na bacia do rio Amazonas, a fim de criarem gado para exportação. As conseqüências do desmatamento dessas gigantescas áreas são certamente devastadoras. Com estes desmatamentos as evidências mostram que podem desencadear-se reações nos fluxos energéticos suscetíveis de alterar, significativamente, o clima do mundo.” (1)

“A experiência brasileira mostra que a exploração racional de biomassa florestal, longe de representar um fator de destruição, constitui a única alternativa para a conservação de cobertura florestal, pois dá valor econômico à floresta. Os Estados de São Pau-

lo e Paraná, que pouco desenvolveram exploração florestal, estão hoje reduzidos a uma taxa de cobertura de menos de 5%, enquanto o Estado de Minas Gerais, onde se concentra a maior produção mundial de carvão vegetal, tem 37% de seu território coberto por matas e florestas.” (2)

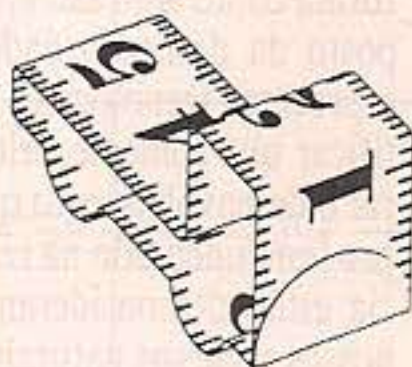
Dirigentes do poder econômico nacional condicionam o uso entre nós de tecnologias às já operacionalizadas e desenvolvidas para circunstâncias e interesses de países hegemônicos, embora a maioria esteja em conflito com a realidade dos trópicos. Isto é, na forma como aqui são aplicadas, baseiam-se no pressuposto da desnecessidade do domínio nacional sobre o processo tecnológico, o que corresponde a não identificar que somente pelo seu domínio se pode procurar o desenvolvimento que, para ser verdadeiro, é sempre fundamentado na realidade. Com essa atitude beócia estão desconsiderando o uso social e político de nossos recursos naturais e fontes de energia, especialmente os renováveis. Trata-se, portanto, de sistemática irracional e predadora. Com estas práticas, fica fácil identificar a origem de muitos dos graves problemas que afligem o país.

Enquanto ocorria o desenvolvimento industrial-tecnológico autônomo nas regiões temperadas e frias do Norte, os países das regiões intertropicais viviam situação diversa e adversa. Induzidos pelos industrializados a adotarem “modelos” tecnologicamente dependentes, foi-lhes retirada a oportunidade de fundamentar seus desenvolvimentos nas próprias realidades. Assim, suas estruturas produtivas não conseguem reagir ante as dificuldades, pois as tecnologias exógenas que utilizam impõem-lhes permanentes restrições ao uso das vantagens comparativas dos fatores de produção locais, uma vez que, condicionadas a outros fatores, não se adaptam às realidades que as circundam. Este estilo pouco sadio de crescimento conduz necessariamente a efetivos negativos.

É preciso, assim, ter plena consciência das estratégias dos países industrializados visando superar suas vulnerabilidades energéticas e de recursos naturais. Evidentemente seus caminhos não serão baseados em substituição de fontes de energia ou matéria-prima por outras, mesmo porque elas não estão disponíveis, mas algo mais profundo. Para reduzir a dependência externa de recursos naturais, especialmente os energéticos, esses países darão prioridade à substituição de recursos escassos por aqueles que lhes são abundantes internamente, como o capital, a estrutura industrial e de serviços, altamente competitivos e principalmente, a produção tecnológica. E, quando necessário, a força militar. Neste contexto, os países tropicais ficarão expostos ao seguinte dilema: embora relativamente ricos em recursos naturais, ao persistirem servis com seus “modelos” dependentes, ficarão submetidos aos instrumentos de poder que lhes serão impostos pelos pacotes tecnológicos externos. Assim, tendem, cada vez mais, a aumentar sua dependência em relação a

fatores de produção que não dispõem e a inviabilizar a exploração racional e a valorização relativa dos seus próprios recursos. Estes, embora estratégicos, passam a ser, intencionalmente e de modo crescente, desvalorizados, em contraste com aqueles recursos que têm por origem os países hegemônicos. Forma-se assim rígida dinâmica de dependência, em que todos os caminhos para superar essa situação estão bloqueados. Para a manutenção desta dinâmica trabalha um exército de economistas, com os instrumentos "lógicos" de suas teorias.

**Imitação de modelos
de outras
realidades é inviável
a médio
e longo prazos**



"A superação do subdesenvolvimento exige que os recursos abundantes sejam canalizados para a criação de uma estrutura de produção que, gerando novos recursos, de maior valor agregado, torne o processo auto-sustentado e capaz de renovar, adaptando-se à própria evolução da sociedade. Assim, o 'modelo' atual, que tenta reproduzir, por imitação, modelos de outras realidades, é, em princípio, basicamente inviável, a médio e longo prazo, pois exige a mobilização prévia de recursos financeiros, tecnológicos e industriais não disponíveis." (3)

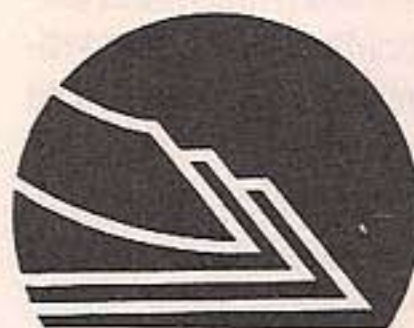
Embora as estruturas produtivas devessem se fundamentar na valorização do que as teorias econômicas chamam de fatores de produção, isto não é viabilizado devido a modelos dependentes no campo tecnológico. Este é mais um dos paradoxos no discurso dos economistas. Ademais, essa concepção necessita ser abrangente de modo a incluir o conhecimento da natureza desses fatores e das dinâmicas que lhe deram origem e que garantem sua existência e evolução. Trata-se de algo muito mais complexo do que essas teorias bisonhamente consideram. Assim, as forças da natureza, resultantes dos potenciais energéticos naturais, estão sempre em condições peculiares e, em geral, exclusivas das regiões onde se configuram, em conjunto com múltiplos parâmetros físicos e químicos do solo, do subsolo, da atmosfera, dos rios, dos mares, das florestas, entre outros, e, especialmente, da cultura dos povos que nelas habitam, às vezes há milênios, fruto em grande parte desse convívio com a natureza e suas forças. Tudo isto é ignorado pela estrutura conceitual que rege as teorias que fundamentam o processo de crescimento econômico em nosso país.

Além disto os pacotes tecnológicos importados resultam sempre dos interesses dos seus agregadores externos. Deste modo, os meios, recursos e potencialidades locais, regionais ou nacionais não são, em geral, naturalmente, levados em conta. A estrutura produtiva brasileira, tendo a dependência como norma,

resulta em um largo espectro de incompatibilidades com a realidade nacional, especialmente naqueles setores em que predominam as características dos trópicos. Seus componentes, tendo como origem regiões temperadas ou frias, contêm condições profundamente distintas às locais. Essas irracionalidades são as causas que fundamentam a falsa afirmação acerca da impossibilidade de uma civilização dos trópicos, a que nos referimos anteriormente. Falsa e irresponsável suposição que leva a tratar sua complexa natureza de modo absurdamente inadequado, violentando-a e destruindo seus potenciais de riqueza. Outra seria a concepção do crescimento, se o "modelo" econômico se fundamentasse em processo tecnológico auto-sustentado, o que evidentemente entraria em confronto com o status de neocolônia.

Está ficando cada vez mais evidente a incompatibilidade entre a dinâmica de ação imposta pelo sistema financeiro falsamente simbólico e a valorização da riqueza real, representada aqui pelos patrimônios naturais.

A moeda para ser legítima necessita reportar-se ao mundo real, possibilitando assim operacionalizar o processo econômico, cuja parte essencial, necessária mas não suficiente, é representada pelos recursos naturais, entre os quais, evidentemente, de modo vital, as fontes energéticas. Ao atribuir valor intrínseco à moeda sem qualquer referência a patrimônios naturais, fonte crucial de riqueza, se está construindo um sistema econômico que se assemelha a uma bolha de sabão. Assim, nas condições atuais, as regras econômicas predominantes impõem ao financeiro valores e poderes intrínsecos que extrapolam em muito os que poderiam representar. Este inconsistente sistema levará necessariamente ao colapso, bastando para isto que as estruturas de poder que suportam esse arbítrio sejam enfrentadas no propósito de resgatar os princípios que dão consistência histórica e seriedade ao processo econômico.



**Lucros como frutos
de destruição
de fontes de energia
e de vida
e ativos patrimoniais**

Além disto, os manipuladores desses falsos símbolos ao dar-lhes arbitrária equivalência com o real e ao atribuir-lhes valor de renda intrínseca, como se isso fosse possível nessas condições, estabelecem impedimentos insuperáveis, tendo em vista possíveis retornos econômicos compatíveis com o uso dos patrimônios naturais. Estes, pela própria natureza, têm limitações, pois seus parâmetros estão sujeitos às leis e princípios da física, da química e da termodinâmica. Sua flexibilidade elástica não pode ser ultrapassada, sob pena do patrimônio ser destruído para fins de utilida-

de para o homem, como estipula o 2.º Princípio da Termodinâmica.

Ou seja, o alto custo do dinheiro, manipulado pelos controladores dos sistemas financeiros, nacional e internacional, é incompatível com os lucros que são possíveis de ser extraídos da utilização desses patrimônios, quaisquer que sejam as eficiências ou produtividades das tecnologias envolvidas. Estas evidências implicam em não admitir processos de produção predadores, por serem inadmissíveis em sociedades civilizadas.

Entretanto, isso é o que ocorre, cada vez com mais freqüência, quase como norma, e os lucros resultantes passam a ser frutos não de respostas à utilização da natureza, mas da destruição de ativos patrimoniais físicos e fontes de energia e de vida. As dinâmicas que levam a esses efeitos são, em muitos casos, curiosamente estabelecidas com o objetivo de combater a inflação.

As conseqüências dessas manipulações estão levando o processo econômico a provocar rupturas irreversíveis no equilíbrio ambiental, superando as faixas de elasticidade das variáveis naturais. Estas práticas, sustentadas pela lógica das teorias econômicas, destroem paradoxalmente os patrimônios sobre os quais se fundamenta a atividade econômica. E torna impossível a sobrevivência dos povos não hegemônicos que habitam as regiões do planeta onde se concentram parcelas ponderáveis desses patrimônios naturais. Além disto, se cria gigantesco ônus para as futuras gerações, herdeiras históricas legítimas dessas riquezas, que lhes são essenciais à vida e base da evolução civilizatória.

Em síntese, os modernos sistemas hegemônicos de natureza econômico-financeiro-militar configuram modo apenas distinto de escravidão que aquele que, de modo marcante, sujou a história do homem.

Originalmente, excluídos os casos de vingança inconseqüente entre povos, a escravidão quase sempre resultava da prática hedionda do uso da força muscular dos escravos no processo econômico em toda sua extensão. A ausência de tecnologias que viabilizassem a utilização das fontes naturais de energia tornava justificável, à luz das culturas de então, tal prática. Esses indivíduos, em princípio, eram bem tratados e alimentados, pois isto era do interesse do escravocrata, com o objetivo de retirar-lhes o máximo trabalho útil. Evidentemente, esta lógica era condicionada à garantia de mantê-los como escravos.

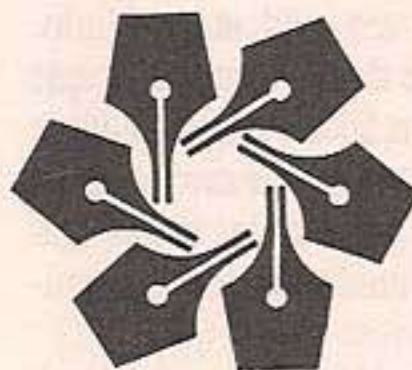
O processo de escravidão moderna, entretanto, não se dá mais pela utilização da força muscular, embora, por longo período, se justificou a intervenção estrangeira nos países dependentes pela possibilidade de uso extensivo de mão-de-obra barata, silogismo que confirma certo tipo de escravidão, ainda atual em algumas economias.

Com o desenvolvimento da automação, o interesse dos países hegemônicos se concentra no uso pre-

dador e intenso dos patrimônios naturais, cada vez mais escassos e artificialmente desvalorizados dos países do Terceiro Mundo. Assim, não é necessário preocupar-se com a alimentação dos indivíduos que habitam essas regiões depredadas; pelo contrário, eles se constituem em estorvo a esses interesses. Daí o genocídio em marcha. Ademais, eles se constituem apenas em recursos, objetos a serem utilizados e consumidos, em nome da eficiência do processo, em benefício dos sujeitos da história, do chamado Primeiro Mundo.

O imenso ônus da depredação desses patrimônios naturais, porém, terminará revertendo, em efeito bumerangue, sobre os povos hegemônicos. O sinal mais evidente dessa dinâmica de reversão é o processo inflacionário.

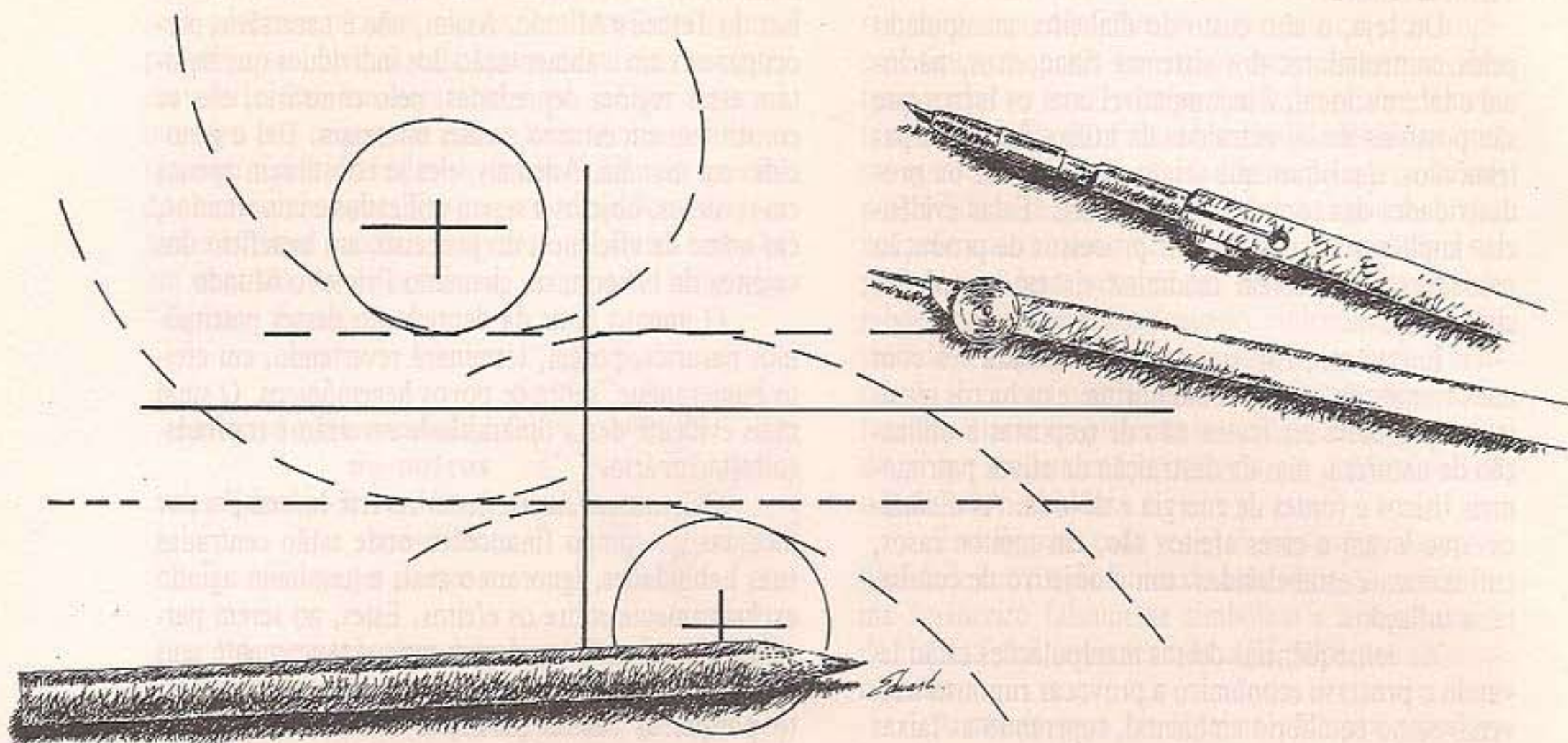
Os economistas ao tentar revertê-lo, sempre por medidas no campo financeiro, onde estão centradas suas habilidades, ignoram o real, e terminam agindo exclusivamente sobre os efeitos. Estes, ao serem parcialmente atingidos; reduzem momentaneamente seus estragos, para ressurgir depois com mais pujança. Isto porque as causas persistem em sua integridade. Ou seja, o processo inflacionário é basicamente centrado na falsa simbologia do financeiro que desqualifica os patrimônios reais, os quais sustentam as atividades econômicas. Como conseqüência do sistema neocolonial, a essas causas são adicionadas, nos países dependentes, um largo espectro de outras, todas suportadas pela lógica de teorias econômicas.



Depauperação cada vez maior pode transformar-se em explosivo estopim mundial

Na primeira fase, os países hegemônicos transferem para os periféricos, através do sistema financeiro, os efeitos da sua própria inflação. Assim, esses países vivem permanentemente com grandes dificuldades e, dentro dessas dinâmicas, os problemas inflacionários parecem insolúveis. Ignorando-se esses fatos, cria-se a imagem que todos os males provêm do processo inflacionário, sem elucidar suas causas reais e mantendo o sistema econômico sob a égide quase exclusiva do financeiro. Ao identificar o "vilão" por meio de uma meia verdade, concentram-se todos os esforços na redução de efeitos. Nunca ocorre, porém, a solução do problema, evidentemente, pois as causas reais continuam incólumes. Nesta "caça às bruxas", que ocorre sempre pelo fortalecimento do financeiro e, conseqüentemente, de seus agentes, mantém-se o *status quo* que leva a um processo repetitivo, de garantida continuidade.

Essas dinâmicas entretanto não podem ser sustentadas para sempre. Reações podem surgir, e estão surgindo, de origens insuspeitas, em grande parte co-



mo consequência da inconsistência e vulnerabilidade do processo. Também, há razões que podem levar os países periféricos, em situações de desespero, a ações vitoriosas de enfrentamento ante forças hegemônicas. Como consequência da questão energética e da própria vulnerabilidade criada por sistema financeiro inconsistente, esas forças estão em evidente declínio. Também, o processo crescente de depauperação que já envolve elevadíssima proporção da humanidade e que vem se transformando em explícita dinâmica de genocídio, como consequência natural das ações econômico-financeiras, pode se transformar em explosivo estopim mundial.

A economista inglesa Hazel Henderson do *Worldwatch Institute* de Washington e do Centro Americano de Assessoria Tecnológica, assim se refere a esses temas: "A nova palavra de ordem luta contra inflação é uma mistificação econômica. Aquilo que chamamos de inflação é, na verdade, o conjunto de todas as variáveis sociais, psicológicas e ecológicas que os economistas ignoram ao fazerem seus modelos econômicos, que posteriormente retornam a nós sob a forma de desconhecidos pesadelos. Eu me pergunto se existe qualquer tipo de lucro que não seja obtido às custas de uma dívida de igual volume, apenas não contabilizada, contraída junto a alguma camada social ou ambiental ou que não seja repassada às gerações futuras".

"Todas as variáveis externas que os economistas classificam como inflação acabarão ultrapassando as fronteiras artificiais da economia, - prossegue Henderson - inundando-a de custos sociais, sejam os que decorrerão dos desastres ecológicos até os custos de programas de saúde destinados a controlar uma

eventual epidemia de 'aids'. Isto sem falar nos custos de conflitos externos, alguns dos quais provocados anteriormente por nós mesmos, como é o caso da situação iraniana." (escrito antes de agosto de 1990). "Os economistas têm(...) aquelas formas simplistas e lineares de ver o mundo, de modo que qualquer outra coisa que aconteça será encarada como variável externa. Esses modelos bem arrumados do mundo estão divorciados das leis básicas e princípios da física, da biologia, da bioprodutividade; enfim, do mundo real". "Um dos problemas da macroeconomia é o nivelamento de dados. Perde-se toda noção do real quando a política é baseada nessa maneira maluca de tirar a média e de fazer abstrações. Quero dizer que os políticos e os economistas que perceberam este tipo de formação obviamente não conseguem entender como se planta um repolho ou como se realiza qualquer outra atividade onde seja necessário saber lidar com o mundo real." E, conclui Hazel Henderson: "Por tudo isto, acho muito perigoso que essas pessoas continuem no comando. É por isso que tenho assumido como missão a necessidade de excomungar esta casta que dirige o processo de canalização de recursos na maioria dos países industrializados. Os economistas precisam ser expostos à excreção pública como charlatões.

Precisamos de modelos político-econômicos muito mais complexos e interdisciplinares e estes não surgirão enquanto os economistas continuarem nos dizendo que são eles que sabem o que tem que ser feito."

Neste contexto, as ações resultantes da economia moderna não foram ainda mais devastadoras porque parcela crescente da população mundial vem conseguindo viver fora da economia formal, quase sem

usar moeda. Isto só é possível, porém, quando os meios naturais não são destruídos ou os habitantes não são desalojados das localidades que habitam.

Segundo Henderson, na totalidade da economia mundial, cinquenta por cento das atividades produtivas, de consumo e de serviços, estão fora do sistema monetário. Nada disto jamais é registrado nos mapas econômicos. Esta quantia soma cerca de 300 bilhões de dólares, por ano, só nos EUA, caso fossem monetarizados.

“Pessoalmente, - acrescenta Henderson - desconfio que a maior parcela deste total se deve ao fato de que as pessoas estão sendo afugentadas da economia monetária pelo absurdo que resulta acompanhar as regras de seu jogo, preferindo uma forma comunitária de subsistência e o comércio de trocas.”



**Obsessão em busca de crescimento
exaure os parâmetros
sociais
humanos e físicos**

Além das inadequações e ineficiências criadas pela sistemática da dependência tecnológica, há ainda as deformações resultantes de política e injunções, às vezes de natureza cultural, do próprio sistema econômico que, em geral, visa exclusivamente objetivos imediatistas. Assim, grande parte das tecnologias externas são dissipadoras de recursos naturais, de baixa eficiência e estruturadas em sistemas fortemente centralizadores. Muitas levam a efeitos antiecológicos, inflacionários e são perniciosas à saúde individual e coletiva; isto é, são nocivas à sociedade e inadequadas às condições e circunstâncias dos locais de uso.

A obsessão pelo crescimento econômico indiscriminado, obedecendo a bisonhas extrapolações lineares, mantém o *status quo* por meio de sistemático aumento das desigualdades e iniquidades sociais e humanas. Esta dinâmica fomenta também a deterioração de complexa natureza física, retirando-lhe a necessária flexibilidade e levando-a à exaustão. Trata-se de processo semelhante à exaustão física de organismos vivos, que podemos identificar como estresse ecológico.

Deste modo, são inutilizadas parcelas ponderáveis do patrimônio nacional, assim como são desmantelados sensíveis mecanismos institucionais, cujos principais objetivos são a promoção da harmonia e do avanço social e que exigiram longos períodos de construção. Os efeitos dessas dissipações nas áreas humana, social e ambiental terminam, como diz Henderson, revertendo sobre a sociedade, sob a forma de colossais pesadelos. Em síntese, trata-se de processo com características eminentemente predatórias. Em sua globalidade, formam consistente base estrutural para o processo inflacionário.

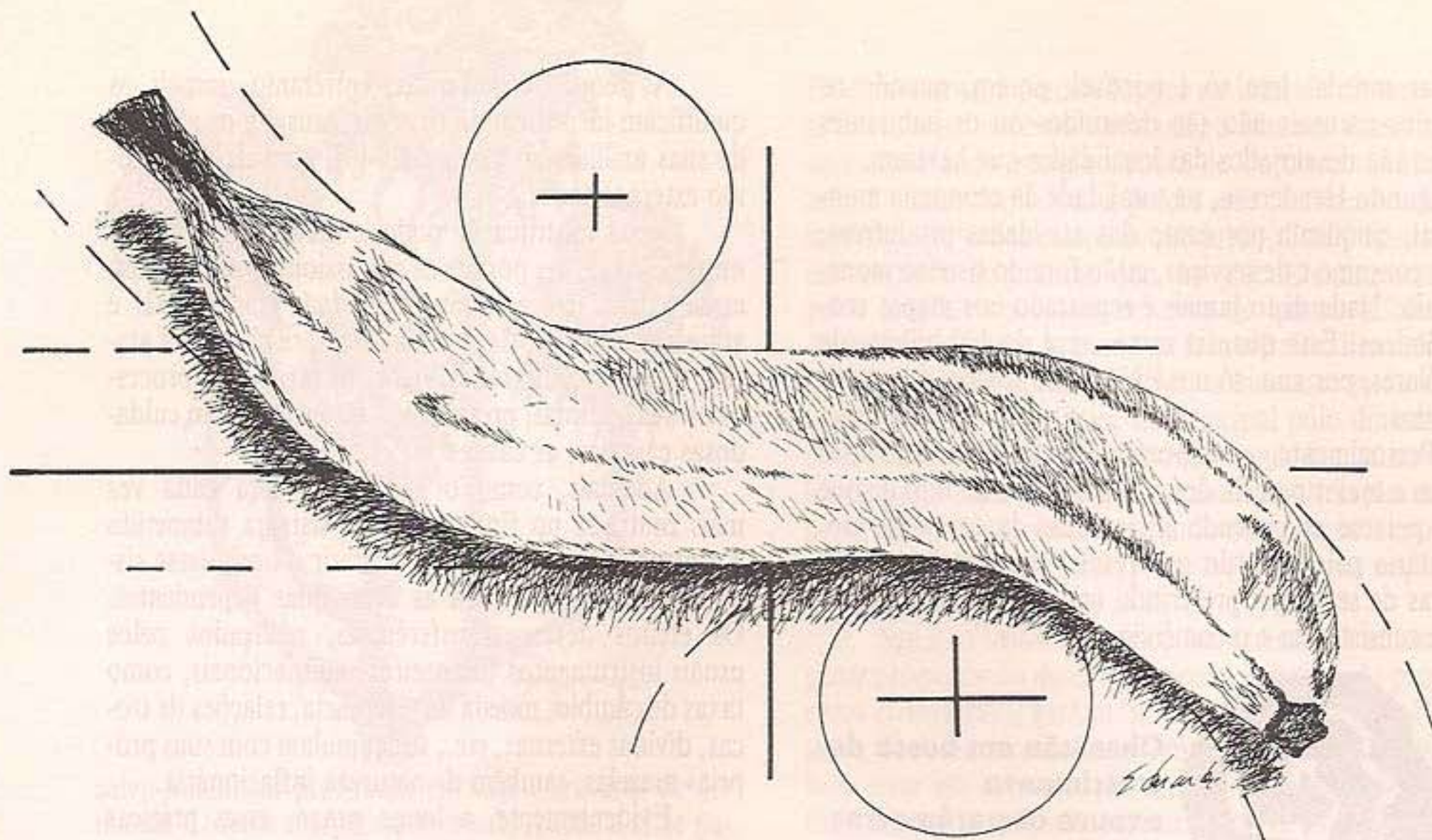
As teorias econômicas, entretanto, jamais os qualificam identificando-os como causas e os efastam de suas análises ao caracterizá-los, com desdém, como externalidades.

Nesta mistificação pode-se identificar uma das misteriosas razões porque os profissionais que aplicam essas teorias têm extrema dificuldade em localizar e atingir as origens inflacionárias. Sempre procuram atacar, às vezes com grande vigor, os efeitos do processo ou suas vítimas, preservando intocadas, com cuidadosas cautelas, as causas.

Ademais, como o econômico está cada vez mais centrado no financeiro, em sistema submetido a centros imperiais, é fácil transferir o ônus dessa sistemática estrutural para as economias dependentes. Os efeitos dessas transferências, realizados pelos usuais instrumentos financeiros internacionais, como taxas de câmbio, moeda de referência, relações de trocas, dívidas externas, etc., se acumulam com suas próprias mazelas, também de natureza inflacionária.

Evidentemente, a longo prazo, essas práticas podem ter perigoso efeito de bumerangue, como o que assistimos, a partir do segundo semestre de 1990, no Oriente Médio. Os desconhecidos custos da mobilização militar e da guerra não puderam ser suportados pela superpotência econômica que comanda o sistema financeiro internacional e que, para tanto, pressionou seus mais próximos aliados a compartilhar esses custos. Ademais, a eles se sobrepõem a natureza hedionda da ação de matança de um povo que resistiu entregar seu patrimônio nas condições que interessam ao mercado das potências hegemônicas. No Brasil, mantendo-se os preços de US\$ 40,00 do barril de petróleo, alcançado no início do conflito, os aumentos da despesa das importações de petróleo em 18 meses representariam, em dólares, 150% dos custos globais, em cruzeiros, da implantação do Proálcool, ocorrida num prazo de dez anos. Enquanto isto, os preços internacionais do petróleo continuam sendo intensamente manipulados. Até quando poderá se manter esta situação forjada? Enquanto isto, como consequência da guerra, centenas de poços estarão em chamas por muitos meses...

Assim, além da dilapidação da riqueza natural por destruição do patrimônio ecológico, as sociedades dependentes estão sendo submetidas a aumento crescente do que designaremos por estados de entropia, cujos efeitos são semelhantes aos causados pelo atrito excessivo nas máquinas, dissipador de sua energia motora. A obsessão pelo crescimento econômico indiscriminado e sem limites, leva a forçar, por longos períodos, parâmetros sociais, humanos e físicos, delicados e complexos, de forma linear, o que termina por superar seus níveis naturais de flexibilidade, levando-os à exaustão. Neste escopo, se colocam os prolongados períodos de desenfreada especulação financeira, afastando a poupança nacional das atividades produtivas e promovendo a criação de grandes fortunas, fru-



tos dessa pilhagem; os gastos desperdiçados em gigantescas máquinas tecnocráticas, especialmente manipulando o financeiro; a montagem de complexas estruturas de controle ao crime, resultado de graves desníveis sociais; os desgastes e os desperdícios de uma sociedade esbanjadora por parte de pequena minoria e os desequilíbrios decorrentes de uma maioria sem educação e sem saúde; a desmedida concentração da população em megalópoles, absorvedores e dissipadoras de riqueza e cercadas por massas humanas de milhões de desamparados e marginais; as escandalosas transferências de renda para cobrir ineficiências produtivas resultado da natureza dependente do “modelo” econômico, além das políticas de exportação a qualquer custo, visando garantir a estabilidade financeira das nações hegemônicas; o desmonte de estratégicas estruturas públicas; os gigantescos serviços da dívida, verdadeira sangria arterial da poupança nacional; a corrupção generalizada e impune; os grandes escândalos financeiros; a falta de objetivos nacionais das nossas universidades e do sistema de ciência e “tecnologia”; o crescente desencontro de falsos intelectuais, alguns chafurdando nas mistificadoras falsidades da modernidade; a ignorância arrogante e tantas outras nefandas práticas; a ingovernabilidade das grandes cidades; a marginalidade econômica de 70 milhões de brasileiros; a miséria absoluta de 40 milhões; e, para culminar, a orquestrada e sistemática destruição da autoestima nacional, promovida de modo amoral e ostensivo pelos meios de comunicação de massa, especialmente pela televisão.

As mudanças profundas que se fariam necessárias para superar este estado de alta entropia encontram reação organizada. Os defensores incondicionais

e beneficiários de dinâmicas lineares que se fundamentam nas teorias econômicas e que servem ao poder hegemônico externo, dominam os destinos do País. Deste modo, congelam arbitrariamente estruturas que abrigam poderes quase absolutos, impedindo alterações desse *status quo*, essenciais à adaptação dessas dinâmicas a práticas que permitissem à sociedade brasileira sadia evolução. Até mesmo as correntes consideradas mais progressistas tendem a ser, nesses aspectos, reacionários e estagnantes, por faltar-lhes instrumentos de análise e conhecimento específicos em multiplicidade de setores de natureza e da vida.

A crise econômica brasileira tem, como vimos, sua origem primeira no “modelo” de crescimento econômico dependente, adotado por indução de países hegemônicos predadores. Neste contexto, grande parte das tecnologias externas em uso são dissipadoras de recursos naturais, de baixa eficiência e estruturadas em sistemas fortemente centralizados e concentradores.

As conseqüências desse “modelo”, alienado e servil, extrapolam em muito o âmbito do econômico para atingir de modo brutal e sinistro a vida humana e a sobrevivência de nosso povo. ■

J.W. BAUTISTA VIDAL - Coordenador do Núcleo de Estudos Estratégicos da Universidade de Brasília.

(*) Do livro *SOBERANIA E DIGNIDADE: Raízes da Sobrevivência*, VOZES, Dezembro 1991;

NOTAS

- (1) CAPRA, Fritjof, *O Ponto de Mutação*.
- (2) STIMIC, *A Biomassa Energética*.
- (3) Bautista Vidal, J.W. op. cit.

EVOLUÇÃO DA ESTRATÉGIA COMUNISTA NO BRASIL

LUIS FERNANDES

*Panorama da evolução do pensamento estratégico dos
comunistas no Brasil,
desde suas formulações iniciais até as discussões
que marcam o 8º Congresso
do PCdoB convocado para fevereiro de 1992*

Antes de proceder à análise das formulações estratégicas em si, é importante situar as bases teóricas e conceituais sobre as quais elas se assentam, dentro da tradição do pensamento comunista brasileiro e mundial. (1) O fato é que há uma forte analogia entre a abordagem da estratégia pelos autores “clássicos” do movimento comunista (tanto nos conceitos, quanto no vocabulário) e as formulações do pensamento militar. Não por acaso, o pensamento comunista incorpora (retomando, sobretudo, observações anteriores de Engels que se dedicou ao estudo das questões militares) a concepção básica do teórico militar prussiano, Carl von Clausewitz, da “guerra como continuação da política por outros meios”. Já que havia uma *continuidade* entre as políticas e a guerra, seria possível incorporar à análise política formulações militares. De fato, as análises políticas de Lênin, Trotski, Stálin, Gramsci, etc. estão repletas de imagens, raciocínios e formulações militares (basta lembrar a célebre distinção entre “guerra de movimento” e “guerra de posição” na reflexão política gramsciana).

O movimento comunista se constitui no Século XX sob o impacto mundial da revolução soviética e tomando como referência a trajetória do Partido Bolchevique russo. Nesta base, o texto mais importante que passou a servir de “guia” para as formulações dos partidos que passaram a integrar a III Internacional foi um artigo de Stálin, publicado em 1923, intitulado “A Questão da Estratégia e da Tática dos Comunistas Russos”. (2) Como bem observou João Quartim de Moraes, as formulações contidas nesse artigo penetraram tão profundamente na tradição do pensamento comunista, que mesmo os pensadores mais visceral-

mente anti-stalinistas oriundos dessa tradição acabam por incorporá-las nas suas próprias reflexões estratégicas. (3)

As formulações do texto se apoiam num “tripé” de conceitos sobre o Programa, a Estratégia e a Tática de um partido proletário revolucionário. O *Programa* deveria se apoiar numa análise, com base na teoria marxista, da formação social onde o partido atua, sobretudo da sua “estrutura social” e das relações de classe a ela associadas. Essa análise deveria abarcar, também, a inserção desse país nas transformações econômicas, sociais e políticas em curso a nível mundial.



Estratégia deve se apoiar nos processos objetivos e nos fatores subjetivos

A *Estratégia* indica o “golpe principal” (ou “golpes principais”) a ser desferido pelo movimento revolucionário em cada etapa do processo de desenvolvimento dessa formação social (note-se, uma vez mais, o emprego de terminologia militar). Ela deve determinar as transformações estruturais que se impõe na fase histórica em curso, que, por sua vez, devem nortear a política de alianças sociais a ser estabelecido visando a ruptura revolucionária com o sistema vigente. Do ponto de vista da luta política, isto implica em: tentar isolar e golpear o(s) inimigo(s) principal(ais) de cada etapa: neutralizar o(s) inimigo(s) secundário(s) e as forças mais vacilantes; ampliar ao

máximo a aliança de forças e/ou classes sociais que podem ser reunidas na luta pelas transformações indicadas.

Pelo que foi exposto, entende-se que uma das questões fundamentais a ser definida pela reflexão estratégica comunista é o “caráter da revolução” na formação social onde o partido atua. Ao contrário do que afirma Quartim, a definição da “etapa da revolução”, dentro deste pensamento, não se define exclusivamente pelas mudanças no poder político (4). O texto “guia”, citado anteriormente, indica explicitamente que a formulação estratégica deve se basear no estudo programático dos “processos objetivos do capitalismo no seu desenvolvimento e declínio” (5) (isto é, do desenvolvimento de fatores *objetivos* como a estrutura econômica, o grau de concentração e centralização do capital, o grau de desenvolvimento do capitalismo no campo, o tipo de inserção na economia capitalista mundial, o peso relativo das diferentes classes e frações de classe na sociedade, etc.) além das mudanças políticas (abarcando uma série de fatores *subjetivos* como o grau de organização e consciência das diferentes classes e forças sociais, a sua experiência política, a sua relação com o poder de estado, as diferentes formas de consciência e sua expressão política, etc.).

Cabe ressaltar que isto implica num conceito *dinâmico* (e não *estático*) de estratégia, onde cada mudança substancial da configuração destes fatores objetivos e subjetivos deve levar as mudanças nas formulações estratégicas: “A cada reviravolta histórica corresponde um plano estratégico, indispensável e ajustado às suas tarefas”. (6)

Já a *Tática* se relaciona à definição das bandeiras políticas e de mobilização que abrem caminho para os objetivos estratégicos em cada conjuntura de atuação: “a missão mais importante da tática consiste em determinar os caminhos e os meios, as formas e os métodos de luta, que correspondam do melhor modo à situação concreta existente em determinado momento e que preparem de modo mais seguro os êxitos estratégicos”. (7) Do ponto de vista político, valem aqui os mesmos objetivos de isolamento/neutralização /aliança de forças discutidas acima no âmbito da estratégia.

Vamos acompanhar agora, ainda que de forma rápida e sucinta, como evoluiu o pensamento estratégico dos comunistas no Brasil, tendo como referência a base teórico-conceitual que acabamos de ver. O Partido Comunista do Brasil é fundado, em 1922, com base no impacto do triunfo da Revolução Soviética sobre setores do movimento anarquista, que tinha grande influência sobre o movimento operário brasileiro do início do século. Ao contrário da maioria das experiências na Europa, por tanto, o movimento comunista não se estruturou no Brasil a partir de dissidências de um partido marxista (social-democrata) já constituído e consolidado.

Entre as “debilidades orgânicas” deste tipo de nascimento está a falta de reflexões teóricas e programáticas acumuladas sobre a realidade brasileira, que pudessem servir de base para uma formulação estratégica nos termos indicados acima. A referência para esta elaboração eram as orientações da Internacional Comunista (Comintern), estruturada por iniciativa do Partido Bolchevique russo em 1919 (e que impôs, a partir do seu segundo congresso de 1920), as famosas “vinte condições” de diferenciação com os partidos sociais-democratas para aceitar a filiação de partidos comunistas revolucionários pelo mundo afora).



Primeira reflexão sobre a realidade nacional à luz do marxismo, em 1926

Um primeiro esforço de reflexão teórica e programática autônoma sobre a realidade nacional, publicada em 1926, foi a obra *Agrarismo e Industrialismo* do então dirigente do partido, Otávio Brandão. Apesar do seu caráter tosco e até mesmo primário, o livro de Brandão representou uma primeira e inédita tentativa de interpretar a evolução nacional à luz de referências teóricas marxistas. Com base nesta análise, a reflexão estratégica dos comunistas brasileiros apontava, em meados dos anos 20 para uma etapa de “revolução democrática pequeno-burguesa” no país. (8)

A partir da sua maior aproximação e integração com a própria Internacional Comunista no final dessa década, as formulações dos comunistas brasileiros passaram a se referenciar nas reflexões do Comintern sobre a questão nacional-colonial nos países dependentes e semicoloniais. (9) Isto se materializou, sobretudo, no Terceiro Congresso do Partido Comunista do Brasil, realizado em fins de 1928 e início de 1929, que incorporou integralmente as análises sobre a questão desenvolvidas no VI Congresso do Comintern poucos meses antes. (10) Mesmo sem uma análise teórica e programática mais profunda da realidade brasileira, o pensamento estratégico desenvolvido sob a égide da Internacional Comunista se apoiava em formulações da teoria do imperialismo de Lênin para apontar o caráter “nacional e democrático” da revolução brasileira, que deveria ser “dirigida pela classe operária” com base na formulação de “soviets de operários e camponeses” (segundo a experiência da revolução russa).

A falta de uma formulação teórica e programática própria, e a subordinação acrítica às orientações do Comintern (que, muitas vezes, simplesmente acompanhava as flexões da política externa soviética, inclusive ao aceitar a sua própria dissolução em 1943) levou a uma trajetória errática de “zigs-zags” e guinadas

bruscas de orientação nas três primeiras décadas de atuação dos comunistas brasileiros. Isto se materializou em posicionamentos tão díspares e desconexos como a *não-intervenção* na crise nacional da “Revolução de 30” (por não se enquadrar no “modelo” da revolução soviética), a tentativa insurrecional como características *putchistas* em 1935 (por influência dos revolucionários tenentistas que ingressaram no partido com Prestes) e a política de “unidade nacional para a guerra e para a paz” em torno de Getúlio em meados dos anos 40 (reprodução da política desenvolvida, na mesma época, pelo dirigente comunista Earl Browder nos Estados Unidos).

Deste ponto de vista, um avanço importante na formulação estratégica do Partido Comunista do Brasil é dado com a discussão e aprovação do Programa do IV Congresso do partido, em 1954. Este programa teve grande repercussão no movimento comunista internacional) jurto com a formulação, na mesma época, do Programa do Partido Comunista da Índia. Representavam, após a dissolução do Comintern, importantes esforços de reflexão autônoma sobre a realidade dos dois maiores e mais importantes países “dependentes do imperialismo no mundo”. (11)

Do ponto de vista estratégico, o Programa do IV Congresso mantém a indicação do caráter “nacional democrático” da revolução brasileira e da necessidade da “direção da classe operária” para que ela seja levada adiante com êxito. O Congresso avança, no entanto, na definição das transformações “antiimperialistas” e “antilatifundiárias” a ser enfrentadas no Brasil, e aponta a necessidade da conquista de um “novo regime democrático e de libertação nacional” para levá-las a cabo. Do ponto de vista das alianças a ser estabelecidas no plano estratégico, ele já indica a necessidade da construção de uma “aliança nacional” mais permanente, abarcando tanto os trabalhadores urbanos e rurais (operários e camponeses) quanto os intelectuais, setores de pequena-burguesia e a própria burguesia nacional. Apesar desta amplitude no plano estratégico, os posicionamentos *táticos* assumidos pelo partido no período das discussões do Congresso são marcados pela estreiteza, com destaque para a caracterização do último governo Vargas como um governo de “traição nacional, instrumento dos imperialistas norte-americanos”. (12)

Linha de “transição pacífica” do PCUS acelera a cisão do Partido nos anos 60



O esforço de reflexão do IV Congresso colocou a discussão estratégica dos comunistas brasileiros num novo e mais elevado patamar, que virá a se desdobrar na própria cisão do PC nos anos 60. No pano de fun-



do destas reflexões, estava o caminho de desenvolvimento capitalista adotado pelo país, reproduzindo características da chamada “via prussiana” indicada por Lênin, onde o Estado se mantém como principal articulador e financiador da transição ao capitalismo, sem romper com a estrutura de concentração fundiária. (13) Só que no caso do Brasil, esta “modernização capitalista” se dá num período (meados do século XX) em que o grau de monopolização e internacionalização do capital alcança patamares tão elevados que praticamente inviabilizam qualquer “desenvolvimento capitalista autônomo”. Em contrapartida, a formação do “campo socialista” em torno da URSS no pós-guerra gestava um “polo” alternativo de desenvolvimento no mundo, que poderia estender apoio econômico, militar, político e diplomático para estados que rompessem com as potências capitalistas ou dar “margem de manobra” para os que procurassem se manter numa posição de “não-alinhamento”.

As formulações estratégicas do IV Congresso fazem referência explícita às possibilidades abertas pelo quadro de bipolaridade no mundo do pós-guerra:

“A colaboração e amizade com a União Soviética, com a República Popular da China e demais países do campo da paz, constituirá fator importante e decisivo para a segurança do povo brasileiro e para o desenvolvimento independente da economia nacional... O regime democrático-popular contará, assim, com a base econômica e com o apoio externo que, juntos, lhe permitirão livrar o povo brasileiro da ação das forças agressivas do imperialismo e assegurar a melhoria radical do nível de vida dos operários, dos camponeses, da intelectualidade e demais camadas trabalhadoras, defender e desenvolver a indústria nacio-

nal, dar ajuda aos camponeses, como aos artesões e pequenos e médios produtores". (14)

O debate sobre a "a estratégia da revolução brasileira" nestas novas condições dominou as discussões dos comunistas brasileiros até a sua cisão no início dos anos 60. Sob o impacto da nova orientação formulada pela direção do PCUs a partir do seu XX Congresso do PCUS em 1956 (enfatizando a "transição pacífica para o socialismo" e a "competição pacífica com o capitalismo" como pilares da linha geral do movimento comunista), polarizam-se duas visões estratégicas no Partido Comunista do Brasil. A primeira, que torna-se majoritária no partido com a adesão de Prestes após as mudanças na URSS, materializa-se na "Declaração de Março" de 1958 e nos documentos oficiais para o V Congresso, realizado em 1960. Sintonizada com a "onda" nacional-desenvolvimentista que ganha vulto no país a partir da eleição da Juscelino, ela aponta a possibilidade de se levar adiante as transformações nacionais e democráticas através da conquista de uma sucessão de "governos burgueses", cada vez mais nacionalistas e democráticos. Na base desta formulação estava a compreensão de que seria viável e progressista uma etapa de "desenvolvimento capitalista autônomo" no Brasil, já que "se o capitalismo, na arena internacional, é um sistema em acelerada decadência, no Brasil, entretanto, o desenvolvimento capitalista tem por enquanto caráter objetivamente progressista". (15)

A segunda visão estratégica articulou-se em defesa das formulações básicas do IV Congresso, indicando a necessidade da ruptura revolucionária com o Estado para levar adiante as transformações antiimperialistas e antilatifundiárias, e a articulação destas com a transição *para o socialismo* (em função da impossibilidade de sustentar um "desenvolvimento capitalista autônomo" diante do grau de monopolização e internacionalização da economia capitalista). (16) É em torno destas duas visões estratégicas que se irá cindir o partido no início dos anos 60, contrapondo o Partido Comunista Brasileiro (PCB) ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

**A partir de 58 surge
a defesa do
caráter progressista
assumido
pelo capitalismo**



Aqui cabem duas observações que me parecem importantes. A primeira é que, ao contrário do que é veiculado por inúmeros estudiosos e militantes de esquerda, o pensamento estratégico dos comunistas brasileiros *nunca* se orientou pela defesa explícita de uma revolução "democrático-burguesa" a ser dirigida pela burguesia nacional. (17) Esta formulação estratégica só é incorporada *implicitamente* a partir de

1958, nas reflexões sobre o caráter "objetivamente progressista" do desenvolvimento do capitalismo no Brasil (compondo, assim, a linha estratégica que se aproxima do nacional-desenvolvimentismo, como vimos acima).

A segunda observação é que a cisão dos comunistas brasileiros se fundamenta em divergências *internas* sobre a estratégia mais adequada para a realidade nacional a partir das formulações programáticas do IV Congresso, e não numa reprodução mecânica da cisão sino-soviética que se cristaliza no movimento comunista internacional no início da década de 60. Como bem observa o historiador Daniel Aarão Reis, as relações do PCdoB com o Partido Comunista Chinês só se desenvolvem e consolidam *após* a cisão dos comunistas brasileiros, ao longo da primeira metade dos anos 60. (18) Isto ajuda a explicar porque o PCdoB conseguiu se distanciar do fugaz ocaso da influência internacional do maoísmo nos anos 70 e se afirmar, hoje, como continuidade orgânica da tradição comunista no Brasil, após a própria direção do PCB optar pela autodissolução.

O debate sobre o "caráter da revolução brasileira" continuaria no centro das reflexões estratégicas da esquerda ao longo dos anos 60. A crítica às formulações programáticas e estratégicas dos comunistas brasileiros era conduzida, do ponto de vista teórico, pelas análises desenvolvidas por Caio Prado Junior (sobretudo no seu livro *A Revolução Brasileira*, de 1966), e do ponto de vista político, pelas formulações da recém-formada Polop (Organização Revolucionária Marxista - Política Operária). Ambos apontavam para o caráter *imediatamente socialista* da revolução brasileira.

O Manifesto-Programa que serviu de base para a "reorganização" do PCdoB em 1962 aprofunda a diferenciação com o pensamento estratégico que passou a predominar no partido em 1958. (19) Procurando incorporar na sua reflexão estratégica características do desenvolvimento capitalista brasileiro que se acentuam nos anos 50, o PCdoB já aponta para a constituição de grupos monopolistas no empresariado nacional. Estes se somariam ao "capital imperialista" e aos "latifundiários" no "rol" das forças a serem golpeadas pela revolução na etapa em curso, que continua sendo definida como *nacional e democrática*. As transformações antiimperialistas, antilatifundiárias e antimonopolistas são remetidas, assim, à conquista de um "Governo Popular Revolucionário". Em vez de uma "aliança nacional" permanente com os setores não-monopolistas da burguesia nacional, as formulações estratégicas do Manifesto-Programa apontam para uma política de *neutralização* destes setores no processo de ruptura revolucionária. Em contraposição à "opção pelo caminho pacífico" adotado pelo PCB, o PCdoB indica que "as massas populares terão de recorrer a todas as formas de luta que se fizerem necessárias para conseguir os seus propósi-

tos... só a luta decidida e enérgica, as ações revolucionárias de envergadura, darão o poder ao povo". (20)

O triunfo do golpe militar de 1964 é interpretado pelo PCdoB como a confirmação do fracasso da orientação estratégica "nacional-desenvolvimentista" desenvolvida a partir de 1958. Já em agosto é feito um primeiro balanço do golpe, procurando extrair lições para o pensamento estratégico dos comunistas. (21) Este balanço não contém, em si, novas formulações estratégicas, concentrando-se na reafirmação da diferenciação anterior com o pensamento estratégico do PCB.

Já a VI Conferência do PCdoB, em 1966, registra alguns desenvolvimentos importantes no pensamento estratégico. Estes desenvolvimentos se desdobram em duas linhas. A primeira é a defesa da formação de uma "Frente Única Democrática e Patriótica" contra a ditadura militar, orientada por uma plataforma centrada em cinco pontos: defesa da soberania nacional; defesa do desenvolvimento independente da economia nacional (com a implementação de medidas contra a desnacionalização da indústria, de uma reforma agrária que beneficie as massas camponesas, da ampliação dos direitos sociais dos trabalhadores e do povo, etc.); defesa da cultura nacional; garantia das liberdades democráticas; e conquista de um governo democrático que convoque uma Assembléia Nacional Constituinte livremente eleita. Note-se que esta formulação estratégica já aponta para um maior entrelaçamento dos objetivos táticos com os objetivos estratégicos, articulando medidas políticas democráticas com medidas progressistas de cunho nacional e social. (22)

**Influência do maoísmo
vem dos
escritos militares
sobre a
guerra popular**



Na segunda linha é que se faz sentir com mais peso a influência do maoísmo no pensamento estratégico do PCdoB em meados dos anos 60. Ela define o "caminho" da luta armada no Brasil referenciada nos escritos militares de Mao Tsé-Tung e na experiência da "Guerra Popular Prolongada" chinesa, indicando o campo como o principal cenário da luta revolucionária no Brasil. Embora não se tratasse de uma formulação "integralmente" maoísta (pois não formula o abandono da atuação partidária nas cidades, em função de uma estratégia de "cerco das cidades pelo campo") a influência das formulações chinesas é evidente na indicação de base prioritariamente agrárias para o desenvolvimento do processo revolucionário no Brasil. (23) Esta formulação estratégica se materializou na organização do movimento de resistência armada conhecida como "Guerrilha do Araguaia", no início dos anos 70. (24)

Com o maior "fechamento" do regime militar a partir do final dos anos 60 e a própria derrota da Guerrilha do Araguaia em 1974, a discussão estratégica deixa de ocupar o centro dos debates do PCdoB e da esquerda brasileira de uma maneira geral, que se volta para bandeiras táticas de resistência à ditadura. No caso dos comunistas do PCdoB, isto se materializou, a partir de 1975, em trazer a "questão democrática" para o centro da sua atuação política, estruturada em torno de um eixo de três bandeiras centrais: anistia ampla geral e irrestrita para todos os presos e perseguidos políticos; conquista de amplas liberdades democráticas; convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, Livre e Soberana. Isto se materializava na defesa de uma "ampla frente democrática" abarcando todas as forças oposicionistas que se contrapunham ao regime castrense, independente das diferenças de interesse sociais e projetos políticos futuros. Esta orientação indicava a necessidade de intensificar a atuação dos comunistas no MDB, que se afirmava como expressão mais aberta dessa Frente.

A VII Conferência Nacional do partido, realizada em 1978, consagra este eixo central da luta pelas liberdades e pela democracia, indicando-a como "ponte" para a aproximação de transformações nacionais e democráticas mais "profundas", relacionadas à etapa do processo revolucionário em curso. A conferência desenvolve, também, reflexões estratégicas importantes, procurando, novamente, incorporar as características do desenvolvimento capitalista brasileiro nos marcos do regime militar. Aponta-se o grande crescimento do capital monopolista nacional, sob a égide da proteção/financiamento do Estado, bem como a intensificação do desenvolvimento capitalista no campo, ainda que nos marcos da preservação da concentração fundiária. À luz disto, o pensamento estratégico desenvolvido pela Conferência aponta para a crescente aproximação e entrelaçamento das "tarefas nacionais e democráticas" e das "tarefas socialistas" no processo revolucionário brasileiro, embora se reafirme o caráter essencialmente "nacional e democrático" da etapa em curso. Esta mesma evolução do pensamento estratégico do PCdoB é confirmada nas discussões do VI Congresso realizado em 1982, que, como vimos, também, procedeu à crítica do maoísmo e da sua influência no próprio partido.

De passagem, é interessante notar que, em termos da constituição e consolidação de uma referência partidária de esquerda no período da transição democrática, tanto os comunistas do PCdoB como do PCB acabaram sendo "penalizados" por terem colocado a questão democrática no centro das suas formulações táticas e estratégicas a partir da década de 70. Em contraposição à política de "Frente Democrática" preconizada e praticada pelos comunistas, o Partido dos Trabalhadores (PT) surge no início dos anos 80 secundarizando a luta democrática e afirmando uma "identidade social" oposta à forças de oposição

“burguesa”. Um exemplo claro disto é o eixo das suas primeiras campanhas eleitorais - “Vote 3, que o resto é burguês” - em contraposição à política dos comunistas que era de unificar o maior leque de forças sociais possível para impulsionar a transição democrática. O fato é que a tática democrática comunista foi vitoriosa, mas às custas da perda de referência de massas mais ampla, no âmbito da esquerda, para o PDT e o PT (que foram menos conseqüentes em trazer a questão da transição democrática para o centro das suas formulações!). E agora, algumas lideranças do PT, muito cultivadas pela mídia, vêm denunciar os comunistas por não abraçar a democracia como valor universal... De qualquer forma, este desfecho contraditório é uma questão que merece análises, estudos e reflexões mais profundas.

**VII Congresso indica
um eixo
de alianças que leva
à Frente
Brasil Popular em 89**



O VII Congresso do PCdoB se realiza em 1988, nos marcos de uma profunda frustração popular com os rumos da chamada “Nova República”. Do ponto de vista das suas formulações estratégicas, o Congresso indica que o Brasil se depara como uma “encruzilhada histórica”, fruto da incapacidade dos governos democráticos sob hegemonia burguesa enfrentar os entraves estruturais que determinam a crise brasileira (referência ao “tripé” imperialista/monopolista/latifundiário indicado no Manifesto Programa de 1962). O resultado era o agravamento da crise social e nacional, além da não-consolidação de instituições democráticas. Com base nesta análise, o VII Congresso aponta um “eixo” de alianças com forças que permitam vincular a “questão democrática” à implementação de profundas e progressistas transformações econômico-sociais. Isto se materializou na aprovação de um novo Programa que define dezoito objetivos centrais, entrelaçando medidas democráticas, nacionais e sociais de cunho tático e estratégico. (25) Este novo desenvolvimento nas reflexões estratégicas se desdobrou, também, na definição de um eixo de alianças mais “à esquerda”, que se materializou na coligação com o PT (ou o PDT) em boa parte das capitais nas eleições municipais de 1988, bem como na montagem da Frente Brasil Popular (com o PT e o PSB) em torno da candidatura de Lula à Presidência da República em 1989.

Toda a discussão, feita acima, sobre a evolução do pensamento estratégico dos comunistas brasileiros nos remete à discussão das implicações, para esse pensamento, do entrelaçamento atual da crise nacional com o colapso do antigo “campo socialista” formado em torno da URSS no pós-guerra. O fato é que

este colapso retira da arena mundial um dos pilares que fundamentava toda a reflexão estratégica e programática dos comunistas brasileiros a partir do IV Congresso, como vimos acima. Deixa de existir um pólo mundial que poderia servir de base de apoio (econômico, político, diplomático ou militar) para transformações sociais mais profundas no nosso país. Diminui a margem de manobra para ações mais “independentes” por parte de estados do chamado “Terceiro Mundo”. O próprio capitalismo se afirma, novamente, como a *única* economia mundial. Do ponto de vista político e ideológico, o colapso do socialismo no Leste e a crise fiscal do “Estado de Bem-Estar” no Ocidente, colocam na defensiva as forças que procuram preservar alguma forma de intervenção estatal como instrumento decisivo de justiça social e soberania nacional. Do ponto de vista da discussão teórico-conceitual feita no início deste texto, trata-se, evidentemente, de uma “reviravolta histórica” que exige a formulação de um “novo plano estratégico” por parte da esquerda, em geral, e dos comunistas, em particular. Não por acaso, praticamente todos os partidos de esquerda no Brasil realizam, agora, seus Congressos nacionais. O PCdoB decidiu antecipar a realização do seu 8º Congresso, que será realizado em fevereiro de 1992 (um ano e meio antes do prazo estatutário), tendo com pontos centrais de discussão a Crise do Socialismo, a “Nova Ordem” em gestação no mundo e suas conseqüências estratégicas para o Brasil.



**Plano estratégico
de mais
defensiva com o
reforço das
tarefas nacionais**

Não pretendo, aqui, submeter a uma apreciação mais crítica as formulações estratégicas em debate no Congresso, mesmo porque trata-se de um debate em curso no partido. Destaco apenas, alguns pontos que marcam o debate a partir das teses de abertura das discussões:

1. a necessidade de *redefinir* um projeto nacional das forças progressistas diante das transformações ocorridas no mundo, para poder, nesta base, disputar a hegemonia do processo político nacional;
2. definir, nas novas condições, o que seria uma “base econômica efetivamente nacional” dado avanço da internacionalização do capital e o desmantelamento do “contraponto” socialista gestado no pós-guerra, considerando, sobretudo, o papel das estatais, a reserva de mercado, a política energética e o desenvolvimento tecnológico;
3. indicar transformações urgentes e necessárias no aparelho de Estado, para resgatá-lo como instrumento de justiça social e soberania, visando a sua democratização política e institucional, a preservação e

democratização das Forças Armadas e da Justiça, a modificação do sistema de governo, etc;

4. rediscutir a perspectiva estratégica anterior de "liquidação imediata" dos monopólios, substituindo-a por uma visão de controle e liquidação *progressiva e diferenciada*;

5. redefinir a questão da reforma agrária, substituindo a perspectiva da "liquidação imediata e indiscriminada" dos latifúndios, pelo estabelecimento de formas de controle sobre a produção agrícola capitalista em grande escala, associada à reforma agrária e cooperativização dos latifúndios improdutivos e/ou de baixa produtividade. (26)

São estas reflexões que marcam o debate sobre a estratégia comunista no 8º Congresso do PCdoB. Em linha gerais, diante do agravamento da crise nacional e da nova correlação de forças no mundo, elas indicam um "plano estratégico" mais defensivo, com o reforço da importância das tarefas nacionais e democráticas (embora redefinidas) no enfrentamento da crise brasileira, e um certo *distanciamento* da perspectiva socialista. Será isso mesmo? Resta-nos enfrentar o debate ou aceitar, resignados, a barbárie... ■

LUIS FERNANDES - cientista político, professor da Universidade Federal Fluminense (UFF) e doutorando do IUPERJ.

NOTAS

- (1) Sobre a formulação do conceito de "estratégia" na tradição comunista, ver: M. Harnecker, *Estrategia y Táctica*, Buenos Aires, Editora Antarca, 1988; J.Q. de Moraes, "A Influência do Leninismo de Stálin no Comunismo Brasileiro", in *História do Marxismo no Brasil - Vol. 1*, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1991; V.I. Lênin... (et al.), *Estratégia e Tática*, São Paulo, Editora Anita Garibaldi, 1989.
- (2) J. Stálin, "A Questão da Estratégia e da Tática dos Comunistas Russos", in *Estratégia e Tática*, op. cit.
- (3) Quartim sugere que este legado de Stálin "sobrevive nas profundezas do 'inconsciente intelectual' de Roberto Freire e seus correligionários". J.Q. de Moraes, "A Influência do Leninismo de Stálin no Comunismo Brasileiro", op. cit., p.86.
- (4) Ele afirma que "como a etapa, para Stálin, define univocamente a estratégia, que lhe corresponde e como o que define a etapa é a mudança do poder político, a base econômica da sociedade não é determinante nem para a definição da etapa, nem para a correspondente dedução da estratégia". *Idem*, p. 60.
- (5) J.V. Sálín, "A Questão da Estratégia e da Tática dos Comunistas Russos", op. cit., p. 20.
- (6) *Idem*, p. 28.
- (7) *Idem*, p. 22.
- (8) Ver discussão a este respeito em M.Zaidán, "O Grande Tournant: O VI Congresso da Internacional Comunista (1928-1929)", in *História do Marxismo no Brasil - Vol. 1*, op. cit.
- (9) Sobre a evolução das reflexões da Internacional Comunista a respeito da questão, ver R. Schlesinger, *La Internacional Comunista y el Problema Colonial*, Cidade do México, Ediciones Pasado y Presente, 1977.
- (10) M. Zaidán, "O Grande Tournant: o VI Congresso da Internacional Comunista (1928-1929)", op. cit.
- (11) Foi dada tanta importância a ambos estes programas, que o próprio Stálin teria estudado e comentado os materiais preparatórios, o que foi usado como "argumento de autoridade" para a sua aprovação no Congresso do PC do Brasil.
- (12) Ver a caracterização feita, por exemplo, no "Projeto de Programa do PCB", in E. Carone, *O PCB - 1943 a 1964 - Vol. 2*, São Paulo, DIFEL; 1982, pp. 114-120.
- (13) A discussão de Lênin a respeito se encontra no seu texto *O Programa Agrário da Social-Democracia na Primeira Revolução Russa*, São Paulo, Ciências Humanas, 1980.

A Política Revolucionária do PCdoB



Editora Anita Garibaldi

- (14) "IV Congresso do PCB (dezembro de 1954 a fevereiro de 1955)", in E. Carone, *O PCB - 1943 a 1964 - Vol. 2*, op. cit., p. 135.
- (15) J. Gorender, "O V Congresso dos Comunistas Brasileiros", *Estudos Sociais*, Vol. 3, N.º 9, outubro de 1960, publicado in E. Carone, *O PCB - 1943 a 1964 - Vol. 2*, op. cit., p. 232.
- (16) Seus principais defensores eram dirigentes que compunham o núcleo central da direção do partido até 1958, entre os quais João Amazonas, Maurício Grabois e Pedro Pomar. Para um resumo das posições defendidas por esta corrente nos debates do V Congresso em 1960, ver o artigo de Maurício Grabois, "Duas Concepções, Duas Orientações Políticas", republicada pela revista *Princípios*, n.º 6, junho de 1983.
- (17) Como exemplo mais recente dessa caracterização da estratégia dos comunistas brasileiros, ver os artigos de César Benjamin, "Uma Saída para a Crise" e de Paulo Vannuchi, "Os Caminhos da Esquerda", in C. Benjamin... (et al.), *Estratégia: Uma saída para a crise*, São Paulo, Instituto Cajamar/Editora Brasil Urgente, 1991.
- (18) D.A. Reis Filho, "O Maoísmo e a Trajetória dos Marxistas Brasileiros", in *História do Marxismo no Brasil - Vol. 1*, op. cit., pp. 125-26.
- (19) Ver "Manifesto-Programa do Partido Comunista do Brasil", in *A Linha Revolucionária do Partido Comunista do Brasil*, Lisboa, Edições Maria da Fonte, 1974.
- (20) *Idem*, pp. 22-23.
- (21) "O Golpe de 1964 e Seus Ensinamentos", in *A Linha Política Revolucionária do Partido Comunista do Brasil*, op. cit.
- (22) VI Conferência Nacional do PCdoB, "União dos Brasileiros para Livrar o País da Crise, da Ditadura e da Ameaça Neocolonialista", in *A Linha Política Revolucionária do Partido Comunista do Brasil*, op. cit., p. 129.
- (23) A "autocrítica" em relação a esta influência maoísta é assumida pelo próprio PCdoB na resolução "Estudo Crítico Acerca da Violência Revolucionária", aprovada no VI Congresso do partido, em 1982.
- (24) Ver, a este respeito, o livro de Fernando Portela, *Guerra de Guerrilhas no Brasil*, São Paulo, Global Editora, 1984.
- (25) Para uma discussão das características particulares do novo Programa adotado no VII Congresso do PCdoB, ver o informe apresentado por Renato Rabelo, "Sobre o Programa do Partido", in *A Política Revolucionária do PCdoB - 7.º Congresso do PCdoB*, São Paulo, Editora Anita Garibaldi, 1989.
- (26) "Problemas Atuais do Brasil e do Mundo", Documento para Debate do 8.º Congresso do PCdoB.

POSTURA DE RESISTÊNCIA, RUMO REVOLUCIONÁRIO

JULIANO SIQUEIRA

*Em 12 de setembro, no Rio, cerca de 70
ex-dirigentes e
militantes do PCB ingressaram no PCdoB.
Alguns antecedentes e
um sumário da experiência estão neste artigo*

Avaga contra-revolucionária que se abate - sem limites - sobre o mundo, em particular atingindo agudamente os comunistas, impõe reflexão e opção; investigação teórica e soluções práticas. Vive-se, sem buscar o drama trágico da repetição, de forma ampliada, um novo Termidor, os massacres pós-Comuna. É um instante que exige, como nunca, decisão firme e profunda, escolha clara e conseqüente.

Quando as ondas da revolução são favorecidas pelas marés e pelos ventos, é fácil ser revolucionário - grassa o baluartismo, ecoam os sons da fraseologia pseudodiluviana. No entanto, nos refluxos e dificuldades manifestas pelas crises, é que se colocam à prova as convicções, as idéias, a vontade transformadora, a certeza (mais do que a esperança) no socialismo e a disposição de prosseguir, por sobre todos os obstáculos, na tarefa de construção do mundo novo.

A nós, aos comunistas de hoje, coube a imensa responsabilidade de resistir e continuar na senda da revolução. Não é uma posição, nem um caminho fácil. Mas, "a humanidade não se coloca problemas que não possa resolver" (Marx).

Os comunistas que até agosto-91 militávamos no Partido Comunista Brasileiro, ao lado de indivíduos e grupos portadores de visões "de esquerda", minoritários em todas as instâncias de direção, menos pela expressão das bases e mais, e na verdade, pelas permanentes manobras dos grupos parasitas do aparelho e, declaradamente, oportunistas de direita, tínhamos um ponto em comum: o combate ao núcleo dirigente, por sua política e atividade contra-revolucionária.

Quanto às causas da degenerescência do tecido orgânico, das concepções ideológicas, da teoria e da prática política do PCB, as avaliações críticas e auto-

críticas eram múltiplas, heterogêneas e, em questões fundamentais, irreconciliáveis. Nesse contexto, caberia ressaltar a base doutrinária; o problema do Estado; o tipo de partido; o primado do centralismo democrático; o caráter da revolução brasileira; o internacionalismo; as classes e a luta de classes; o socialismo e seu processo de edificação; e, como síntese das divergências, a atualidade do marxismo-leninismo.



**Desde o início dos
anos 60
ocorre a mutação do
PCB numa
agremiação reformista**

Localizamos, no início dos anos sessenta (60), com a implementação da política de conciliação de classe (ou de abdicção da luta de classes), expressa na essência da chamada "Declaração de Março", a mutação radical do PCB numa agremiação reformista, no plano imediato, e caudatária das teses centrais do revisionismo, em nível mais abrangente.

Contudo, as organizações de base, principalmente após o golpe militar de 64, inúmeros dirigentes (Mário Alves, Mariguella, Câmara Ferreira) e segmentos partidários se insurgiram contra o oportunismo oficializado no 6.º Congresso.

Além do mais, animá-vamos - o que hoje vemos como elemento gerador de profundas ilusões - a indicação de que seria o PCB, não obstante todas as suas deformações, a face brasileira, e parte integrante, do Movimento Comunista Internacional. Passível, portanto de uma viragem revolucionária "vinda de fora".



Essas eram fontes alimentadoras da nossa equivocada insistência militante. A vida, contra todas as fantasias e desinformações do sonho, da generosa utopia das bases, provou o contrário.

Neste quadro de luta interna ininterrupta e, vale dizer, sem princípios, consumimos três décadas da nossa vida revolucionária.

Esse curso conflitivo foi responsável pela destruição literal de organizações e quadros. Todavia é, também, verdadeiro afirmar que muitos conseguiram sobreviver, num árduo e adverso exercício, quase individual, dignos da condição de revolucionários e comunistas, de que é exemplo a figura singular de um Gregório Bezerra.

Os 7.º e 8.º Congressos do PCB, convocados e montados em seguida à dissidência de Prestes, culminaram em resoluções e eleições de organismos dirigentes, como produto de conspiratas, conchavos, fraudes, e chantagens, plenamente comprometidos com a "legalidade a qualquer preço" e o seguidismo à política de traição nacional da intitulada "Nova República" - isso na frente eleitoral-parlamentar e, também, no movimento de massas, em especial no trabalho sindical.

Deste terreno, nada fecundo, é que nasce a candidatura presidencial do PCB, nas eleições de 89, fortalecendo a vocação carreirista do seu protagonista e abrindo caminho ao modo vergonhoso, parcialista e grupista, de como foram conduzidas as eleições de 1990.

Com a derrocada quase total do ciclo primeiro de edificação socialista, a partir da Grande Revolução de Outubro, no interior do PCB surgiram, de pronto, dois campos, ambos carentes de unidade teórica e prática, grosso modo rotulados de "renovadores" e "ortodoxos".

Entre os primeiros, com hegemonia indiscutível dos adeptos da social-democracia, somavam-se ainda os "italianos" e, inclusive, "neoliberais". Suas propostas, obviamente, por demais divulgadas, podem ser resumidas no rompimento com o socialismo científico e na adesão à "radicalidade democrática" (democracia como valor universal) e às teses econômicas que priorizam o papel do mercado. No 9.º Congresso (junho-91), tais proposições foram aprovadas por 54% (cinquenta e quatro por cento) dos delegados, entre estes, "com direito a voz e voto", não filiados ao partido.

No agrupamento denominado "ortodoxo", unido, tão somente, no enfrentamento aos liquidacionistas instalados no aparelho da direção nacional (e da grande maioria das direções regionais), contando com o apoio da quase totalidade dos parlamentares eleitos pela legenda do PCB (espécimes que exprimem com perfeição todos os vícios e manhas do eleitoralismo e do cretinismo parlamentar), as posições variavam do marxismo-leninismo, passando pelos "marxistas puros" (não leninistas), até o trotsquismo.

Claro está que o documento "Fomos, Somos e Seremos Comunistas", produzido pelo frentismo oriundo do aguçamento da luta interna, bem como a chapa que obteve 36% (trinta e seis por cento) dos votos dos delegados, ao referido Congresso, caracterizava-se pelo ecletismo e, no entendimento dos marxistas-leninistas, mesmo tendo sido vitorioso, não seria capaz de colocar o PCB em sintonia com a política de classe e com os princípios fundamentais informadores e norteadores do pensamento e da ação de um partido comunista. Como sempre, no interior do 9.º Congresso, surgiu uma terceira via ("contra o dogmatismo e con-

tra a social-democracia”), de fato, o famoso pântano, a que se refere Lênin. Na primeira reunião do Comitê Central, eleito no Congresso, a chapa 3 (que obteve 10% dos sufrágios) foi “cooptada” pelos “renovadores”.

Em suma, frente à crise do socialismo, antes e durante o 9º Congresso do PCB eivado das mesmas distorções dos três que o antecederam, afastando-se os que enveredaram pelo centrismo, definiram-se, com nitidez, dois pólos: a capitulação social-democrata; a resistência revolucionária marxista-leninista.



**Caem as máscaras.
Ofensiva
geral para enterrar
símbolos e
nome: o que restava**

Antes da realização do 9º Congresso, ainda na fase da preparação das teses, e nas discussões iniciais, frente às manipulações do grupo dirigente, organizações de base, direções intermediárias e alguns membros da direção nacional, tendo como ponto de partida a autocritica concreta da negativa experiência orgânica e política, além da falência ideológica, do PCB, com base no marxismo-leninismo, no socialismo científico, articularam-se para traçar os passos posteriores ao 9º Congresso, sem dúvidas quanto ao seu resultado: favorável ao anticomunismo e desastroso para a revolução.

Os acontecimentos mundiais precipitavam-se num ritmo a não permitir acompanhamento e previsões seguras. No entanto, enquanto comunistas, devíamos por obrigação resistir.

No Brasil, com todas as pressões e debilidades, visíveis e previsíveis, tínhamos não apenas uma alternativa, mas o dever revolucionário de contribuir, com nossas possibilidades, na defesa, preservação e fortalecimento do único partido cuja concepção de mundo, forma de organização e linha política se aproximava, no fundamental, das idéias que nos reuniam e direcionavam dispostos à resistência revolucionária. Esse partido era e é o Partido Comunista do Brasil - PCdoB.

Findo o 9º Congresso, insistimos em viabilizar a opção acima exposta. Não tínhamos tempo a perder, não podíamos, por motivos meramente sentimentais e psicológicos, ou por questões do passado, ficar, no presente, coonestando a traição de classe que se consumava no seio do PCB, imposta pela ala majoritária da direção e diante da perplexidade desorganizada da militância.

Esta maioria distingui-se pela antinomia entre a falácia de um discurso “humanista” e “democrático”, de um lado, em contraste, de outro, com uma ação golpista, visceralmente oposta à democracia, aliada ao antihumanismo profissional. Não passa de um agregado de pessoas, em torno de interesses subalternos.

Com os fatos de agosto-91, na ex-URSS, a direita social-democrata tornou-se mais agressiva, passou às iniciativas que não conseguiu levar a cabo no 9º Congresso, marcou local e data para a eliminação e enterro do que restava (nome e símbolos). Agora privatizados, reduzidos à condição infame de propriedade particular de Freire & Cia. Todas as máscaras caíram.

Insistir em revolucionarizar o PCB, por dentro, passou a ser, para os ingênuos, uma miragem; para os arrivistas, uma forma de, com palavras altissonantes, preservar cargos, vislumbrar o acesso ao parlamento e, ao mesmo tempo, manter com a contra-revolução a promiscuidade de relações inexplicáveis e inconfessáveis.

Por tudo isso, no começo de agosto de 1991, nós, marxistas-leninistas que militávamos no PCB-RJ, resolvemos ingressar no Partido Comunista do Brasil - PCdoB.

Ao ingressarmos no PCdoB, depois de fraternal e correto processo de discussão, de conformidade com o Programa e os Estatutos do Partido, ingresso que foi marcado por memorável Ato em Defesa do Socialismo, na ABI, com a presença de centenas de comunistas, democratas e patriotas, o fizemos com o propósito de participar dos esforços voltados para a realização de um 8º Congresso vitorioso. Por tal entendemos, em consonância com o que escrevemos na *Tribuna de Debates*, a revolucionarização ascendente do Partido, sem a falsa dicotomia entre partido de quadros e partido de massas; a reafirmação do marxismo-leninismo como nossa ideologia; a defesa da natureza científica do socialismo; da luta de classes como motor da história; do caráter de classe do Estado; da necessidade do partido revolucionário da classe operária; da nova qualidade que deve assumir o princípio do internacionalismo proletário; da luta antiimperialista e da solidariedade aos povos em batalha por sua libertação nacional e social; da participação militante nas lutas nacionais, democráticas e populares do povo brasileiro; da organização e elevação do nível de consciência da classe operária para que possa, com o seu Partido, dirigir nossa Pátria ao futuro socialista.

Tomando de empréstimo as palavras do grande poeta e dramaturgo alemão Bertolt Brecht quando, após a II Guerra Mundial, foi perguntado por que escolheu morar e trabalhar na parte (então) socialista da Alemanha, diríamos que: não pensamos assim porque estamos no Partido Comunista do Brasil; estamos no PCdoB porque pensamos assim. ■

OS CONGRESSOS DA II INTERNACIONAL

(STUTTGART - 1907)

EDGARD CARONE

O encontro trata do militarismo e conflitos internacionais; das relações entre o Partido e os sindicatos; da questão colonial; da emigração e imigração; do sufrágio feminino

Em Stuttgart, Alemanha, o 7.º Congresso da Internacional Socialista é, afinal, a concretização da promessa dos alemães de realizarem em seu solo o evento. As comissões existentes se dividem por temas da Ordem do Dia. A primeira é de *O Militarismo e os Conflitos Internacionais*; a segunda trata das *Relações entre os Sindicatos e o Partido*; a terceira, é a da *Questão Colonial*; a quarta, da *Emigração e a Imigração*; a quinta, do *Sufrágio das Mulheres* (1).

A inauguração do Congresso se faz solenemente. Ela começa com a Sessão de Abertura, seguida do *Meeting* público. A abertura se dá na grande sala da *Liederhalle*, ornada com os bustos de Marx e Lassale. Bebel discursa, desejando as boas-vindas a todos e fazendo análise da situação passada e presente da Alemanha e da social-democracia alemã. Mostra o caráter reacionário do governo alemão, a proibição da entrada de Jaurés em território alemão, os avanços políticos e parlamentares dos partidos socialistas na Europa, a derrota dos socialistas teutônicos nas eleições de 1905, com a perda de quase três dezenas de deputados na Reichstag. Depois é Vandervelde que toma a palavra e mostra ser o socialismo o movimento que consegue unir todos “sob a bandeira vermelha, quer sejam brancos, amarelos ou negros, alemães como franceses, russos como japoneses... Nosso ideal engloba todo universo e é porque nós conquistaremos o mundo. O capitalismo é a guerra. E o socialismo é a paz!” (2) O *Meeting* se dá no arrabalde de Coonstad, na praça das festas populares.

Terminando os atos públicos, que são importantes como afirmação do movimento socialista, a partir do dia 19, separadamente, cada comissão examina as suas resoluções. Todas elas estão explícitas na Ordem

do Dia, são importantes e discutidas acaloradamente pelos seus membros. Uma delas, no entanto, se sobressai: é a do *Militarismo e os Conflitos Internacionais* que, por causa das divergências de pontos de vista que levanta, obriga a comissão a organizar uma subcomissão para a redação do texto final. Outra questão polêmica, e rica em conclusões, é a da problemática colonial.

Tão vivo, e mais abrangente, é o problema das *Relações entre Partidos Políticos e Sindicatos*. Cabem as várias delegações apresentarem resoluções próprias, às vezes contraditórias, o que obriga seus participantes a dialogarem intensamente a favor de cada uma das suas teses.

Na sua primeira sessão, a 20 de agosto, os belgas levantam seu Projeto: a organização sindical, conforme posição dos Congressos anteriores, é medida imprescindível; no entanto, devido ao crescimento do regime capitalista, a sua ação seria ineficiente se se “preocupasse exclusiva no interesse de sua categoria e na entente com o patronato, sobre os princípios do egoísmo corporativo e da paz social”.



**A luta dos operários
será melhor
estreitando relações
entre o
Sindicato e o Partido**

Só poderia ter melhoria verdadeira ao princípio da luta de classes, isto é, os princípios do socialismo internacional. Para se libertar, além de outras medidas, a conjuntura social obriga os sindicatos a exten-

derem, cada vez mais, sua ação política, sob pena de esterilizar seus esforços que, em consequência, cada vez mais, há necessidade imperiosa de que “entre o partido socialista e os sindicatos haja unidade absoluta de pensamento e de ação”. Para isto é necessário haver “ligação orgânica” entre ambos (4). Depois, são os austríacos que levantam seu Projeto de Resolução: o que fazem é dar enfoque ao tema de que, para a completa libertação do proletariado, é preciso, que o partido volte-se para os “domínios da luta política do proletariado”, e os sindicatos para a “luta econômica”. “A luta proletária será melhor conduzida e mais frutuosa quando as relações entre os sindicatos e o partido forem mais estreitas” (5).

Os franceses apresentam dois Projetos: um pela maioria, outro pela minoria. O primeiro acentua a ligação entre sindicato e partido e é pela sua união e que a “classe operária poderá se libertar plenamente”, indo até a greve geral e a “conquista de todo o poder político em vista de expropriação geral do capitalismo”. Porém, a ação será mais eficaz se o organismo político e o organismo econômico “tiverem plena autonomia, e o sindicalismo se propondo ao mesmo fim que o socialismo”. A concordância resultará, “sem confusão, nem subordinação, numa livre cooperação” entre ambos.

A resolução da minoria francesa, depois de enumerar o avanço e os males do capitalismo, deseja que “a ação sindical e a ação política dos trabalhadores possam se consertar e se combinar nacionalmente e internacionalmente” (6). Para Daniel De Léon, em nome da Industrial Workers of the World e do Partido Socialista Trabalhista dos EUA, a organização integral dos operários em sindicatos é o “germe presente da República do Trabalho” e da forma orgânica da república econômica futura.

Levando-se em conta que a sociedade capitalista contaminou, parcialmente, parte do movimento operário americano C.A.F.L.D, de Gampers e que seus chefes são “oficiais dos sindicatos às ordens de grandes capitalistas”, cabe não separar partido e sindicato; que o movimento socialista revolucionário “tem necessidade da organização política, como, também, da organização sindical”. O primeiro como propaganda e a luta determinada pelo sufrágio universal; o segundo, como única força que possa acompanhar o resultado do voto. E, sem organização política, o movimento socialista não pode conseguir ser vitorioso e sem a organização sindical, a vitória política do socialismo seria, ao mesmo tempo, o dia de sua derrota. Sem organização sindical paralela, o que se produziria seriam “vazios políticos, no pior sentido da palavra” (7).

A discussão das teses levam os congressistas a opinarem favorável e desfavoravelmente sobre cada uma delas. A análise de Kautsky é a mais abrangente, por isso nos limitamos a ela. Para ele, todas elas reconhecem a necessidade do acordo entre sindicato

e partido, menos a de Léon, que é “opinião isolada”. Entretanto, a resolução belga é teoricamente certa, mas o texto é adaptado muito à realidade de seu país. A da maioria francesa, é “inaceitável”, porque a greve geral aparece “como meio supremo na luta econômica” e concebe a autonomia sindical no espírito anarquista, “como se a simples comunidade do fim fosse suficiente para realizar uma ação harmônica entre o partido e os sindicatos, como se a entente, o acordo e a união íntimas não fossem necessárias para atingir esse fim, esta união que não pode ser obtida senão pela união pessoal ou a união orgânica”. A proposta de Adler não é válida, porque na Áustria sindicatos e partidos estão divididos (8).



Os sindicatos, para cumprir seus deveres, devem assimilar o espírito socialista

Depois de discussões, a Comissão encarregada redige resolução nova, incluindo alguns pontos de vista expostos anteriormente. O texto reza que, para a completa libertação do movimento operário, “a luta política e a luta econômica são igualmente necessárias”. A atividade do partido, mais política; a do sindicato, mais econômica. Se cada um exerce sua atividade independentemente, há no campo de luta de classes um espaço para o “acordo e a cooperação” entre ambos. Os dois devem se “ajudar e a sustentar moralmente um ao outro nos seus esforços e não devem se servir na sua luta senão de meios que possam ajudar à emancipação do proletariado”. Havendo divergências, devem discutir um acordo. Os sindicatos só cumprirão seu dever se se inspirarem de “um espírito inteiramente socialista”. E o partido deve procurar, no parlamento e fora dele, conseguir medidas para melhorar as condições sociais dos trabalhadores. Por sua vez, o progresso capitalista, a união crescente da classe dominante, reduziria o poder sindical se este se voltasse unicamente para os “interesses do ofício, se fixasse no terreno do egoísmo corporativo e admitisse a teoria da harmonia de interesse entre o trabalho e o capital”. Na medida que a luta aumenta e que os sindicalistas “terão mais clara a consciência da conjuntura econômica, serão maior o seu entusiasmo e seu espírito de sacrifício inspirado do ideal socialista” (9).

A *questão colonial* provoca, também, sérias divergências entre as diversas delegações. Entre os que são contrários a sua condenação e os que preconizam uma política socialista para a colonização, há distância grande.

Vamos analisar as posições principais, a do Reiator Van Kol, e a da minoria, com Rosa Luxemburgo, Lênin etc.

A questão colonial começa a ser debatida no dia 19 de agosto. O primeiro a falar é um representante da social-democracia alemã, Eduard David. Sua posição é esdrúxula: quer que o Congresso aceite a colonização, pois, a “ocupação e a exploração de toda terra são indispensáveis ao bem-estar da humanidade”; ao mesmo tempo deve-se criticar a gestão do capitalismo atual. “A Europa tem necessidade de colônias. Ela não tem o suficiente. Sem colônias seríamos assimiláveis, do ponto de vista econômico, à China”. (10) Esta proposta de David se baseia em interpretação errônea de um pensamento de Bebel, que afirmara não ser crime fazer-se a política colonial, que, em certas circunstâncias “pode ser uma obra de civilização”. Entretanto, há diferença entre o que poderia ser e o que é. Se os países quiserem levar o progresso, a cultura e o bem-estar às colônias, se tudo se fizer com “uma nobre intenção e de maneira justa”, seremos os primeiros a sustentar “uma tal colonização”.

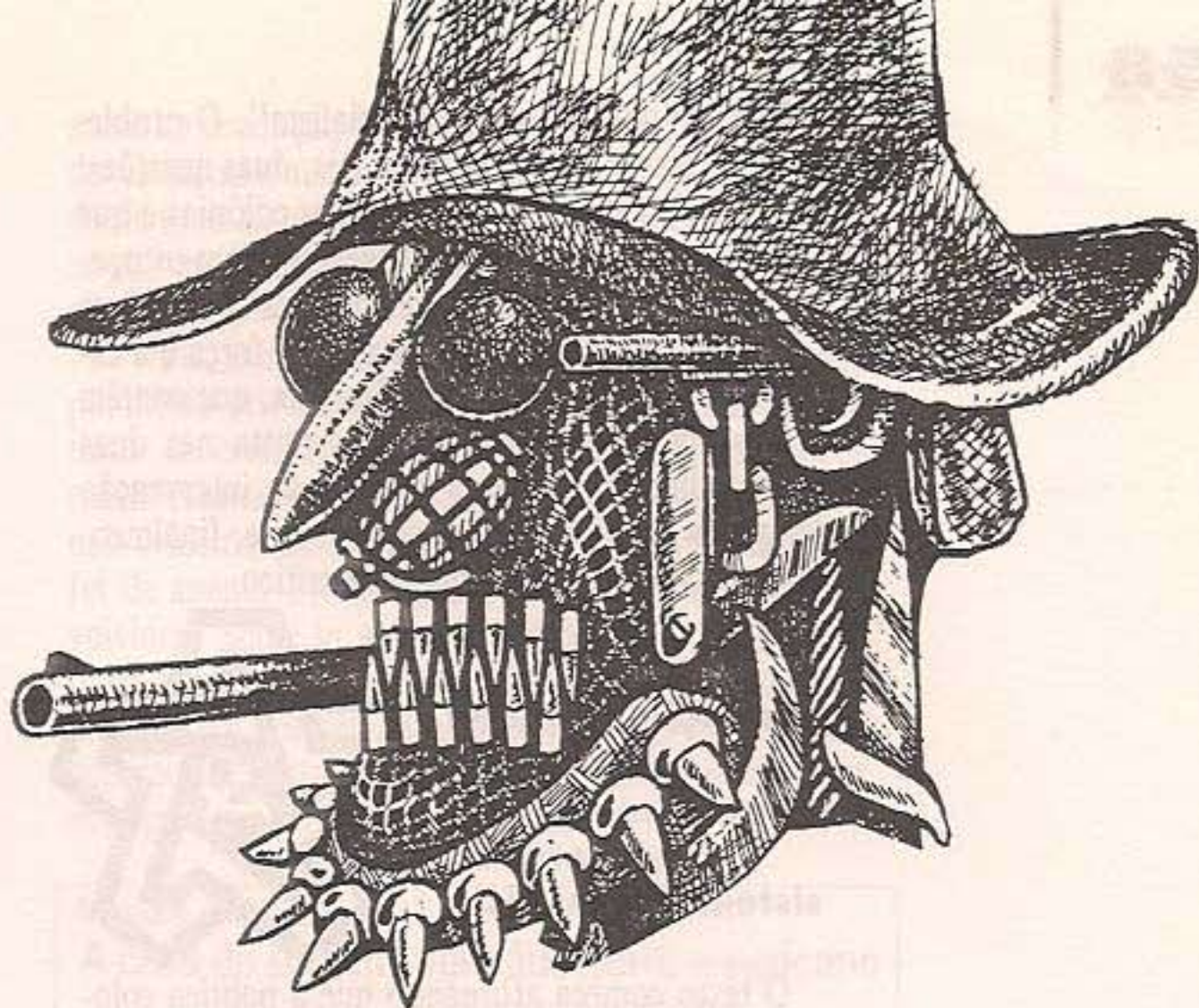
Na verdade, o que David faz é escamotear o pensamento de Bebel, que mostra ser a realidade diferente daquela premissa ideal que ele levanta. Ladebour, também delegado da social-democracia alemã, critica o orador anterior e o próprio Bebel. Para ele, a questão principal é de que “a política colonial resulta da exploração capitalista. Enquanto persistir uma sociedade capitalista a política colonial tomará sempre formas abomináveis”. E para Ladebour, o trecho de Bebel, apesar de truncado pelo orador anterior, é falso, porque “poderia ser interpretado como se a política colonial, no estado atual, poderia estar isenta de crueldade”.

**Polêmica acirrada:
alguns
falam inclusive numa
“política
colonial” socialista**



Nesta mesma sessão, Van Kol, Wibant e Ladebour apresentam texto provisório, onde falam, sem grandes análises, nos males da política colonial, na sua “política de roubo e de conquista” e que os parlamentares socialistas deviam combatê-la. Outras delegações aceitam ou repudiam esse texto, chegando alguns, como o belga Terwagne, a propor que o “Congresso não a condene, em princípio, e por todo o tempo”, isto é, a colonização passada e a idéia atual de conquista colonial. Wurm, da Alemanha, é mais realista e mostra que a política colonial “é feita sem nós e contra nós... ela pesa nos orçamentos crescentes e, além disso, aumenta os perigos de guerra” (11).

Na sessão do dia 21, o texto é finalmente completado, mas, antes, antecipado por outras grandes discussões. Van Kol é o primeiro a levantar questão: combate o colonialismo capitalista e acha necessário “elaborar igualmente um programa de reformas na



política colonial”. Se o “capitalismo é uma necessidade na Europa, é um grão inevitável na evolução”; e esta necessidade não se encontra no capitalismo das colônias? Por isto é preciso criar uma política colonial socialista. O que fazer, sem o sistema atual, sem as matérias-primas coloniais, com a superpopulação da Europa, e com a produção crescente da nossa indústria? “A social-democracia alemã tem o dever de utilizar o grande poder que tem para a melhoria das colônias coloniais” (12). Posição também esdrúxula é a de Edouard Bernstein: ele é partidário dos que lutam contra o colonialismo e acha que os socialistas devem tomar posição positiva. Mesmo reconhecendo que os povos atrasados podem ser dominados por aqueles mais civilizados - como diz Lassale - ele confessa que parte da economia alemã “repousa sobre a aquisição dos produtos das colônias, produtos que os indígenas quase não utilizam.” (13) Deve-se fazer com que os governos criem um direito colonial internacional. Por sua vez, a nova resposta de Ladebour atinge Van Kol e Bernstein. Ele afirma que a social-democracia alemã não só rejeita a política colonial, como no parlamento e imprensa ela afirma os seus princípios. A nossa defesa dos indígenas do Togo é mais positiva do que um programa colonial. Somos também contra os que falam na “utilidade das colônias para os trabalhadores”, pois, o próprio Van Kol mostra a negatividade da política colonial holandesa para os indígenas e operários. Quanto a Bernstein, sua política colonial faria nos perder na “maré capitalista; pois, Bernstein - e alguns Fabianos e socialistas ingleses - “teve a franqueza de se pôr, durante a guerra dos Boxers, do lado dos jingols britânicos. Neste momento ele era mais imperialista que os liberais ingleses. Ele era partidário da incorporação do Transvaal à Grã-Bretanha” (14).

No dia 22 a discussão continua e a intervenção mais importante é a de Kautsky. Ele estranha ao ou-

vir falar em “política colonial socialista”. O problema colonial existe, e levanta, para nós, duas questões: 1) não se pode ignorar a existência das colônias e que temos deveres com elas, como o fazemos com os operários alemães; 2) devemos fazer política civilizadora com os povos primitivos e não utilizar a força e a exploração da política dominante. Sua fala, que contém elementos complementares à tese exposta nas duas questões indicadas acima, é seguida da intervenção de delegados americanos, franceses, etc. e, finalmente da resolução, com texto bastante crítico.

**A resolução aprovada
condena com
clareza os métodos
bárbaros do
sistema colonialista**



O texto começa afirmando que a política colonial capitalista, “por sua própria essência, conduz necessariamente à servidão, ao trabalho forçado ou à destruição das populações indígenas”. A missão civilizadora com que se camufla é pretexto que encobre a exploração. A sua política, “em lugar de fazer crescer as forças produtivas, destrói, pela escravidão e a miséria em que reduzem os indígenas; pelas guerras assassinas e devastadoras, a riqueza natural dos países onde ela transplanta seu método”. Condenamos os métodos bárbaros da colonização capitalista e afirmamos as resoluções dos Congressos de Paris (1900) e Amsterdã (1904). Os socialistas têm o dever de lutar contra a situação de exploração por todos os meios, entre eles o Parlamento, que deve impor “reformas para melhorar a sorte dos indígenas, cuidando para manter os direitos destes, impedindo toda exploração, e trabalhando, por todos os meios, à educação destes povos pela independência” (15).

O último tema polêmico é o do *Militarismo e os Conflitos Internacionais*. A questão é candente, pois, a Europa vive momentos de tensão, com o aumento assustador de conflitos imperialistas, que se estendem por todos os continentes. E a guerra dos Boers, na China (1900), dos Boers, na África do Sul (1899), o Caso do Marrocos (1902), a expansão alemã na África, a questão dos Bálcãs, a revolução russa de 1905 e, em futuro próximo, a I Guerra Mundial. E assim que a temática não só é atual, como na sua essência prenuncia posições futuras das diversas correntes socialistas, principalmente entre alemães e franceses. Estas divergências, como iremos ver, obrigam as duas partes a aceitarem a formação de uma subcomissão. Assim, diante do grupo alemão, com Bebel, Haase e Volmar, de um lado, e o francês, com Vaillant-Jaurés, do outro, temos o aparecimento da subcomissão, com Rosa Luxemburgo, Martov e Lênin.

O debate se dá a partir de 19 de agosto. O resultado são as apresentações de quatro resoluções:

Hervé, Guesde, Vaillant-Jaurés e Bebel. A de *Hervé* diz que o fundamental é a luta contra o capitalismo internacional e o “repúdio ao patriotismo burguês e governamental”, que procura mentir sobre a idéia de que há “comunidade de interesse entre todos habitantes de um mesmo país”; o dever do socialista é combater a favor do regime coletivista ou comunista. E diante da provação contra a paz, de onde ela vier, os cidadãos devem responder “pela greve militar e a insurreição” (16). A de *Jules Guesde* anuncia que o militarismo é fruto do regime capitalista e que o proletariado, ao lutar contra sua supressão, se desvia de sua preocupação principal, que é a tomada do poder político e a expropriação capitalista. Por sua vez, essa propaganda antimilitarista enganosa torna “mais difíceis a propaganda e o recrutamento socialista”, afastando o proletariado, no momento de se tornar forte e organizado, e que, pela revolução social possa acabar “com todo militarismo e toda guerra”. A campanha contra o militarismo e pela paz não pode ser utópica; e a socialista é organizada pelos “trabalhadores do mundo inteiro para a destruição do capitalismo”; enquanto ela não se der, deve-se lutar, internacionalmente, pela redução do serviço militar; contra uma política colonial; ser a favor do armamento geral do povo; e, na crise, convocar o Bureau Socialista para orientação (17).



**Habilidade para fazer
triunfar a
linha revolucionária
frente à
guerra imperialista**

A de *Vaillant-Jaurés* é mais longa e complexa e é enumerada: I - o congresso confirma as decisões anteriores (1900 e 1904); 1) pela ação contra o militarismo e o imperialismo que representam o armamento do Estado destinado a subjugar o movimento operário; 2) ao ameaçar outro país, a classe dirigente do país hostil ameaça a sua própria classe e a do país ameaçado; cabe à classe operária salvaguardar a sua independência, procurar o concurso dos operários de todo mundo, lutar pelo fim do desarmamento da burguesia e “pelo armamento geral do povo”; II - confirmando as decisões anteriores, o Congresso tem o dever de praticar a solidariedade internacional dos socialistas e proletários, o 1.º de maio é data da paz internacional; diante do início da revolução russa, da crise do czarismo e das tentativas imperialistas em ajudar o Czar, é dever dos partidos se reunirem e adotarem medidas para contrabalançar, se necessário, o capitalismo e até o perigo de um conflito internacional. Para evitar a guerra, usar de “todos os meios, desde a intervenção parlamentar, agitação pública às manifestações populares, até a greve geral operária e a insurreição” (18). Afinal, a resolução de *Bebel* conclui

que as guerras são inerentes ao sistema capitalista - questão de mercado, conquista de novos territórios, preconceitos, etc. Elas irão sumir com o fim do domínio da burguesia ou quando houver sacrifício humano para alimentar o desenvolvimento da técnica militar, a revolta provocada pelos gastos do armamento, etc. A classe operária - da qual se recrutam de "preferência os combatentes" - é adversária "natural das guerras", porque ela é contrária a seus fins: o que deseja é "a criação de uma nova ordem econômica baseada em concepção socialista e destinada a traduzir na realidade a solidariedade dos povos".

Cabe, também, aos parlamentares combater os pedidos de orçamento armamentista. Só a "organização democrática do sistema de defesa, compreendendo os que tenham condições de usar armas, representa uma garantia real para tornar impossível as guerras agressivas e facilitar a desaparecimento dos antagonismos nacionais. Se houver perigo de guerra, os trabalhadores e seus representantes parlamentares devem fazer o possível para evitá-la, usando de todos os meios possíveis e, se ela acontecer, usar de todos os meios para terminar" (19). Ao fim da leitura das resoluções são apresentadas duas emendas: a do Partido Operário Belga à resolução *Vaillant-Jaurés*, que fala em não limitar os meios para pôr fim à guerra; e da social-democracia francesa, da Grã-Bretanha, de que o Congresso fará declaração "relativa à política socialista internacional" e concederá ao Bureau o direito de indicar as linhas gerais a seguir em caso da crise mundial (20).

Como se vê, as resoluções não apresentam soluções novas, se as comparamos com as apresentadas nos Congressos de 1900 e 1904. Mas são os debates e, para surpresa geral, a Resolução Final que mostra sentido particular e revolucionário, aspecto este estranho - ou mal cozido - nestas quatro propostas resumidas acima. O fruto final é devido a subcomissão - Rosa Luxemburgo, Martov e Lênin -, que acrescentam quatro emendas à Resolução Bebel, e que as apresentam, em reuniões, aos "delegados russos e das esquerdas alemã e polonesa. A primeira variante das emendas, apresentada por Rosa Luxemburgo é repelida por Bebel, que invoca razões jurídicas. Depois de longas discussões com Bebel e consultas com juristas, as fórmulas modificadas serão incorporadas ao texto definitivo submetido à assembleia geral. Os representantes desta pequena minoria de esquerda manobra com muita habilidade tática utilizando as contradições entre as posições de Bebel e as de Jaurés, mas também a falta de compreensão de uma grande parte dos delegados ao Congresso, para fazer triunfar uma estratégia revolucionária na questão da atitude dos socialistas frente à guerra" (21).

Começamos pela discussão sobre as teses. É Bebel o primeiro a responder à Hervé e Vaillant-Jaurés. Hervé, segundo ele, nada diz de novo, repete o que o anarquista holandês, Domela Nieuwenhuis, dissera

no Congresso de Bruxelas (1891). O proletariado não tem pátria? O Manifesto Comunista afirma isto, mas, os discípulos de Marx e Engels "tomaram atitude positiva nos últimos anos em questões que apresentam um interesse nacional. Nós não combateremos a pátria em si própria.



Posições divergentes sobre o militarismo e o patriotismo dividem o plenário

A pátria pertence mais ao proletariado do que às classes dominantes. Nós lutamos contra as situações que existem nesta pátria e que foram criados no interesse destas classes dominantes. O Parlamento, também, é instrumento de dominação de classe, mas nós entramos nele para não só combater a burguesia, como para melhorar as condições operárias. Errado é a posição de Hervé, de ser 'indiferente' à questão de saber se a 'França pertence à Alsácia ou a Alsácia à França'. A Alsácia está 'aliada intimamente à idéia, à tradição, à alma francesa'. E, também, duvidosa a posição que toma ao falar sobre guerra defensiva e guerra de ataque. A guerra franco-prussiana de 1870 comprova a culpabilidade dos dois governos. O que queremos são atos que afirmem o poderio da social-democracia alemã.

Na Áustria, França e Rússia tivemos provas de ação: ameaça de greve geral para obter o sufrágio universal, na primeira; ascensão do sindicalismo, na segunda; revolução na terceira. Cabe aos alemães socialistas cumprirem seu dever de lutar contra os conflitos mundiais. A realização desta tarefa não se dá no abstrato: onde existe estado burguês, é o 'Soldado que nos impede de passar e quer nos esmagar para impedir nossa civilização nova'. 'Creio que a greve e a insurreição militar são sacrifícios inúteis. É porque eu repudio a moção Hervé'. A nossa resolução visa desarmar o Estado, que usa de suas forças contra o proletariado. Como? Caminhando de reforma em reforma, para a Nação armada, como decidiu o Congresso de Paris, em 1900. E as Nações? Atingir uma nação é atingir a Internacional. É preciso defender a integridade moral e física de nação, mas cada uma deve colaborar e manter a integridade moral e física da Internacional, que se torna cada vez mais uma realidade. Nós somos patriotas da Internacional. Eu sou patriota por cada nacionalidade da Internacional" (22).

A fala de Jaurés é mais consistente. No início reafirma posição defendida em Amsterdã, isto é, o papel primordial do Parlamento. Antes "eu pedia ao parlamentarismo seu máximo de efeito útil em favor do proletariado, eu peço ao proletariado hoje seu máximo de ação para prevenir os conflitos e combater

a guerra". "A greve militar é superada" e Hervé esquece da "autonomia e da legitimidade histórica das nações. A resolução Vaillant nasce das experiências da reação proletária aos acontecimentos de Fachoda (1898), do Marrocos (1905), quando operários ingleses e franceses pensam em organizar resistência contra a guerra. O que queremos é que a Internacional forme entente contra a guerra. A guerra é a essência do capitalismo, mas o socialismo internacional pode pôr fim a ela.

Rosa Luxemburgo faz crítica radical às atitudes reformistas de Bebel e Vollmar



Depende do proletariado colocar em cheque as forças do banditismo e de conflito. O capitalismo não é um deus e quando prosseguimos nossa ação militarista, quando ousamos começar uma política reformista, nós atacamos, no coração, o capitalismo. Bebel falou de nossas vitórias e seria extraordinário não falar de nossa influência sobre a guerra. Não queremos métodos novos mas, pôr a força política e parlamentar do proletariado contra o militarismo. Mas não só a ação parlamentar é suficiente: a classe operária quer agir diretamente, a fim de conquistar o sufrágio universal ou de esmagar o Czarismo. A classe operária quer intervir, agir por ela mesma. Na Alemanha há perigo de represálias governamentais, se houver uma ação profícua do proletariado, como pensa Bebel? Confesso que seria difícil uma ação repressiva contra um partido tão forte. O Partido Socialista Alemão já tomou atitude coerente no passado. Poderá haver represálias contra alguns e não a um exército de militantes. Nossa ação conjunta pode impedir a guerra, mas não desarmar o adversário. Nossos adversários estão temerosos de nossa força; falamos em morte da burguesia e não permitimos que a burguesia possa falar, nesta questão de manutenção de paz, do aborto da Internacional" (23).

Vollmar fala em seguida; ataca Hervé e diz que Jaurés e Vaillant o apóiam, pois, ele faz parte da delegação francesa, sendo "condescendentes" com o companheiro. No entanto, Vollmar se volta para o discurso de Jaurés: 1) concretamente, a social-democracia alemã, coerentemente, sempre combateu o militarismo, de maneira decidida e lógica; 2) não é válido o antimilitarismo de Hervé: ele seria possível de ser realizado praticamente na França? A greve geral, a deserção dos regimentos e a insurreição se fariam como ele deseja? Na Alemanha isto é impossível. Veja-se o caso de Karl Liebknecht, acusado de alta traição, apesar de nada ter a ver com a propaganda de Hervé; nem a propaganda antimilitarista seria possível, pois, o seu resultado seria, inversamente, o de alimentar a corrente militar alemã. Em seguida Bebel sobe à tribu-

na e diz não poder apoiar a tese Vaillant-Jaurés, por esta fazer, no final, concessões a Hervé. E, não é preciso dizer que, durante o incidente de Marrocos, a social-democracia alemã fez todo possível para evitar a guerra. Apesar disso, se admitirmos que os social-democratas não "poderiam deixar de lado a defesa nacional", enquanto as relações entre os Estados não se modificarem, deve-se entender que "estes armamentos não possam servir senão para a defesa do país, e devam ser utilizados por uma idéia democrática ampla, impedindo todo abuso das forças militares" (24).

Logo após é Hervé que rebate o discurso de Bebel, que é por ele, visto, "um sentimento de esturpor e de tristeza". "O que fizemos, a nossa campanha antimilitarista e antipatriótica, é resultado do clima de guerra provocado pelo caso do Marrocos, da revolução russa e de outros incidentes. Nesta situação febril, confiávamos nos três milhões de 'alemães socialistas'. Diante do silêncio, 'gritamos que não marcharíamos para defender o Marrocos e os interesses dos capitalistas'. O que fazemos é saber se a questão antimilitarista está bem apresentada na Internacional". Existem diferenças políticas e autonomias nacionais, como diz Guesde e que tudo isto são produtos de Estados de Classe. "No fundo, toda pátria é a exploração de uma maioria operária por uma minoria burguesa". "Nossa pátria é nossa classe". E a questão das guerras ofensivas e guerras defensivas? "A imprensa deturpa o seu sentido, haja visto a guerra russo-japonesa, o conflito do Transvaal. Nossa propaganda na França tem 'grande sucesso'. Ela não é uma teoria, pois, os motins dos regimentos de Midi são provas de nosso acerto. Eu amo o povo alemão, mas, 'vocês não são senão uma monarquia de votar e cotisar. Vocês não tem nenhuma concepção revolucionária'; vocês podem ir longe no pensamento, mas diante de um governo, 'vocês recuam', com medo da prisão (resposta de Rosa Luxemburgo e Vandervelde: "não!"). Vocês se aburguesaram. O que têm é o 'verbalismo revolucionário!'. E se a França, desarmada moralmente por nós, implorasse arbitragem mundial, o que vocês fariam? Seguir Bebel?

Se a social-democracia alemã tiver unicamente Bebel temo que nosso internacionalismo não seja senão uma trapaça para o proletariado, e a guerra será inevitável" (25).



O Congresso reafirma posições tomadas anteriormente contra as guerras capitalistas

Em seguida vem novas respostas a Hervé. E o belga Trolet que diz ser ele um patriota proletário, que seu "antipatriotismo é pequeno-burguês", de que "os burgueses têm mais medo dos socialistas, que desejam impor a nacionalização do solo e da indústria,

do que aqueles que sonham em suprimir a guerra” (26). Vaillant, a seguir, replica, a Bebel, dizendo ser companheiro da luta e que *internacional* quer dizer *antinacional*. “Não é verdade que nós não temos pátria e eu indico a palavra pátria sem o querer interpretar de uma maneira especial”.

Sei que o socialismo é internacional. Mas o amor da humanidade não pode me impedir, em nenhuma circunstância, de ser um bom alemão, um bom francês ou um bom italiano, e se nós reconhecemos o interesse comum dos povos, se nos condenamos as excitações chauvinistas exploradas em prejuízo de uns e outros, nós não podemos admitir um instante esta piedosa utopia, que as nações deixarão de existir e que elas se envolverão numa vaga e informe aglomeração humana. A resolução *Vaillant-Jaurés* está errada por princípio, falta-lhe a ‘essência da palestra socialista, pois, em lugar de considerar a situação social no seu conjunto, ocupa-se simplesmente dos fenômenos aparentes que o caracterizam. A idéia de suprimir a guerra pela greve militar por medida semelhante me parece tão louca como a idéia de suprimir o capitalismo pela greve geral. A aceitação de semelhantes táticas seria uma diversão’. Na minha opinião, o melhor seria voltar aos textos de Bruxelas e Zurich, a não ser que vocês queiram votar nova resolução, mesmo que ela não diga nada de novo, mas que terá a vantagem de dizer a mesma coisa com outras palavras” (27).

Em seguida Vandervelde, que critica Vollmar e seu discurso sobre Hervé; Adler o segue, fazendo restrições a Vandervelde e a defesa de Hervé, com seus petardos contra a burguesia. É preciso que a Internacional intensifique a “organização e a educação operária antimilitaristas. A coisa mais importante é o trabalho cotidiano de educação socialista, é dar ao proletariado uma tal consciência que a guerra torne-se impossível, impedindo a guerra, antes de a deter quando estoura. O que é preciso é medir os esforços das organizações parceladamente, mas uma resolução unânime do proletariado internacional concentrando toda sua força na direção da solidariedade dos povos” (28).

Rosa Luxemburgo sobe à tribuna depois, em nome da delegação polonesa. Sua posição é radical, posição esta já defendida em vários Congressos da social-democracia alemã. O que faz é criticar as posições evolucionistas e reformistas de Bebel e Vollmar. Para isto lembra, inicialmente, os mártires da revolução russa (1905) e, se eles pudessem estar presentes, diriam a Vollmar: “*nós vos agradecemos as homenagens, mas que nosso exemplo vos seja útil. Seria traição à revolução se vocês não fizerem isto*” (29).

Em 1904 discute-se a greve geral e a conclusão do Congresso de Amsterdã e de que o proletariado não está preparado e os socialistas, “insuficientemente maduros e insuficientemente prontos”. A realidade desmente esta previsão pessimista de Adler, Vollmar e Bebel. A revolução russa ajuda a pôr fim à guerra russo-japonesa, o “czarismo, seguro pela gargan-

ta pela revolução, ensarilhou as armas”; a “dialética histórica trabalha para nós” mas não imaginemos que “recolheremos seus frutos cruzando os braços”. Sou marxista e considero perigoso dar a ele “esta forma rígida e fatalista, que não tem outra consequência senão engendrar excessos, como reação, semelhantes ao heroísmo. Como Hervé é um *enfant terrible*, as idéias de Vollmar não são aceitas pelo proletariado alemão. No Congresso de Yena (da social-democracia alemã elabora-se documento revolucionário, aceita-se a idéia de greve geral (por causa da experiência da revolução russa), mas não deve-se somente visar o fim da guerra, porém, o que importa é de se aproveitar desse momento para apressar a queda da dominação da classe dominante” (30).



**Se a guerra estalar,
a classe
operária deve tentar
apressar
o fim da exploração**

Após Rosa Luxemburgo temos Russel Smart, que repete a posição dos socialistas ingleses contra a guerra. Finalmente Bebel rebate as críticas que recebe e propõe a formação de subcomissão para redigir nova resolução, já que há impasse sobre as quatro anteriores. Segundo sua sugestão ela é formada de 13 membros: Bebel e Vollmar pela Alemanha; Adler e Skatula, pela Áustria; Jaurés e Guesde, pela França; Scheu e Russel Smart, pela Inglaterra; Ferry e Costa, pela Itália; Sigg, pela Suíça; Branting, pela Escandinávia; Luxemburgo e Bystrenine, pela Rússia, Vandervelde, como presidente. Imediatamente após a posse, (dia 22), Luxemburgo, Martov e Lênin apresentam emendas que se intercalam em várias partes da Resolução Bebel, o que modifica fundamentalmente o seu texto primitivo, tornando-o de sentido revolucionário. Como vimos atrás, essa inserção é fruto de trabalho desta ala revolucionária. Para não repetir o mesmo texto duas vezes, iremos, ao transcrever a Resolução da subcomissão, grifar as emendas que são aprovadas; aprovação que se dá por unanimidade.

No dia 23 é lida a Resolução. O texto é o seguinte:

“*O Congresso confirma as resoluções dos precedentes congressos internacionais relativos à ação contra o militarismo e o imperialismo e lembra que a ação contra o militarismo não pode ser separada do conjunto da ação contra o capitalismo.*”

As guerras entre estados capitalistas são em geral consequências de sua concorrência sobre o mercado do mundo, pois cada Estado não tende unicamente a assegurar mercados, mas a adquirir novos, principalmente pela servidão dos povos estrangeiros e o conflito de suas terras.

Estas guerras resultam de concorrência incessante provocada pelos armamentos do militarismo, que



é um dos instrumentos principais da dominação da burguesia e da servidão econômica e política da classe operária.

As guerras são favorecidas pelos preconceitos nacionalistas que se cultiva sistematicamente no interesse das classes dominantes a fim de afastar a massa proletária de seus deveres de classe e de seus deveres de solidariedade internacional.

Elas são, pois, da essência do capitalismo e não cessarão senão pela supressão do sistema capitalista, ou, quando a grandeza do sacrifício em homens e em dinheiro exigida pelo desenvolvimento da técnica militar e a revolta provocada pelos armamentos terão levado os povos a renunciar a este sistema.

A classe operária, na qual se recruta de preferência os combatentes e que deve, principalmente suportar os sacrifícios materiais, é a adversária natural das guerras porque estas estão em contradição com o fim que ela prossegue: a criação de uma nova ordem econômica, baseada sobre a concepção socialista destinada a traduzir na realidade a solidariedade dos povos.

E porque o Congresso considera ser o dever de todos os trabalhadores, e de seus mandatários nos parlamentos, combater com todas as suas forças os armamentos de terra e do mar, assinalando o caráter da classe da sociedade burguesa e as razões que levam à manutenção dos antagonismos sociais, de recusar todo sustento pecuniário a esta política e, também, de se aplicar a que a juventude proletária seja formada nas idéias socialistas de fraternidade dos povos e voltada sistematicamente à consciência de classe.

O Congresso vê na organização democrática de um sistema de milícia, destinado a substituir os exércitos permanentes, uma garantia real tornando impossível as guerras ofensivas e facilitando a desaparecimento dos antagonismos nacionais.

A Internacional não pode fechar prematuramente em fórmulas rígidas a ação necessariamente diversa, segundo os tempos e os meios dos diversos partidos nacionais, mas ela tem o dever de intensificar e de coordenar o máximo possível os esforços da classe operária contra o militarismo e contra a guerra".

De fato, desde o Congresso Internacional de Bruxelas, o proletariado, mesmo prossequindo sua lu-

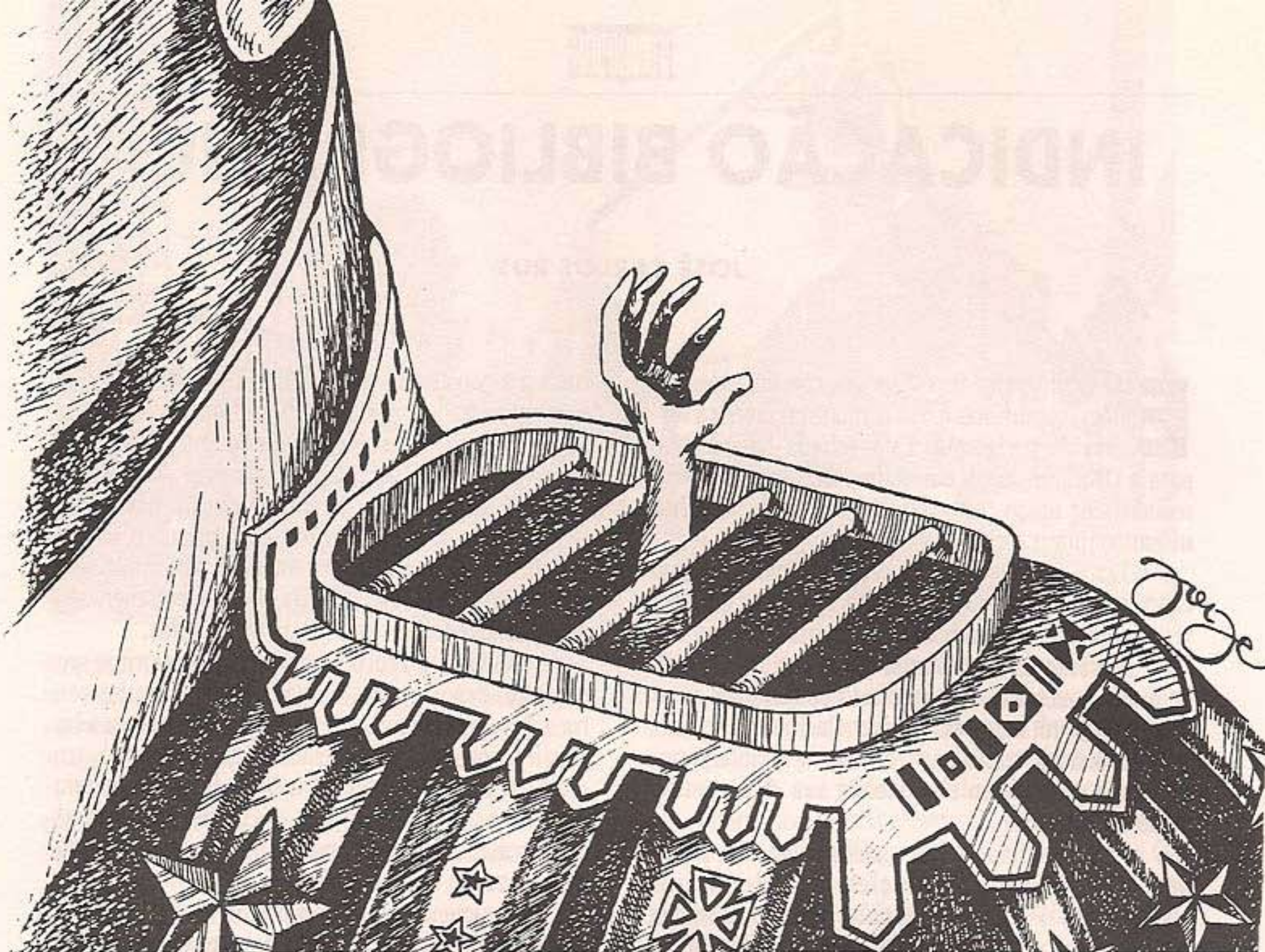
ta incessante contra o militarismo, pela recusa das despesas militares e navais, pelo esforço da democratização do exército, recorreu com um vigor e uma eficácia crescente aos meios os mais variados para prevenir as guerras ou para pôr fim a elas, ou para libertar a classe operária dos efeitos provocados pela guerra a todas as camadas sociais: assim, notadamente, a entente entre as *trades unions* inglesas e os sindicatos operários franceses depois da crise de Fachoda para assegurar a paz e restabelecer as boas relações entre a França e a Inglaterra; a ação do partido socialista no parlamento francês e no parlamento alemão na crise do Marrocos; as manifestações populares organizadas para este fim pelos socialistas da França e da Alemanha; a ação concreta dos socialistas austríacos - dos socialistas italianos reunidos em Trieste para prevenir um conflito entre os dois estados; a intervenção vigorosa da classe operária da Suécia para impedir um ataque contra a Noruega; enfim, os heróicos sacrifícios e combates de massa dos socialistas, dos operários e dos camponeses da Rússia e da Polônia para impedir a guerra desencadeada pelo czarismo, para aí pôr um termo e fazer da crise a liberdade do povo da Rússia e do proletariado; todos estes esforços, pois, atestam o poderio crescente da classe operária e seu cuidado crescente de manter a paz por enérgicas intervenções.

"A ação da classe operária será muito mais eficaz quando uma propaganda incessante terá preparado os espíritos para um vigoroso esforço e que a ação dos diversos partidos nacionais seja fortemente estimulada e coordenada pela Internacional".

O Congresso está convencido, por sua vez, que sob a pressão do proletariado, a prática séria da arbitragem internacional se substituirá, para os litígios, às lastimosas tentativas dos governos burgueses e, assim, poderá ser assegurado aos povos os benefícios do desarmamento geral, o que permitirá de aplicar no progresso da civilização os imensos recursos de energia e de dinheiro devorados pelos armamentos e pelas guerras.

O Congresso declara:

"Se uma guerra ameaça estalar, é um dever da classe operária nos países concernentes, é um dever



para os seus representantes nos parlamentos, com a ajuda do Bureau Internacional, força de ação e de coordenação, de fazer todos os esforços para impedir a guerra por todos os meios que lhe pareçam os melhores apropriados e que variam naturalmente segundo a acuidade de classe e a situação política geral.

No caso que a guerra estourasse, eles têm o dever de forçar para a fazer cessar prontamente e de utilizar, com todas as suas forças da crise econômica e política criada pela guerra para agitar as camadas populares as mais profundas e precipitar a queda da dominação capitalista”.

Concomitantemente ao Congresso dão-se alguns episódios significativos. Vollmar, ao discursar sobre o tema do Militarismo e os Conflitos Internacionais, cita o caso de Karl Liebknecht e de sua posição antimilitarista, e afirma que para não prejudicá-lo - ele está preso neste momento - preferia não analisar o seu caso. No dia seguinte, Vollmar recebe carta de Karl Liebknecht, onde este diz preferir que a sua atitude fosse conhecida, que desejava que o governo alemão iniciasse processo contra ele e que continua favorável à propaganda antimilitarista nos quartéis. Outra questão é a da formação da Comissão Interparlamentar, composta dos parlamentares de todos os países, que analise questões jurídicas sobre temas específicos do Congresso. ■

EDGARD CARONE - Historiador, professor da Universidade de São Paulo (USP)

NOTAS

- (1) Os dois últimos temas não serão abordados por nós.
- (2) in: *Histoire de la II Internationale: Congrès Socialiste Internationale Stuttgart 6-24 Août 1907*, 4 volumes Tomo 16 - *Propositions et Projets de Résolutions Avec Rapports Explicatifs* Tome 17 - *Index*. Tomo 18 - *Rapports Soumis au Congrès Socialiste International de Stuttgart par les organisations socialiste d'Europe, d'Austrie et d'Amérique sur leur activité pendant les années 1904-1907*. Tomo 18 bis - *Minorités (Supplément ou volume 18)* Presse, Genève, 1979 - 1985, Editora Minkoff.
- (3) idem, tomo 17, p. 415-416.
- (4) idem nota n.º 3, p. 517-519
- (5) idem, p. 521-522.
- (6) idem, p. 529-530.
- (7) idem, p. 528-529.
- (8) idem, p. 530-532.
- (9) idem, p. 543-545.
- (10) idem, p. 547.
- (11) idem, 546-554.
- (12) idem, p. 617-620.
- (13) idem, p. 626.
- (14) idem, p. 628.
- (15) idem p. 754-756.
- (16) idem, p. 441.
- (17) idem, p. 441-442.
- (18) idem, p. 443-444.
- (19) idem, p. 444-445.
- (20) idem, p. 445-446.
- (21) idem, G. Haupt, p.9.
- (22) idem p. 456-460.
- (23) idem, p. 461-466.
- (24) idem, p. 446-450.
- (25) idem, p. 450-454.
- (26) idem, p. 454-456.
- (27) idem, p. 466-473.
- (28) idem, p. 477-482(29) O grifo está entre aspas no original.
- (30) idem nota n.º 03, p. 482-485.
- (31) O grifado é o acrescentado pela subcomissão.

INDICAÇÃO BIBLIOGRÁFICA

JOSÉ CARLOS RUY

Esta bibliografia apresenta um conjunto de opiniões, comunistas e não comunistas, sobre a história do socialismo. Está voltada basicamente para a URSS, primeira e mais importante experiência socialista de nosso tempo, que apresenta ao estudioso um conjunto maior de problemas.

Trata-se de uma lista inicial, aproximativa, com enormes falhas. Indica algumas obras básicas disponíveis em livrarias ou em boas bibliotecas. Não compartilha o preconceito acadêmico de que a quantidade de livros aumenta o esclarecimento de qualquer questão. Entretanto, nas obras abaixo relacionadas, o interessado poderá "casalhar" os fatos e as interpretações para poder, com eles, moldar sua compreensão sobre o assunto.

Algumas obras gerais, consagradas, têm destaque nesta bibliografia. Entre elas, as histórias da URSS e do Partido Comunista (Bolchevique) da URSS (textos n.º 1 e 31), as obras de Charles Bettelheim (textos 18 a 21), de Trotski (texto n.º 139) e de Eric Hobsbawn (texto n.º 63).

A natureza oficial dos textos 1 e 31 torna-os instrumentos da luta política pela consolidação do socialismo na URSS. Eles são esclarecedores sobre os rumos tomados pelos vitoriosos. São assim *documentos históricos* fundamentais. Sua natureza oficial, contudo, torna esses textos pouco úteis como instrumento de informação histórica isenta.

Charles Bettelheim, por sua vez, é considerado - juntamente com Carr e Isaac Deutscher - um dos principais historiadores acadêmicos da URSS. Sua obra, fartamente documentada, foi construída ao longo de quarenta anos de pesquisas em arquivos soviéticos e estrangeiros. Marxista, opõem-se à ortodoxia soviética, recusando as avaliações comuns, que colocam a figura de Stálin no centro da evolução da primeira experiência socialista da humanidade, e posicionam-se contrariamente ou favoravelmente àquele dirigente soviético. Contra avaliações desta espécie, Bettelheim preconiza o estudo das condições históricas da construção do socialismo, como única forma de esclarecimento dos rumos daquela experiência. Ele defende teses controversas, entre elas a de que a revolução bolchevique teria sido, na verdade, uma revolução capitalista, inaugurando um padrão de acumulação e desenvolvimento diferente do padrão clássico, europeu e americano.

Edward H. Carr talvez seja autor do mais vasto empreendimento historiográfico sobre a revolução

russa e a construção do socialismo na URSS. Fiel ao empirismo tradicional dos historiadores ingleses, Carr - que foi funcionário *Foreign Office* em 1916, e professor do Trinity College de Cambridge desde 1955 - elaborou um extenso e ricamente documentado relato factual da revolução russa, cujo primeiro volume foi publicado na Inglaterra em 1950. Foi muito amigo de outro historiador inglês, Isaac Deutscher, sendo influenciado por suas idéias trotsquistas.

O livro de Trotski - como outros escritos seus de exílio, depois de 1928 - centra-se na polêmica contra a direção soviética e os rumos que ela passou a imprimir à construção do socialismo. Neste sentido, tem o caráter de contraponto à história oficial, sendo também - por sua vez - a *história oficial* não só dos trotsquistas mas também de muitos opositores (socialistas ou burgueses) do stalinismo.

Finalmente, a História do Marxismo, organizada e dirigida por Eric Hobsbawn, merece uma referência aqui. Trata-se de um painel dos principais temas do marxismo e do debate sobre a construção do socialismo, desde Marx e Engels até nosso tempo. Embora extremamente valiosa, esta obra tem dois problemas. Em primeiro lugar, abriu espaço a autores não marxistas, que escreveram alguns dos ensaios. Depois, a obra foi escrita sob hegemonia de autores eurocomunistas. Apesar destas limitações, tem ensaios úteis.

A indicação bibliográfica foi organizada por blocos temáticos. Ela não é - nem poderia ser - exaustiva, mas apenas uma indicação introdutória para o estudo do socialismo. Para facilitar a consulta, ao final de cada bloco estão indicados os números dos textos correspondentes.

1. O debate da revolução Russa

A Rússia czarista era a mais atrasada das potências européias. Ali, o peso do passado feudal ainda muito recente era grande, e o país permanecia dominado por uma monarquia absolutista. Sua classe operária se contava aos milhões, mas a base da população era camponesa, meio em que predominavam o analfabetismo e o preconceito religioso.

Para os bolcheviques, sua revolução seria o estopim para a revolução européia, encarada como necessária para viabilizar a construção do socialismo. Mas a revolução européia, que se esboçou na Alemanha, Áustria e Hungria, foi derrotada, e os bolcheviques

tiveram que enfrentar a tarefa de construir o socialismo em uma nação muito atrasada.

Outras questões também se colocaram. Rompendo com a posição ortodoxa da II Internacional, de que a etapa intermediária entre a Revolução Burguesa e a Revolução Proletária é necessariamente longa, Lênin mostrou que - ao contrário - na revolução russa essas etapas eram complementares, e que a revolução proletária é consequência da revolução democrático-burguesa.

Lênin também compreendia que, no quadro do atraso russo, o caráter da revolução russa era necessariamente contraditório, ao mesmo tempo proletário e democrático burguês: a aliança operário-campesina exprime esse caráter uma vez que, no campo russo, segundo Lênin, a revolução não era ainda Socialista, mas burguesa.

A questão da ditadura do proletariado e seu alcance, um tema que abrange desde as críticas da social-democracia contra o fechamento da Assembléia Constituinte e o rompimento da legalidade burguesa, o debate daquilo que alguns consideravam "excessos revolucionário", até a posição trotsquista, em 1920, de militarizar os sindicatos e o trabalho nas fábricas.

(textos: 1, 18, 22, 24a, 24d, 25, 31, 39, 48, 56, 57, 62, 73, 75, 76, 77, 83, 84a, 84b, 84c, 84d, 84e, 84j, 86, 92, 93, 102, 105, 112, 115, 129, 139, 141, 143, 149)

2. O debate da revolução nos países atrasados

De certa forma, este debate amplia, aprofunda e generaliza o tema do item 1, extendendo suas conclusões para a luta anticolonial.

Os textos aqui referidos dão apenas uma discreta introdução ao tema, pois a bibliografia existente é vasta.

(textos: 1, 2, 3, 13, 24c, 82, 86, 87, 115, 122)

3. Mencheviques versus bolcheviques, ou social-democracia versus revolução

Bolcheviques e mencheviques estiveram em campos opostos desde praticamente a fundação do partido social democrático russo. Divergiam, inicialmente, sobre a natureza do partido e do vínculo entre ele e seus militantes; sobre a natureza das lutas operárias anteriores à revolução (para os mencheviques deviam ser lutas econômicas e os bolcheviques lutavam para transformá-las em luta política contra o czarismo e contra o capitalismo).

As divergências acentuaram-se quando o czarismo, depois da revolução de 1905, foi obrigado a aceitar a criação de um parlamento eletivo muito limita-

do e controlado pela monarquia (para os mencheviques, uma conquista democrática que devia ser mantida a todo custo), e chegaram ao rompimento quando, com a I Guerra Mundial, os mencheviques alinharam-se à orientação da social-democracia européia, e apoiaram a burguesia russa no esforço bélico. Mais tarde, com a revolução de fevereiro, e a dualidade de poderes que se seguiu a ela (soviets versus parlamento burguês), os mencheviques apoiaram o governo provisório burguês e esforçaram-se para esvaziar o poder político dos soviets.

(textos: 14, 26, 30, 49, 59, 75, 84i, 89, 94, 113, 117, 129, 130)

4. A revolução mundial e o socialismo num só país

A consciência do fracasso da revolução européia levou a liderança soviética a formular a tese, logo no começo dos anos 20, do socialismo num só país.

Além de ligar-se à discussão sobre a revolução russa (item 1), este debate apresentou alguns aspectos particulares.

Em primeiro lugar, um grupo de revolucionários, liderado por Trotski, pensava que a decisão rompia com o compromisso internacionalista do socialismo e do marxismo (e a defesa da revolução permanente e do internacionalismo passou a ser uma das características do trotsquismo).

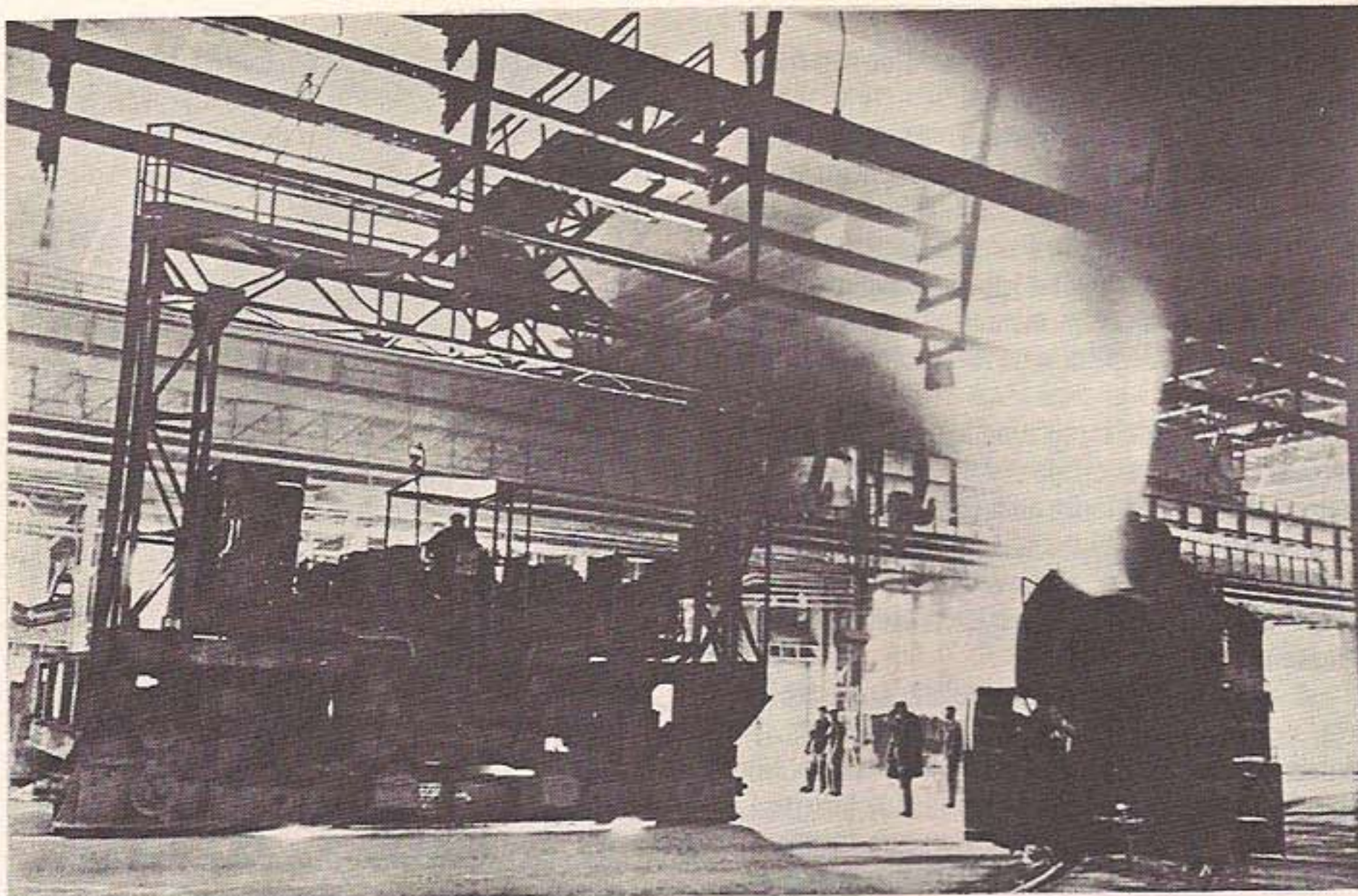
Em segundo lugar, a tese teve grande influência na Internacional Comunista e na condução da política exterior soviética; os interesses da defesa nacional da URSS e da defesa da construção do socialismo naquele país passaram a guiar as decisões sobre o apoio (ou oposição) soviética às iniciativas revolucionárias no exterior.

(textos: 1, 2, 3, 13, 21, 24c, 24e, 24h, 24i, 24n, 29, 31, 32, 51, 58, 81, 82, 87, 100, 109, 110, 114, 120, 123, 138, 149).

5. A internacional comunista

Concebida por Lênin para suceder à II Internacional, social-democrata, e levar adiante o programa revolucionário que ela havia abandonado. A III Internacional nasceu formalmente em março de 1919. Alguns críticos pensam que, desde os anos 30 até sua desmobilização, em 1943, a Internacional Comunista foi mero instrumento de política exterior do Estado Soviético.

(textos: 2, 3, 21, 24c, 24h, 24i, 24n, 25, 29, 32, 56, 109, 110, 125, 126)



6. A NEP

Adotada pelo X Congresso do Partido Comunista em março de 1921, a *Novaia Ekonomitcheskaja Politika* (Nova Política Econômica, ou NEP), eliminou o comunismo de guerra, substituiu a requisição forçada de produtos agrícolas por um imposto em espécie e, ao mesmo tempo, restabeleceu a economia monetária, o comércio interno e autorizou o funcionamento de pequenas empresas capitalistas. Encarada por Lênin como um recuo temporário para reorganizar a economia e facilitar, depois, a retomada do desenvolvimento socialista, a NEP durou até 1929 - toda a década de 1920, portanto. Sua crise, acelerada depois de 1927, suscitou forte debate a respeito da natureza e do ritmo da industrialização, da conveniência de manutenção de um setor de *economia de mercado sob o socialismo*, dos rumos a serem adotados no desenvolvimento agrícola, e da atitude perante os camponeses enriquecidos (a burguesia rural constituída pelos *Kulaks*).

(textos: 1, 15, 18, 19, 24b, 24f, 25, 30, 31, 44, 60, 84t, 124, 125, 126)

7. A luta pela planificação, pela industrialização e pela coletivização da terra

No final dos anos 20, a liderança bolchevique estava dividida. Alguns pensavam que devia ser mantido um setor de *economia de mercado* ao lado de um setor socializado da economia.

A industrialização devia ter um ritmo lento, voltada basicamente para a produção de bens de consumo, e a coletivização no campo devia conviver com fazendas mercantis particulares, cuja produção podia ser livremente comercializada depois de descontados os impostos.

Para outra corrente de dirigentes, a industrialização básica (com a implantação de indústrias de bens de produção) era a prioridade principal, à qual deviam subordinar-se as demais atividades econômicas. Paralelamente, a burguesia rural devia ser suprimida, e a introdução de fazendas coletivas devia ser acelerada.

O primeiro plano quinquenal foi adotado em 1926. Mas o debate liberdade de mercado versus planificações centralizada só tornou-se intenso a partir do segundo plano quinquenal, baseado na exigência de industrialização acelerada.

Muito rico, esse debate econômico é esclarecedor dos rumos que, nos anos seguintes, a sociedade soviética trilhou.

(textos: 1, 17, 18, 19, 21, 24b, 24f, 24j, 25, 30, 31, 33, 34, 60, 61, 119, 124, 125, 126 e 142).

8. O debate econômico da construção do socialismo

Outros temas apareceram no debate econômico entre os comunistas, além daqueles citados nos itens 6 e 7 (NEP, industrialização e coletivização do campo).

As possibilidades de sobrevivência do capitalismo, a crise de 1929, a necessidade de aumento da produ-

tividade do trabalho (e, em consequência, a avaliação positiva do *taylorismo*), a natureza da lei do valor sob o socialismo, a permanência de relações mercantis na transição do capitalismo para o comunismo, a planificação da economia, foram algumas das questões que aprofundaram o debate econômico.

(textos: 4, 5, 15, 18, 19, 20, 21, 24b, 24f, 24j, 24l, 25, 30, 34, 46, 108, 124, 126, 134).

9. A organização do trabalho e os sindicatos

Qual o papel numa sociedade que constrói o socialismo? Para os bolcheviques, essa foi uma questão importante.

Alguns propuseram pura e simplesmente a militarização dos sindicatos e das fábricas; outros queriam a plena autonomia dos sindicatos e o controle operário das fábricas.

A introdução de *incentivos materiais*, de pagamento por produção, o *stakanovismo* e o *taylorismo* (isto é, a mais desenvolvida forma de divisão do trabalho sob o capitalismo) causaram grandes debates.

(textos: 22, 23, 24l, 26, 45, 46, 60, 85, 130)

10. O Trotsquismo e a oposição de "esquerda"

A oposição de esquerda, que esboçou-se nos anos 20, opôs-se à subordinação dos soviets ao Estado e ao Partido.

Manifestou-se em alguns episódios dramáticos, como a revolta dos marinheiros do Kronstradt. Enfatizavam a necessidade do controle operário, da autonomia da organização popular e a iniciativa das massas (alguns, mais radicais, eram "basistas" radicais, para quem as estruturas partidárias nada valiam ante a iniciativa das massas).

Mas foi em Leon Trotski, um dos principais dirigentes da Revolução de 1917, que a oposição ao governo soviético encontrou o líder reconhecido, com grande capacidade teórica e organizativa, e que por mais tempo esteve à sua frente.

Essa atividade encontrou apoio não só em remanescentes da oposição de "esquerda", mas também em libertários e anarquistas europeus, e em revolucionários que se chocavam com o autoritarismo do governo soviético e com aquilo que chamavam "burocratização" do primeiro Estado operário.

(textos: 10, 22, 23, 24l, 24m, 26, 37, 45, 57, 76, 80, 85, 124, 130, 138, 139, 140, 141, 142, 146).

11. Stálin e o Stalinismo

Dirigente da facção vitoriosa na luta pelo legado de Lênin, Stálin foi - como reconhecem mesmo seus adversários - o mais fiel aplicador do programa de desenvolvimento socialista definido pelo fundador do Estado soviético. Responsável pela consolidação do socialismo, não vacilou ante decisões muitas vezes duras e implacáveis. O próprio Lênin se referiu a ele, em sua "Carta ao Congresso" (24.12.1922), pedindo para o cargo de Secretário Geral alguém que fosse "mais tolerante, mais leal, mais correto, mais atento com os camaradas, menos caprichoso, etc." que Stálin.

De qualquer modo, Stálin dirigiu a URSS no período dramático, da industrialização acelerada, da coletivização do campo, e da pior guerra jamais enfrentada por algum povo, a invasão nazista de 1941 a 1945. Nesse período, conduziu o esforço vitorioso que superou esses obstáculos.

Figura central da avaliação para a experiência soviética, a análise de seu desempenho deve ser desapassionada, contra ou a favor.

(textos: 1, 2, 20, 21, 24m, 25, 29, 30, 31, 33, 36, 40, 47, 72, 78, 80, 88, 90, 91, 95, 98, 99, 106, 107, 116, 125, 126, 127, 128, 135, 136, 141).

12. Os processos de Moscou e o terror

O grande expurgo no Partido e no Estado, ocorrido nos anos 30 - nos famosos "processos de Moscou" - afastou muitos antigos revolucionários, e em alguns casos chegou mesmo à sua eliminação física.

Controversos, esses processos têm defensores e opositores apaixonados. O depoimento do embaixador norte-americano, Joseph Davis (que assistiu a eles) é, entretanto, favorável à direção bolchevique. De qualquer forma, esses processos romperam com uma antiga tradição bolchevique, que vinha do tempo de Lênin: jamais usar a pena de morte para resolver dissensões partidárias.

(textos: 1, 16, 20, 21, 30, 31, 33, 101, 118).

13. Estado e Democracia

A questão da democracia é um dos temas mais tradicionais entre os comunistas. Sua discussão vem dos tempos de Marx e Engels. A tomada do poder pelos bolcheviques e o início da construção de um Estado operário colocado, porém, esta questão em outro patamar.

Algumas medidas provisórias do governo soviético, como a proibição de partidos e jornais oposicionistas, a censura, e controle sobre a sociedade civil, - impostas pela situação de guerra civil que o país vivia

quando foram adotadas - tornaram-se dogmas intocáveis. O reforço do poder estatal, a pretexto de, assim, trabalhar para a eliminação do Estado, foi outra distorção cujas raízes estão na guerra civil.

(textos: 1, 16, 18, 20, 21, 24g, 24m, 25, 30, 31, 33, 75, 84f, 84g, 84l, 84m, 84n, 84o, 84p, 84q, 84r, 84s, 95, 101, 106, 107, 124, 134).

14. Partido e centralismo democrático

O Partido Comunista confundiu-se, gradualmente, com o Estado soviético. Com o tempo, sobrepôs-se a ele, tornando-se a instância dirigente incontestável. Elemento destacado da vanguarda da classe operária, o partido sobrepôs-se, também, à própria classe, apresentando-se como seu representante e procurador.

Quando os partidos de oposição foram proibidos e, mais tarde, quando as facções foram proibidas dentro do Partido Bolchevique, feneceu o rico debate que caracterizou aquela agremiação, e que fez sua força e aguçou seu gume revolucionário.

Uma consequência dessa mudança foi a desfiguração do centralismo democrático que, nos tempos de Lênin, era o exercício, pela direção partidária, da delegação obtida nos congressos e reuniões gerais. Essa atividade de direção democrática - e fiscalizada pelo partido - transformou-se numa caricatura, que tornou intocáveis e indiscutíveis as opiniões e decisões da direção partidária.

(textos: 1, 18, 19, 20, 21, 24g, 24m, 25, 30, 31, 57, 74, 84g, 84h, 84l, 84m, 84o, 84p, 84q, 84r, 84s, 95, 101, 106, 107, 124, 134).

15. Arte, ciência e cultura

A revolução russa de 1917 suscitou um rico florescimento artístico, cultural e científico nos anos 20. Mais tarde, a valorização de uma arte, de uma ciência e de uma produção cultural *proletárias*, em contraposição à produção cultural e científica *burguesa* impediu o desenvolvimento daquelas tendências.

O zdanovismo, que levava à consideração de que apenas na URSS, estado proletário, é que poderiam surgir idéias geniais e inovadoras, foi um freio ao desenvolvimento científico e cultural. Não puderam prosperar pesquisas como as do psicólogo marxista Lev Vygotsky, estudos de física quântica (fundamentais para a eletrônica moderna), a química de Linus Pauling, o estudo das obras de Sigmund Freud e da psicanálise, a realização de pesquisas genéticas etc.

A transformação mecanicista da cultura em um campo de combate político teve consequências drásticas não apenas para cientistas e artistas (que foram perseguidos e impedidos de trabalhar) mas, principal-

mente, para a sociedade soviética que, em consequência, ficou atrasada em muitos campos do conhecimento. E, principalmente, o próprio marxismo - pensamento rico, criador e em permanente evolução - teve seu desenvolvimento severamente contido por uma compreensão acanhada e mecanicista da dialética e da luta de classes no campo da cultura, da arte e da ciência.

(textos: 27, 47, 64, 97, 121, 131, 132, 127, 128, 145, 148, 150, 151).

16. As guerras mundiais e a guerra fria

O tratado de Brest Litovsky, logo após a tomada do poder pelos bolcheviques, em 1918, foi a primeira grande controvérsia sobre as realizações do novo regime com potências estrangeiras hostis ao poder operário.

A recusa em apoiar a guerra, que uniu os bolcheviques e a esquerda revolucionária em 1914, traduziu-se agora na necessidade imperiosa de se obter mesmo uma paz injusta, mas que permitisse a tomada de fôlego e a reorganização das forças para a consolidação dos avanços obtidos.

No período entre guerras, essa mesma necessidade de paz para a reconstrução do país orientou a política exterior bolchevique, culminando no episódio controverso do pacto de não agressão com a Alemanha nazista.

Vitoriosa na II Guerra Mundial - e nação a quem coube o maior custo material e humano na luta contra a agressão nazi-fascista - a URSS emergiu como uma das potências mundiais envolvidas, agora, em outra guerra, a "guerra fria" que os países capitalistas e suas elites moviam não só contra o antigo bloco socialista, mas contra os comunistas em todo o mundo.

(textos: 11, 21, 33, 35, 42, 50, 110, 111, 120, 123, 133, 135).

17. O Revisionismo

Fenômeno antigo do marxismo, cujos primeiros sinais se manifestaram no final do século passado, logo após a morte de Engels, nas teses defendidas por Eduard Bernstein, o revisionismo preconiza o abandono da vida revolucionária para a transformação social e construção do socialismo, e enfatiza a coexistência pacífica, a luta meramente eleitoral e parlamentar, e a ilusão de uma evolução gradual e indolor do capitalismo para o socialismo. Ele manifestou-se abertamente no vértice da liderança soviética principalmente após a morte de Stálin, em 1953, tendo sido adotado como política oficial não declarada desde o XX

Congresso do PCUS, em 1956. Apesar disso, ele está enraizado no próprio desenvolvimento que a transição para o comunismo assumiu na URSS desde os anos vinte.

Depois de 1985, com a subida de Gorbachov ao poder, a política revisionista aprofundou-se, convertendo-se em apologia do capitalismo e em uma aberta defesa de sua restauração.

(textos: 6, 7, 8, 12, 14, 28, 38, 41, 52, 53, 54, 66, 67, 68, 70, 78, 79, 91, 94, 96, 105, 136, 144).

18. O social-imperialismo

Muitos críticos da diplomacia soviética encaram a defesa do socialismo num só país e a hegemonia soviética na Internacional Comunista como sinais de política exterior de grande potência.

Embora discutível, essas críticas são reforçadas pela política soviética do final da II Guerra Mundial, quando a URSS participa da Conferência de Yalta, onde as potências vitoriosas dividem o mundo em áreas de influência. Mas foi sob o domínio dos revisionistas que essa política de grande potência assumiu claramente o caráter de social-imperialismo, e a liderança soviética passou a impôr seus interesses políticos e econômicos às nações sob sua área de influência.

(textos: 44, 66, 68, 69, 70, 81, 87).

19. O debate sobre a natureza da URSS

Já nos anos 20, nas polêmicas entre os bolcheviques, havia quem encarasse com reservas o caráter socialista da URSS; os trotsquistas, por sua vez, denunciavam a “degeneração” do estado proletário e sua “burocratização”.

Embora importante, esse debate foi secundário até os anos 60, quando o predomínio revisionista e o social-imperialismo forçaram os estudiosos marxistas a encararem de frente a questão. Surgiram então as teses do *socialismo real* (que contrapunham o socialismo realmente existente, com suas limitações, ao sonho utópico de um sistema igualitário), do capitalismo de Estado, da restauração capitalista, etc.

(textos: 18, 19, 20, 21, 31, 41, 43, 44, 104, 105, 125, 126, 137, 147).



20. Obras Gerais

Além das obras gerais já referidas na Introdução a esta indicação bibliográfica, outros autores dedicaram-se ao estudo da URSS, e podem iluminar alguns aspectos importantes de sua evolução. São obras úteis não só para o estudo sistemático, mas também para a consulta eventual.

(textos: 1, 18, 19, 20, 21, 24, 25, 42, 63, 66, 103, 139).

21. Memórias e biografias

A leitura direta das obras dos principais atores do drama histórico representado pela construção do socialismo no nosso século é indispensável. Essa leitura é complementada com proveito pelo estudo de suas biografias e das reminiscências daqueles que conviveram com eles. O conhecimento de suas vidas, das circunstâncias em que se envolveram na luta revolucionária, do papel que desempenharam nos momentos decisivos da história, é extremamente útil para uma avaliação mais isenta e precisa dos acontecimentos.

(textos: 30, 36, 37, 40, 42, 55, 56, 71, 72, 90, 92, 101, 143, 146).

BIBLIOGRAFIA

1. ACADEMIA DE CIÊNCIAS DA URSS, *História da URSS: época do socialismo, 1917-1957*, Editora Grijalbo, SP, 1967.

2. AGOSTI, A., “As Correntes Constitutivas do Movimento Comunista Internacional”, in HOBBSBAWN, Eric (org.), *História do Marxismo*, vol. VI, op. cit.

3. AGOSTI, A., "O Mundo da Terceira Internacional: os 'Estados Maiores' ", in HOBBSBAWN, Eric (org.), *História do Marxismo*, Vol. VI, op. cit.
4. ALTVATER, E., "O Capitalismo se Organiza: o Debate Marxista Desde a Guerra Mundial Até a Crise de 1929", in HOBBSBAWN, Eric (org.), *História do Marxismo*, vol. VIII, op. cit.
5. ALTVATER, E., "A Crise de 1929 e o Debate Marxista Sobre a Teoria da Crise", in HOBBSBAWN, Eric (org.), *História do Marxismo*, vol. VIII, op. cit.
6. AMAZONAS, João e outros, *30 Anos de Confronto Ideológico: Marxismo e Revisionismo*, Editora Anita Garibaldi, SP, 1990.
7. AMAZONAS, João, "As Transformações Sociais na Época da Revolução e do Imperialismo (Exame Crítico da Crise do Socialismo)", in AMAZONAS, João e outros, op. cit.
8. AMAZONAS, João, "Perestroika e Contra-Revolução Revisionista", in AMAZONAS, João, e outros, op. cit.
9. ARENDT, Hannah, *Origens do Totalitarismo*, Cia. das Letras, SP, 1989.
10. ARVON, Henri, *A Revolta do Kronstadt*, Editora Brasiliense, SP, 1984.
11. BAGGULEY, John, "A Guerra Mundial e a Guerra Fria", in HOROWITZ, David (org.), op. cit.
12. BAHRO, Rudolf, *A Alternativa: Para uma Crítica do Socialismo Real*, Editora Paz e Terra, SP, 1980.
13. BERNAL, M., "Mao e a Revolução Chinesa", HOBBSBAWN, Eric (org), in *História do Marxismo*, vol. XI, op. cit.
14. BERNSTEIN, Eduard, "Em favor do Reformismo", in MILLS, C. Wright, op. cit.
15. BERTELLI, Antonio Roberto (org.), *A Nova Política Econômica (NEP): Capitalismo de Estado - Transição - Socialismo*, Editora Global, SP, 1987.
16. BERTIN, Claude (editor), *Os Processos de Moscou*, Otto Pierre Editores, RJ, 1978.
17. BETTANIN, Fábio, *La Collettivizzazione delle Campagne dell'URSS* (A Coletivização da Terra na URSS), Editori Riuniti, Roma, 1978 (Há edição brasileira).
18. BETTELHEIM, Charles, *A Luta de Classe na União Soviética*, vol. 1, Primeiro Período, 1917-1923, Editora Paz e Terra, RJ, 1978.
19. BETTELHEIM, Charles, *A Luta de Classes na União Soviética*, vol. 2, Segundo Período, 1923-1930, Editora Paz e Terra, RJ, 1983.
20. BETTELHEIM, Charles, *A Luta de Classes na União Soviética*, Terceiro Período - Os dominados, Publicações Europa-América, Lisboa, s/d.
21. BETTELHEIM, Charles, *A Luta de Classes na União Soviética*, Terceiro Período - Os dominantes, Publicações Europa-América, Lisboa, s/d.
22. BRINTON, Maurice, *Os Bolcheviques e o Controle Operário*, Edições Afrontamento, Porto, 1975.
23. CAMPOS, José Roberto, *O que é Trotskismo*, Editora Brasiliense, SP, 1988.
24. CARR, Edward Hallett, *História de la Rusia Soviética*.
- 24a - 1. *La Revolución Bolchevique (1917-1923) - La Conquista y Organización del Poder*.
- 24b - *El Orden Económico*.
- 24c - *La Rusia Soviética y el Mundo*.
- 24d - 2. *El Interregno*.
- 24e - 3. *El Socialismo en uno Solo País (1924-1926)*.
- 24f - *El Escenário; el Renacimiento Económico*.
- 24g - *La Lucha en el Partido; el Orden Soviético*.
- 24h - *Las Relaciones Exteriores:*
1. *La Unión Soviética y el Occidente*
- 24i - *Las Relaciones Exteriores:*
2. *La Unión Soviética y Oriente; la Estructura de la Comintern*
- 24j - 4. *Las Bases de una Economía Planificada - El Orden Económico:*
1. *Agricultura y Indústria*.
- 24i - 4. *Las Bases de una Economía Planificada - El Orden Económico:*
2. *Trabajo, Comercio y Distribucion, Hacienda, Planificación*.
- 24m - 4. *Las Bases de una Economía Planificada - El Orden Económico:*
3. *El Partido Gubernante: el Estado Soviético*.
- 24n - 4. *Las Bases de una Economía Planificada - El Orden Económico:*
4. *Las Relaciones Exteriores*.
- Os vários volumes da Obra de Carr foram editadas, em espanhol, pela Alianza Editorial, Madrid, desde 1972.
25. CARR, E.H., *A Revolução Russa, de Lênin a Stálin*, Editora Zahar, RJ, 1969.
26. CASTORIADIS, Cornélius, "O Papel da Ideologia Bolchevique no Nascimento da Burocracia", in *Experiência do Movimento Operário*, Editora Brasiliense, SP, 1983.
27. CERUTI, M. "O Materialismo Dialético e a Ciência nos anos 30", in HOBBSBAWN, Eric (org), *História do Marxismo*, vol. IX, op. cit.
28. CHESTOV, V. *O PCUS e o Estado na Sociedade Socialista Desenvolvida*, Editorial Progreso, Moscou, 1981.
29. CLAUDIN, Fernando, *A Crise do Movimento Comunista* (V.1: A Crise da Internacional Comunista; V.2: O Apogeu do Stalinismo), Editora Global, SP, 1985-1986.
30. COHEN, Stephen, *Bukharin, uma Biografia Política, 1888-1938*, Editora Paz e Terra, RJ, 1990.
31. COMITÉ CENTRAL DO PC (b) da URSS, *História do Partido Comunista (bolchevique) da URSS*, Edições Povo e Cultura, Lisboa, 1974-1975.
32. DASSU, M., "Frente Unica e Frente Popular: o VII Congresso Internacional Comunista", in HOBBSBAWN, Eric (org), *História do Marxismo*, vol. VI, op. cit.
33. DAVIES, Joseph, *Missão em Moscou*, Editorial Calvino, RJ, 1943.
34. DAVIES, R.W., "As opções Econômicas da

- URSS", in HOBBSBAWN, Eric (org), *História do Marxismo*, vol. VII, op. cit.
35. DEUTSCHER, Isaac, "Mitos da Guerra Fria", in HOROWITZ, David (org), op., cit.
36. DEUTSCHER, Isaac, *Stálin, uma Biografia Política*, Editora Paz e Terra, RJ, 1968.
37. DEUTSCHER, Isaac, *Trotsky (V. 1: O Profeta Armado; V. 2: O Profeta Desarmado; V. 3: O Profeta Banido)*, Editora Paz e Terra, RJ, 1968.
38. DEUTSCHER, Isaac, "A Falência do Kruschevismo", in DEUTSCHER, Isaac, e outros, *Problemas e Perspectivas do Socialismo*, Editora Zahar, RJ, 1968.
39. DIATCHENKO, Vitali, *Os Primeiros Passos do Poder Soviético*, Edições Avante, Lisboa, 1975.
40. DJILAS, Milovan, *Conversações com Stálin*, Editora Globo, Porto Alegre, 1964.
41. DJILAS, Milovan, *A Nova Classe, uma Análise do Sistema Comunista*. Editora Agir, RJ, 1964.
42. EREMBURG, Ilhia, *Memórias, 1891-1953*, Editora Civilização Brasileira, RJ, 1964.
43. FERNANDES, Luiz, "O Marxismo e a Discussão Sobre a Natureza da Sociedade Soviética", in AMAZONAS, João, e outros, op. cit.
44. FERNANDES, Luiz, *O Outro Lado do Imperialismo: a Reintegração da Economia Soviética no Mercado Capitalista Mundial*, tese de mestrado apresentada ao Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, mimeo, RJ, 1989.
45. FIGUERES, Leo, *O Trotskismo*, Editorial Stampa, Lisboa, 1971.
46. FINZI, R., "Lênin, Taylor, Sthakanov: O Debate Sobre a Eficiência Econômica Após Outubro", in HOBBSBAWN, Eric (org), *História do Marxismo*, vol. VII, op. cit.
47. GERRATANA, V., "Stálin, Lênin e o marxismo-leninismo", in HOBBSBAWN, Eric (org), *História do Marxismo*, vol. IX, op. cit.
48. GETZLER, I., "Outubro de 1917: o Debate Marxista Sobre a Revolução na Rússia", in HOBBSBAWN, Eric (org), *História do Marxismo*, vol. V, op. cit.
49. GETZLER, I., "Martov e os Mencheviques Antes e Depois da Revolução", in HOBBSBAWN, Eric (org), *História do Marxismo*, vol. V, op. cit.
50. GITLIN, Todd, "Contra-insurreição: Mito e Realidade na Grécia", in HOROWITZ, David (org.), op. cit.
51. GITTINGS, John, "As Origens da Política Externa da China", in HOROWITZ, David (org.), op. cit.
52. GORBACHOV, Mikhail, "Relato Sobre a Convocação do XXVII Congresso Ordinário do PCUS", in *URSS - Uma Nova Etapa*, Editora Revan, RJ, 1985.
53. GORBACHOV, Mikhail, *Perestroika: Novas Idéias para Meu País e o Mundo*, Editora Best Seller, SP, 1987.
54. GORBACHOV, Mikhail, "Intervenção de Abertura do Secretário Geral do CC do PCUS", in *Perestroika, a Renovação do Socialismo*, documentos da 19ª Conferência Nacional do PCUS, 1988, Edições Novos Rumos, SP, s/d.
55. GORKI, Máximo, *Lenine*, Edições O Oiro do Dia, Porto, 1980.
56. GRUPPI, Luciano, *O Pensamento de Lênin*, Editora Graal, RJ, 1979.
57. HÁJEK, M., "O Comunismo de Esquerda", in HOBBSBAWN, Eric (org), *História do Marxismo*, vol. VI, op. cit.
58. HÁJEK, M., "A Discussão Sobre a Frente Única e a Revolução Abortada na Alemanha", in HOBBSBAWN, Eric (org), *História do Marxismo*, vol. VI, op. cit.
59. HÁJEK, M., "A Bolchevização dos Partidos Comunistas", in HOBBSBAWN, Eric (org), *História do Marxismo*, vol. VI, op. cit.
60. HEGEDUS, A., "A Construção do Socialismo na Rússia: o Papel dos Sindicatos, a Questão Camponesa e a 'Nova Política Econômica'", in HOBBSBAWN, Eric (org), *História do Marxismo*, vol. VII, op. cit.
61. HEGEDUS, A., "A Questão Agrária", in HOBBSBAWN, Eric (org), *História do Marxismo*, vol. IV, op. cit.
62. HILL, Christopher, *Lênin e a Revolução Russa*, Editora Zahar, RJ, 1963.
63. HOBBSBAWN, Eric (org.), *História do Marxismo* (12 volumes), Editora Paz e Terra, RJ, 1983 a 1989.
64. HOBBSBAWN, Eric, "Os Intelectuais e o Antifascismo", in HOBBSBAWN, Eric (org), *História do Marxismo*, vol. IX, op. cit.
65. HOROWITZ, David (org.), *Revolução e Repressão*, Editora Zahar, RJ, 1969.
66. HOXHA, Enver, *Los Jruschovistas - Memórias*, Editora "8 Nentori", Tirana, 1980.
67. HOXHA, Enver, "Estratégia e Tática de Kruchov a Nível Interno da União Soviética", in AMAZONAS, João e outros, op. cit.
68. HOXHA, Enver, "O Revisionismo Contemporâneo no Poder, Nova Arma da Burguesia Contra a Revolução e o Socialismo", in AMAZONAS, João e outros, op. cit.
69. HOXHA, Enver, "O Projeto de Império", in AMAZONAS, João e outros, op. cit.
70. HOXHA, Enver, *El Imperialismo y la Revolucion*, Editora "8 Nentori", Tirana, 1979.
71. INSTITUTO MARX-ENGELS-LENINE, *Lênin, sua Vida e sua Obra*, Editora Vitória, RJ, 1945.
72. INSTITUTO MARX-ENGELS-LENINE, *Stálin, Traços Biofráficos*, Editorial Calvino, RJ, 1946.
73. JOHNSTONE, M., "Lênin e a Revolução", in HOBBSBAWN, Eric (org), *História do Marxismo*, vol. V, op. cit.
74. JOHNSTONE, M., "Um Instrumento Político de Tipo Novo: o Partido Leninista de Vanguarda", in HOBBSBAWN, Eric (org), *História do Marxismo*, vol. VI, op. cit.
75. KAUTSKY, Karl, *A Ditadura do Proletariado, e LÊNIN, Vladimir I., A Revolução Proletária e o Renegado Kaustky*, Editora Ciências Humanas, SP, 1979.
76. KNEI-PAZ, B., "Trotsky: a Revolução Permanen-

- te e a Revolução do Atraso", in HOBBSAWN, Eric (org), *História do Marxismo*, vol. V, op. cit.
77. KOCHAN, Linel, *Origens da Revolução Russa, 1890-1918*, Editora Zahar, RJ, 1968.
78. KRUCHOV, Nikita, *O Que é Stalinismo*, Editora Vitória, RJ, 1956.
79. KRUCHOV, Nikita, "Discurso Perante o XX Congresso do PCUS", 25.2.1956, in MILLS, C. Wright, op. cit.
80. LEFORT, Claude, *A Invenção Democrática - os Limites do Totalitarismo*, Editora Brasiliense, SP, 1983.
81. LÊNIN, Vladimir I., *Sobre o Direito das Nações à Dispor de Si Próprias*, Editorial Estampa, Lisboa, 1975.
82. LÊNIN, Vladimir I. "Os Movimentos de Libertação Nacional e a Revolução Socialista", in MILLS, C. Wright, op. cit.
83. LÊNIN, Vladimir I., *O Estado e a Revolução*, in Obras Escolhidas, V. 2, Editora Alfa-Omega, SP, 1980.
84. LÊNIN, Vladimir I.:
- 84a - *As Teses de Abril*
- 84b - *Cartas de Longe*
- 84c - *Cartas Sobre Tática*
- 84d - *As Tarefas do Proletariado em Nossa Revolução*
- 84e - *A Catástrofe que nos Ameaça e Como Lutar Contra Ela*
- 84f - *As Tarefas Imediatas do Governo Soviético*
- 84g - *As Eleições à Constituinte e a Ditadura do Proletariado*
- 84h - *A Crise do Partido*
- 84i - *O Esquerdismo, Doença Infantil do Comunismo*
- 84j - *À População*
- 84l - *Sobre a Democracia e a Ditadura*
- 84m - *Que é o Poder Soviético*
- 84n - *Contribuição ao Problema da Ditadura*
- 84o - *Carta ao Congresso*
- 84p - *Páginas do Diário*
- 84q - *Sobre a Cooperação*
- 84r - *Como Deve Ser Organizado a Inspeção Operária e Camponesa*
- 84s - *Mais Vale Pouco e Bom*
- 84t - *Sobre o Imposto em Espécie*
- Existem várias edições destas obras, individualmente ou em coletâneas.
85. LÊNIN, Vladimir I., *Sobre os Sindicatos*, Editora Polis, SP, 1979.
86. LÊNIN, Vladimir I., "Europa Atrasada e Ásia Adiantada", in MILLS, C. Wright, op. cit.
87. LEVESQUE, Jacques, *O Conflito Sino-Soviético*, Estudios Cor, Lisboa, 1974.
88. LEWIN, M., "Para uma Conceituação do Stalinismo", in HOBBSAWN, Eric (org), *História do Marxismo*, vol. VII, op. cit.
89. LIEBICH, A., "Os Mencheviques Diante da Construção da URSS", in HOBBSAWN, Eric (org), *História do Marxismo*, vol. VII, op. cit.
90. LUDWIG, Emil, *Stálin*, Editorial Calvino, RJ, 1943.
91. LUKÁCS, Georg, "Carta Sobre o Stalinismo", in KONDER, LEANDRO, *Lukács* (antologia), LPM, Porto Alegre, 1980 (contém trecho da "Carta"). Também: Revista Civilização Brasileira, Caderno Especial nº 1, novembro de 1967.
92. LUXEMBURGO, Rosa, *Textos Escolhidos*, seleção de textos, introdução e notas de Gilvert Badia, Editora Estampa, Lisboa, 1977.
93. LUXEMBURGO, Rosa, *A Revolução Russa*, in Vários Autores, Rosa a Vermelha, op. cit.,
94. LUXEMBURGO, Rosa, "Reforma Social ou Revolução", in LUXEMBURGO, Rosa, *Textos Escolhidos*, op. cit.
95. MACNEAL, R., "As Instituições da Rússia de Stálin", in HOBBSAWN, Eric (org), *História do Marxismo*, vol. VII, op. cit.
96. MANDEL, Ernest, *Além da Perestroika - a Era Gorbachov e o Despertar do Povo Soviético* (2 vols), Editora Busca Vida, SP, 1989.
97. MARCUSE, Herbert, *Marxismo Soviético - uma Análise Crítica*, Editora Saga, RJ, 1969.
98. MÁREK, F. "Sobre a Estrutura Mental de Stálin", in HOBBSAWN, Eric (org), *História do Marxismo*, vol. VII, op. cit.
99. MÁREK, F., "A Desagregação do Stalinismo", in HOBBSAWN, Eric (org), *História do Marxismo*, vol. X, op. cit.
100. MEDVEDEV, R.A., "O Socialismo em um Só País", in HOBBSAWN, Eric (org), *História do Marxismo*, vol. VII, op. cit.
101. MEDVEDEV, Roy, *Os Últimos Dias de Bukharin*, Editora Paz e Terra, RJ, 1985.
102. MEDVEDEV, Roy, *Era Inevitável a Revolução Russa?*, Editora Civilização Brasileira, RJ, 1978.
103. MILLS, C. Wright, *Os Marxistas*, Editora Zahar, RJ, 1968.
104. NAIR, K. e outros, *Crítica de la Economía Política, V. 2: La Naturaleza de los Países del Este*. Editorial Fontama, Barcelona, 1977.
105. NAIR, K., "Charles Bettelheim, Subvertor de la Ciência", in NAIR, K. e outros, op. cit.
106. NETTO, José Paulo, *O que é Stalinismo*, Editora Brasiliense, SP, 1988.
107. NETTO, José Paulo, *Stálin* (Coletânea de textos), V. 29 da Coleção Grandes Cientistas Sociais, Editora Ática, SP.
108. NOVE, A., "Economia Soviética e Marxismo: Qual Modelo Socialista?", in HOBBSAWN, Eric (org), *História do Marxismo*, vol. VII, op. cit.
109. OPAT, J., "Do antifacismo aos 'socialismos reais'", in HOBBSAWN, Eric (org), *História do Marxismo*, vol. X, op. cit.
110. PROCACCI, G., "A 'Luta pela Paz' no Socialismo Internacional às Vésperas da Segunda Guerra Mundial", in HOBBSAWN, Eric (org), *História do Marxismo*, vol VI, op. cit.
111. REBERIOUX, M., "O Debate Sobre a Guerra", in HOBBSAWN, Eric (org), *História do Marxismo*

- mo, vol. IV, op. cit.
112. REED, John, *Os Dez Dias que Abalaram o Mundo*, Editora Global, SP, 1978.
113. REIMAN, M., "Os Bolcheviques Desde a Guerra Mundial até Outubro", in HOBSBAWN, Eric (org), *História do Marxismo*, vol. V, op. cit.
114. ROVIDA, G., "A Revolução e a Guerra na Espanha", in HOBSBAWN, Eric (org), *História do Marxismo*, vol. VI, op. cit.
115. SALVADORI, M.L., "A Social-Democracia Alemã e a Revolução Russa de 1905: o Debate Sobre a Greve de Massas e Sobre as 'Diferenças' Entre Oriente e Ocidente", in HOBSBAWN, Eric (org), *História do Marxismo*, vol. III, op. cit.
116. SALVADORI, M.L., "A Crítica Marxista do Stalinismo", in HOBSBAWN, Eric (org), *História do Marxismo*, vol. VII, op. cit.
117. SCHERRER, J., "Bogdanov e Lênin: o Bolchevismo na Encruzilhada", in HOBSBAWN, Eric (org), *História do Marxismo*, vol. III, op. cit.
118. Sayers, Michael, e Kahn, Albert E., *A Grande Conspiração - a Guerra Secreta contra a Rússia Soviética*, Editora Brasiliense, SP, 1959.
119. Seleunskaja, Valéria, e Tetiuchev, Vladimir, *A Verdade Sobre a Coletivização na URSS*, Editorial Progresso, Moscou, 1982.
120. SILVEIRA, Joel e Moraes Neto, Geneton, *Hitler - Stálin o Pacto Maldito*, Editora Record, RJ, 1990.
121. SOCHOR, J., "Lukács e Korsch: a Discussão Filosófica dos Anos 20", in HOBSBAWN, Eric (org), *História do Marxismo*, vol. IX, op. cit.
122. SOFRI, G., "Os Problemas da Revolução Socialista nos Países Atrasados", in HOBSBAWN, Eric (org), *História do Marxismo*, vol. VIII, op. cit.
123. SPRIANO, P., "O Movimento Comunista Entre Guerra e Pós-Guerra: 1938-1947", in HOBSBAWN, Eric (org), *História do Marxismo*, vol. X, op. cit.
124. STALIN, Joseph, *Luta Contra o Trotsquismo* (Informe à Sessão Plenária do CC do PC (b) da URSS, em 3 de março de 1937, Editora Vitória, RJ, 1949).
125. STÁLIN, Joseph, *Em Marcha para o Socialismo*, Editora Quilombos, SP, 1980.
126. STÁLIN, Joseph, *Problemas Econômicos do Socialismo na URSS*, Editora Anita Garibaldi, SP, 1985.
127. STÁLIN, Joseph, *Materialismo Dialético e Materialismo Histórico*, Editora Global, SP, 1978.
128. STÁLIN, Joseph, "Bases do Leninismo", in MILLS, C. Wright, op. cit.
129. STRADA, V., "A Polêmica Entre Bolcheviques e Mencheviques Sobre a Revolução de 1905", in HOBSBAWN, Eric (org), *História do Marxismo*, vol. III, op. cit.
130. STRADA, V., "Lênin e Trotski", in HOBSBAWN, Eric (org), *História do Marxismo*, vol. V, op. cit.
131. STRADA, V., "Da 'Revolução Cultural' ao Realismo Socialista", in HOBSBAWN, Eric (org), *História do Marxismo*, vol. IX, op. cit.
132. STRADA, V., "Do 'Realismo Socialista' ao Zhdanovismo", in HOBSBAWN, Eric (org), *História do Marxismo*, vol. IX, op. cit.
133. TAYLOR, A. J. P., *Origens da Segunda Guerra Mundial*, Editora Zahar, RJ, 1964.
134. TELO, M., "Bukharin: Economia e Política na Construção do Socialismo", in HOBSBAWN, Eric (org), *História do Marxismo*, vol. VII, op. cit.
135. THOMAS, Hugh, *Armed Truce, The Beginnings of the Cold War, 1945-1946*, Atheneum, Nova York, 1987.
136. TOGLIATTI, Palmiro, "Respostas a Nove Perguntas Sobre o Stalinismo", in MILLS, C. Wright, op. cit.
137. TILBERT, G., "A Propósito de la Naturaleza de la URSS", in NAIR, K. e outros, op. cit.
138. TROTSKI, Leon, "Teoria da Revolução Permanente", in MILLS, C. Wright, op. cit.
139. TROTSKI, Leon, *História da Revolução Russa*, Editora Paz e Terra, RJ, 1978 (três volumes).
140. TROTSKI, Leon, *Minha Vida, Ensaio Autobiográfico*, Editora José Olympio, RJ, 1942.
141. TROTSKI, Leon, *A Revolução Traída*, Editora Global, SP, 1980.
142. TROTSKI, Leon, "Tesis Sobre la Situación Económica de la Rusia Soviética desde el Punto de Vista de la Revolución Socialista" (teses apresentadas ao IV Congresso da Internacional Comunista, em 1.12.1922, in Nair, K, op. cit.
143. Vários autores, *Rosa a Vermelha*, Editora Busca Vida, SP, 1988.
144. Vários autores, *URSS, a Caminho da Sociedade Comunista*, Editorial Estampa, Lisboa, 1975.
145. VAZQUES, Adolfo Sanches, *As Idéias Estéticas de Marx*, Editora Paz e Terra, RJ, 1978.
146. WALTER, Gerard, *Lênin*, Ediciones Grijalbo, Barcelona, 1974.
147. WEBB, Sidney James e WEBB, Beatrice, *URSS: Uma Nova Civilização*, Editorial Calvino, RJ, 1945.
148. WILLET, J., "Arte e Revolução", in HOBSBAWN, Eric (org), *História do Marxismo*, vol. IX, op. cit.
149. Williams, William Appleman, "Intervenção Americana na Rússia, 1917-1920", in HOROWITZ, David (org), op. cit.
150. ZDANOV, Andrei, *Sur la Litterature, la Philosophie et la Musique*, Les Editions de la Nouvelle Critique, Paris, 1950.
151. ZDANOV, Andrei, Discurso ao I Congresso dos Escritores Soviéticos (17.8.1934) in FREDERICO, Celso, *Fundamentos Sociológicos da Educação*, UFSCAR, Centro de Educação e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Educação, S. Carlos, 1986.
152. Revista Civilização Brasileira, Caderno Especial, n.º 1 - Novembro de 1967. ■

Aviso aos navegantes

URSS - Ascensão e queda. Luís Fernandes, São Paulo, 1991, Editora Anita Garibaldi, 270 págs.

A leitura de todo livro lembra uma viagem. Viagem pelas idéias, pela narrativa, pelas representações ou pelos devaneios do seu autor. Este livro é, também, uma viagem pelo tempo. Uma análise da evolução das relações econômicas da União Soviética com o mundo capitalista, da vitória da revolução soviética em 1917 até a *débâcle* do antigo campo socialista formado em torno da URSS nos dias de hoje. Aos que se dispõem a navegar comigo pelas páginas que seguem, endereço as seguintes linhas de introdução e aviso.

Este livro tem como base a tese de mestrado que defendi no Programa de Ciência Política do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) em outubro de 1989, com o título *O Outro Lado do Imperialismo: a Reintegração da Economia Soviética no Mercado Capitalista Mundial*. Culminando quase dez anos de estudos e pesquisas, a tese indicava que o bloco de países liderados pela União Soviética, apesar da sua retórica antiimperialista, vinha trilhando um caminho de crescente *reintegração* no mercado mundial da "era do imperialismo" e reproduzindo, nesta base, relações econômicas que os autores marxistas do início do século (inclusive Lênin) haviam caracterizado como "típicas" do imperialismo capitalista.

A tese foi defendida em meio ao vendaval que sacudiu o antigo "bloco soviético" no leste europeu, varrendo-o do mapa político deste fim de século.

Apesar da sua profundidade, rapidez e (para muitos) imprevisibilidade, o "terremoto" no leste não invalidou as análises substantivas e hipóteses teóricas fundamentais sustentadas na tese.

As mudanças operadas se enquadravam no esquema teórico e analítico ali desenvolvido, o que não deixa de ser significativo, já que para muitos analistas, sobretudo no campo da esquerda, elas haviam constituído a mais completa surpresa.

Mas, o colapso do "bloco soviético" em 1989, e a desagregação da própria URSS em 1991, esvaziaram, em parte, a atualidade *política* do enfoque original da tese.

Afinal, o bloco que se apresentava como alternativa mundial ao "capitalismo imperialista" deixou de existir, e os novos governos dos estados que o compunham passaram a assumir abertamente a perspectiva de integração no mundo capitalista com todas as suas conseqüências.

Apesar disto, a análise substantiva e a pesquisa empírica realizadas ganharam relevância política e teórica em outro sentido - o de fornecer pistas para analisar e compreender as contradições estruturais (e as respostas políticas por elas suscitadas) que acaba-



ram determinando a derrota e o retrocesso do primeiro ciclo de revoluções socialistas no mundo. E dentro desta análise histórica, acompanhar, em particular, a economia política das relações dos primeiros estados socialistas (sobretudo a URSS) com o mundo capitalista.

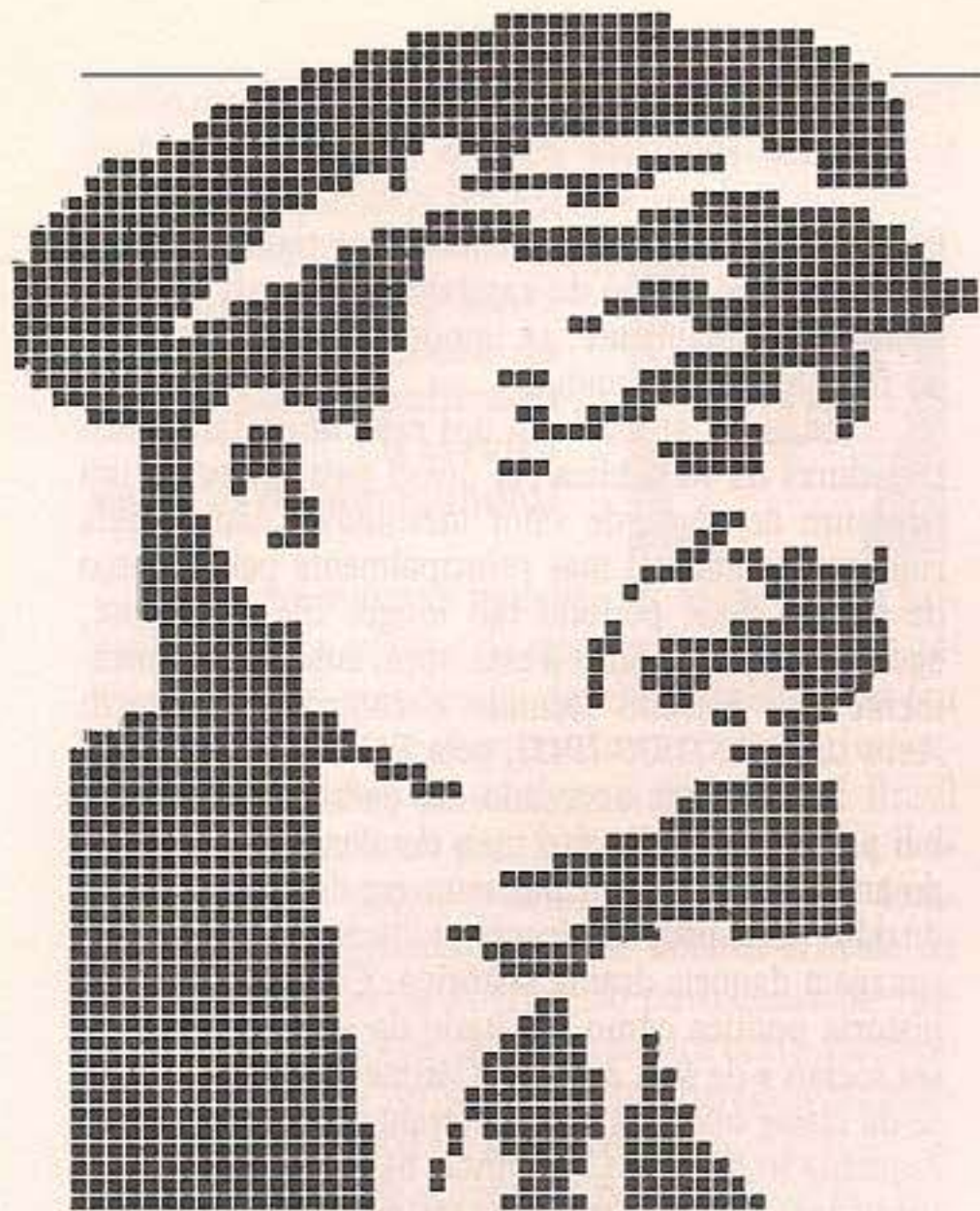
Assim, este livro reelabora o trabalho da tese pela ótica da "crise do socialismo". Em função disto, deixei de fora o segundo e o terceiro capítulos originais, que acompanhavam o debate teórico sobre o "imperialismo" até os dias de hoje e situavam, nessa base, a polêmica sobre o suposto "caráter imperialista" da URSS no mundo contemporâneo.

Deixei de fora, igualmente, o quinto capítulo da tese, que examinava mais detidamente os mecanismos de exportação de capital utilizados pela URSS e o seu impacto e significado. Para quem tiver interesse no estudo específico dessas questões, indico a leitura da própria tese original, disponível na biblioteca do IUPERJ.

Por outro lado, incorporei a este livro o material de pesquisa e reflexão de um trabalho elaborado para o curso "Experiências Industriais Comparadas" do Instituto de Economia Internacional da UFRJ em 1990 (já sob impacto direto das mudanças no Leste) com o título *Ascensão e Queda do Paradigma da Industrialização Soviética*.

Há dois séculos atrás, Kant reconhecia que a leitura das obras empiristas de David Hume o haviam "despertado do sono metafísico". De forma semelhante, a "crise do Leste" nos últimos anos serviu para despertar o pensamento marxista (ou, pelo menos, parte dele) para a identificação de problemas fundamentais da experiência socialista que permaneciam ofuscados, até aqui, por boa dose de "sono dogmático". Este trabalho, assim, se insere no esforço de enfrentar a crise do socialismo de frente, com espírito aberto, dialético, crítico e autocrítico, mas sem cair na tentação das explicações e respostas fáceis, ou na desorientação da perda completa de referenciais teóricos e políticos.

Cabem aqui, também, algumas considerações sobre os conceitos de "economia política" emprega-



dos neste livro. Como é indicado em inúmeros manuais especializados, o termo "economia política" é derivado de duas palavras gregas - *politeia* e *oikonomia*. *Politeia* significa "organização social". A palavra *oikonomia*, por sua vez, é formada por outras duas - *oikos*, significando casa ou administração doméstica, e *nomos*, que significa lei. O termo "economia política" surge pela primeira vez no século XVII, associado ao desenvolvimento do pensamento econômico clássico burguês, e era identificada por este como a própria "ciência da economia". Na tradição do pensamento marxista, o termo se refere ao "estudo das leis que regem a produção social e a distribuição dos bens materiais nas diferentes fases de desenvolvimento da humanidade".

Esta utilização do termo aparece, neste livro, sobretudo no capítulo II, que acompanha a discussão de autores marxistas sobre a relação entre as leis de desenvolvimento da economia capitalista e o advento do "imperialismo" na segunda metade do século XIX. Ela aparece igualmente no restante do livro, como "economia política do socialismo", ao abordar as contradições e os desafios da experiência da construção socialista na URSS. Mas a tônica, aqui, é o acompanhamento das *políticas* elaboradas pela liderança soviética para enfrentar estes problemas, principalmente no que se refere às relações econômicas com um mundo ainda dominado pelo capitalismo.

Neste terreno, a discussão se concentra no que a terminologia marxista define como *política econômica*, que, por sua vez, reage sobre a "economia política" do socialismo. Como a ênfase é na política econômica *externa* da URSS (em particular, nas suas relações com o mercado *capitalista* mundial), o estudo se enquadra numa definição mais "restrita" de economia política, empregada por Robert Gilpin, que a caracteriza como um campo de estudo da relação entre "Estado" e "Mercado". Baseado, como ele próprio

assume, em referências teóricas weberianas e valores liberais, a abordagem de Gilpin acaba, na minha opinião, superestimando a externalidade e o caráter conflituoso da relação entre ações de Estado e interesses de mercado nos países capitalistas. Os custos da manutenção do poderio militar da potência hegemônica, por exemplo, só é concebida pelo prisma da "onerabilidade" econômica. Por este prisma teórico, não se valoriza adequadamente a problemática da *conquista militar de mercados* (da qual a recente Guerra do Golfo foi um exemplo conspícuo) ou da *realização do capital* privado via compras do Estado. No caso da evolução da URSS, no entanto, trata-se efetivamente de uma relação conflituosa, já que a perspectiva socialista original da revolução soviética apontava não só para a ruptura com o capitalismo, mas também para a *superação histórica* do próprio mercado. Como evoluiu a política econômica da liderança soviética diante destes desafios e das condições históricas particulares da sua própria revolução? Com que contradições estruturais ela se deparou e como foram enfrentados? Quais as consequências disto para a própria perspectiva socialista? É esta problemática (de "economia política" definida no sentido mais restrito) que ocupa o grosso do livro, sobretudo no que toca a esfera das relações econômicas *externas* da URSS.

O segundo capítulo, a seguir, analisa o debate de diferentes autores marxistas no início do século XX sobre a relação entre o desenvolvimento capitalista e o advento do imperialismo. Em grande parte é este debate, e as conclusões dele extraídas por Lênin, que vai fundamentar a formulação da política econômica externa da URSS, e por isso ele serve de abertura para a nossa "viagem". O terceiro capítulo traça um panorama do legado econômico deixado pelo tzarismo, sobre o qual a liderança soviética teve de formular a sua estratégia de construção socialista. O quarto capítulo analisa como a liderança da URSS assumiu a experiência do "capitalismo de Estado" alemão como paradigma para a sua própria política de industrialização, diante das mudanças então em curso nas economias capitalistas centrais e das condições históricas particulares que marcaram a revolução soviética. Os capítulos V a XI analisam a evolução da política econômica externa da URSS em sete períodos diferentes: o do "comunismo de guerra", o da NEP, o dos primeiros planos quinquenais, o da formação do "campo socialista", o dos "anos Kruschov", o dos "anos Brejnev" e, finalmente, o período que vai do início da *perestroika* de Gorbachov à desagregação da própria URSS após os dramáticos acontecimentos do golpe/contra-golpe de agosto de 1991. O décimo-segundo e último capítulo discute as contradições estruturais surgidas na transição socialista da URSS e a validade/limitação histórica das respostas gestadas pelas lideranças do Leste, situando, nessa base, a discussão contemporânea sobre a "crise do socialismo".

Brasil - Anos de crise (1930 - 1945)

Brasil: Anos de Crise (1930-1945), de Edgard Carone, São Paulo, 1991, Editora Ática.

O período que vai da queda da Bolsa de Nova York, em 1929, até o fim da II Grande Guerra, em 1945, teve uma importância crucial para o mundo. Essa época assistiu ao colapso definitivo do desenho do mundo gerado na segunda metade do século XIX, foi testemunha do naufrágio do imperialismo inglês (que só não sucumbiu completamente devido à bóia em que a velha Albion se agarrou, o imperialismo norte-americano), e a resolução de suas contradições resultou no mundo bipolar das últimas quatro décadas, mundo organizado em torno dos EUA e da URSS como potências dominantes.

Para o Brasil, aqueles também foram quinze anos cruciais. As repercussões, no país, dos acontecimentos de 1929 aprofundaram a crise da economia de exportação (baseada fundamentalmente no café), ajudando a corroer as bases do arranjo oligárquico que dava o controle do poder político no país às elites agrárias e ao grande capital mercantil ligado ao comércio exterior. Além das oligarquias tradicionalmente dominantes na política brasileira, e da burguesia industrial, irromperam novos atores, como a classe média e a classe operária. A revolução de 1930, um movimento conservador conduzido por setores dissidentes da velha ordem, sinalizou um processo de mudanças profundas que mudaram a face do país. O Brasil de vocação essencialmente agrícola, acanhado e profundamente antidemocrático da República Velha começou a morrer em 1930, numa agonia longa e contraditória, agitada por uma guerra civil, uma constituição, um levante revolucionário, um golpe de Estado e uma ditadura fascista. No fim desse período, surgiu o Brasil moderno, com uma classe operária grande e atuante, que consolidou suas instâncias organizativas políticas e sindicais. Com uma indústria que

iniciou um período de crescimento vertiginoso, acentuando o predomínio do capitalismo no país - predomínio que, finalmente, se impôs na década seguinte ao fim da guerra mundial.

Edgard Carone é um dos mais importantes historiadores da República em nosso país, autor de um conjunto de obras de valor inestimável não só pela riqueza documental mas principalmente pelo esforço de síntese desse período tão longo. Ele acrescenta, agora, mais um volume a essa obra, cujo tema é justamente esse período fecundo e controverso: *Brasil: Anos de Crise (1930-1945)*, pela Editora Ática.

Solidamente ancorado em dados, Carone atribui para o conhecimento mais detalhado desse período amparando-se principalmente em documentos produzidos pelas próprias forças políticas que foram personagem daquele drama histórico. Compreendendo a história política como resultado da atuação das classes sociais e de seus agentes, Carone privilegia a análise da classe operária e das diferentes organizações da esquerda (o Partido Comunista, os trotsquistas, os reformistas), analisa a tentativa revolucionária da Aliança Libertadora em 1935, estuda a influência da Internacional Comunista e da luta contra o fascismo na esquerda brasileira. Assim, Carone analisa a política oficial getulista (a reação dos anos 30, a perseguição aos comunistas e aos revolucionários, e mais tarde a aproximação com os sindicalistas e a criação de um movimento trabalhista) como reação das elites brasileiras à atuação dos militantes operários e revolucionários no país.

Numa época em que proliferam, entre os especialistas em história, temas voltados às modas estrangeiras, que privilegiam aspectos (de importância inegável mas secundária) ligados ao comportamento e à ação individual dos agentes históricos, o lançamento de uma obra como esta é animador: ela mostra que a grande história, a história das tendências gerais, dos movimentos das classes, da importância política fundamental da ação dos homens, está em pé e dá frutos.

José Carlos Ruy



Jornalistas e revolucionários

“Jornalistas e Revolucionários. Nos tempos da Imprensa Alternativa”, de Bernardo Kucinski, Scritta Editorial, São Paulo, 1991, 399 págs.

O jornalista Bernardo Kucinski aparentemente reunia as credenciais básicas para realizar um estudo sério investigativo e interpretativo sobre o fenômeno da chamada imprensa alternativa, que se desenvolveu no país sobretudo nos anos que se seguiram ao golpe militar de 1964. Kucinski foi colaborador de *Opinião*, um dos fundadores do *Movimento* e fundador e primeiro editor do jornal *Em Tempo*, além de ser considerado profissional sério e persistente na busca dos fatos. Contrariando tudo isso, porém, ele produziu um trabalho originalmente uma tese de doutorado apresentada à Escola de Comunicações e Artes da USP e agora lançado em livro que se caracteriza por flagrante primarismo político, em termos de análise e interpretação, e pela frequente inexatidão, do ponto de vista factual.

A tese básica de Kucinski - que já está fazendo escola em certos meios e sendo amplamente acolhida e repercutida por veículos como a revista *Veja* - é a de que os grandes veículos da imprensa alternativa, entre eles *Opinião* e *Movimento*, acabaram não por causa das dificuldades de toda ordem causada pela ditadura militar, como a censura prévia, os atentados terroristas de que foram vítimas e os prejuízos financeiros decorrentes desta pressão, mas como resultado da ação dos partidos políticos de esquerda que, segundo o autor, manipularam permanentemente os jornais, até a sua completa exaustão.

Opinião foi fruto da mobilização e amadurecimento de vários setores que naquele instante se articulavam contra o regime militar e que consideravam importante conquistar terreno também no plano institucional, apesar da asfixia geral provocada pela ditadura.

Jogaram papel destacado neste projeto desde segmentos empresariais representados pelos empresários Fernando Gasparian e Eurico Amado, passando por um destacado grupo de jornalistas combativos, tendo à frente Raimundo Rodrigues Pereira, até partidos políticos revolucionários postos na clandestinidade, como Ação Popular e PC do Brasil.

Bernardo Kucinski nem de longe destaca como *Opinião*, mesmo sendo censurado a partir da edição de número nove, furou várias vezes a grande imprensa. Cutucou a repressão terrorista e os “acidentes” por ela criados para justificar o desaparecimento e a morte de presos políticos, através de sucessivas notas publicadas nos números 2, 9, 12, 13, 14, 15, procurando, dentro de seus limites, mostrar como os fatos se repetiam e se ligavam, coisa que a grande imprensa nunca fazia. Na edição de número 22 - e não na de número 24 como informa o livro de Kucinski - foi o único jornal que noticiou a missa na Catedral da Sé, em São Paulo, e que reuniu mais de 3 mil pessoas no final de março de 1973, por motivo da morte do

estudante de geologia da USP, Alexandre Vanucchi Leme, assassinado pela polícia política paulista.

As bases da frente política que sustentava *Opinião* foram ameaçadas no processo sucessório do general Médici, quando se definiu que seu substituto seria o então presidente da Petrobrás, general Ernesto Geisel. Este encetou várias manobras visando quebrar o isolamento político do regime, acenando com a famosa abertura lenta, gradual e segura. Neste novo quadro, acirrou-se a luta pela hegemonia dentro do jornal, tendo a posição diante do novo governo como pano de fundo (Geisel tomou posse em março de 1974). Fernando Gasparian acabou apelando para o recurso definitivo na tentativa de impor sua hegemonia: em princípios de 1975, numa atitude brusca e unilateral, demitiu o editor Raimundo Pereira, em caráter irrevogável. A redação e a maioria dos colaboradores não apoiaram a atitude de Gasparian. Bernardo Kucinski, de forma absolutamente irresponsável, atribui esta crise do jornal a uma suposta “orientação partidária” do PCdoB para que fosse rompida a aliança com Gasparian.

Esta tese é inteiramente falsa, pois quem participou do jornal sabe perfeitamente do esforço feito para não se romper a aliança com Gasparian, mantida a linha de oposição ao regime. E mesmo após a demissão de Raimundo Pereira realizaram-se sucessivas negociações no sentido de não se aguçarem as contradições com Gasparian, a exemplo da posição assumida pela maioria da redação do jornal que, numa decisão eminentemente política, decidiu não ingressar na Justiça do Trabalho contra a empresa que editava *Opinião*. Bernardo Kucinski sabe perfeitamente - mas não relata - que Fernando Gasparian teve na época problemas com personalidades expressivas como o editor Ênio Silveira, o poeta Moacir Félix (que se demitiu da Editora Paz e Terra, controlada por Gasparian) e o ex-deputado Max da Costa Santos, que também se desligou da Paz e Terra para fundar a Editora Graal.

Para mim não há dúvida de que a equipe que deixou *Opinião* somente teve sucesso em organizar o semanário *Movimento* e arrecadar recursos para financiar o novo projeto porque manteve a proposta básica de oposição ao regime militar. Contrariando, portanto, inteiramente a tese de Bernardo Kucinski, os partidos políticos - entre eles o PCdoB - que trabalharam pela manutenção da unidade política em torno da oposição à ditadura militar, contribuíram decisivamente para a continuidade da experiência de *Opinião*, através do jornal *Movimento*, lançado em julho de 1975 e que saiu de circulação em novembro de 1981.

Muito teríamos a dizer sobre a história de *Movimento* para desmontar a mesma linha de explicação político-conspiratória de Bernardo Kucinski e retificar inúmeros dados. Deixemos isso para outra ocasião, mas fique o nosso alerta: acautelem-se os leitores quanto às interpretações e informações difundidas no livro de Bernardo Kucinski.

Luiz Marcos Gomes

SAUDAÇÃO

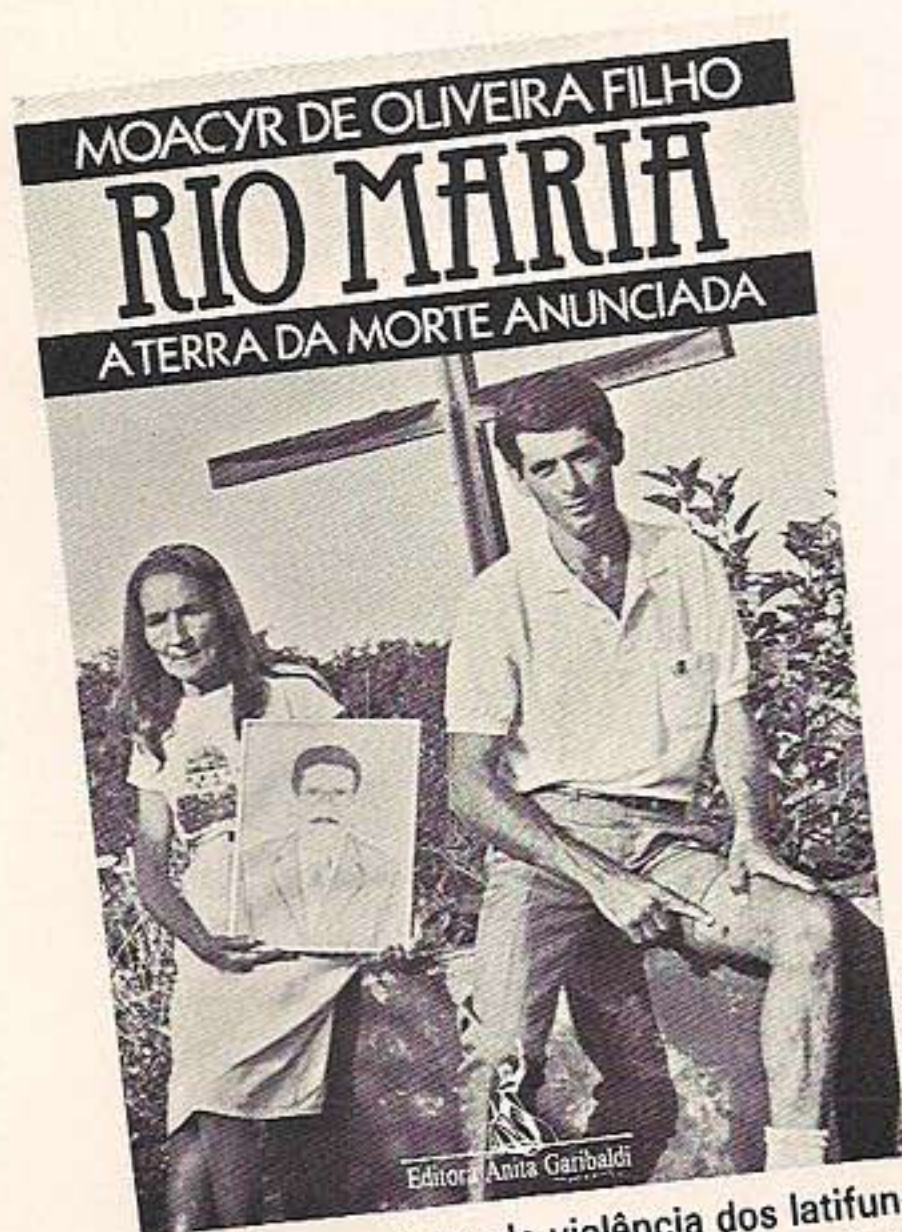
Os velhos deuses morreram,
 Evoé Baco, o sempiterno
 Evoé Baco, o que vive
 Evoé Baco, Dionisius, Satã
 Princípio Ativo, Eloihn, o deus da beleza
 e do fogo,
 Evoé todos os deuses
 filhos diletos do homem, Evoé faces esplêndidas
 Evoé desejo de perfeição, de superação, de negação
 do que está posto em sossego
 Evoé potências infinitamente elevadas do que somos
 Evoé dialética, Evoé vinho e sexo,
 Evoé machos de rijo corpo, Evoé fêmeas
 possantes, insaciáveis, loucas,
 Evoé a conjunção de tudo o que somos,
 Evoé mundo estilhaçado,
 Evoé fadas e dragões em exílio,
 Evoé todos os deuses já sonhados,
 rito tântrico, cabala
 Evoé busca de compreensão, Evoé
 aos navegantes
 que mostraram serem outros os terrenos do mar,
 Evoé mundo retalhado,
 Evoé ódio de classe
 Evoé revoluções - ainda que traídas, pisoteadas
 Evoé revoluções - ainda que traídas, pisoteadas
 Evoé revoluções, deusas sangrentas como parteiras,
 e amantes ferozes que nos consomem até o bagaço,
 que dormem com outros homens
 enquanto estiolamos sangue e lava e poemas
 para ficar vivos, ainda
 Evoé luta armada, guilhotina,
 fuzilamentos de traidores
 execuções em massa de canalhas,
 Evoé aos mortos em combate, aos poetas estraçalhados

aos poetas que afrontam o absurdo, o cinzento,
 que deitaram-se lado a lado com o horror,
 que morreram em barricadas, em poços de fel curtido,
 tonéis de cachaça,
 que traduziram este mundo, este mundo
 de aço, feridas, grandes fomes e fábricas, viagens
 Evoé Walt Whitmann e Maiakovsky, Evoé Pessoa
 e Neruda
 Evoé Borges e Brecht, vizinhos inconciliáveis
 - por que foram da ânsia do mundo
 o que o leito é para o oceano
 Evoé aos que combatem a barbárie, aos que
 na voragem da revolução
 foram muitas vezes cruéis e insensatos,
 intolerantes, loucos pelo que criam
 pelo que apaixonadamente sabiam certo
 Evoé aos que provaram ser o homem a matéria suprema,
 Evoé Hegel, Evoé Marx,
 Evoé aos que reconciliaram a paixão e a ciência
 Evoé aos que sempre combateram os deuses,
 Evoé Lênin, não ficavas mesmo bem em casacas de
 chumbo!
 Evoé aos que dinamitaram, enfim, o parapeito
 das pontes
 e injetaram 100 mil volts em nossa corrente sanguínea
 Evoé novas revoluções
 que arrancarão de cada século sua jóia mais pura,
 Evoé aos que dão o sangue
 para que as bandeiras permaneçam vermelhas
 Evoé aos cantares, palavras, lutas, atos
 do homem, eterno movimento,
 Evoé ao que ousaremos de mais belo,
 Evoé ao futuro,
 que brande sua espadas de jóias,
 terrível ceifadeira e canta
 com toda potência de seu corpo-fêmea.

Itamar Pires



LANÇAMENTOS DA EDITORA ANITA GARIBALDI



Uma denúncia contundente da violência dos latifundiários contra os camponeses que lutam pela reforma agrária.
Preço: Cr\$ 4.100,00



Uma leitura indispensável para compreender as profundas transformações ocorridas na URSS.
Preço: Cr\$ 10.000,00

Faça seu pedido hoje mesmo! Envie vale postal ou cheque nominal à Editora Anita Garibaldi Ltda.
Rua dos Bororós, 51 - 1.º andar - CEP 01320 - Telefone (011) 278-3220 - São Paulo - SP

Para compras no atacado, consulte nossos descontos e prazos.

PRINCÍPIOS

COMBATA A INFLAÇÃO! ASSINE PRINCÍPIOS. A Revista **Princípios** não teme debater a crise que o socialismo enfrenta. Resgata suas virtudes e critica os erros e insuficiências, na certeza de retomar a construção de um mundo com o proletariado à frente. Reforce esta idéia. Assine **Princípios** e recomende aos amigos!

NOME _____

ENDEREÇO _____

CIDADE _____ ESTADO _____ CEP _____

PROFISSÃO _____

Assinatura anual (4 edições) a partir do n.º Cr\$ 20.000,
Mande cheque nominal ou vale postal para Editora Anita Garibaldi Ltda. Rua dos Bororós, 51 - 1.º andar - CEP 01320 - São Paulo.

MENSAGEM A POESIA

(Extratos)

NÃO POSSO
NÃO É POSSÍVEL
DIGAM-LHE QUE É TOTALMENTE IMPOSSÍVEL
AGORA NÃO PODE SER
É IMPOSSÍVEL
NÃO POSSO.
DIGAM-LHE QUE ESTOU TRISTÍSSIMO, MAS NÃO
POSSO IR ESTA NOITE AO SEU ENCONTRO.

CONTEM-LHE QUE HÁ MILHÕES DE CORPOS
A ENTERRAR
MUITAS CIDADES A REERGUER, MUITA
POBREZA PELO MUNDO.
CONTEM-LHE QUE HÁ UMA CRIANÇA
CHORANDO EM ALGUMA PARTE DO MUNDO
E AS MULHERES ESTÃO FICANDO LOUCAS, E HÁ
LEGIÕES DELAS CARPINDO
A SAUDADE DE SEUS HOMENS; CONTEM-LHE
QUE HÁ UM VÁCUO
NOS OLHOS DOS PÁRIAS, E SUA MAGREZA
É EXTREMA; CONTEM-LHE
QUE A VERGONHA, A DESONRA, O SUICÍDIO
RONDAM OS LARES, E É PRECISO
RECONQUISTAR A VIDA.
FAÇAM-LHE VER QUE É PRECISO EU ESTAR ALERTA,
VOLTADO PARA TODOS OS CAMINHOS
PRONTO A SOCORRER, A AMAR, A MENTIR, A
MORRER SE FOR PRECISO.
PONDEREM-LHE, COM CUIDADO - NÃO A
MAGOEM... - QUE SE NÃO VOU
NÃO É PORQUE NÃO QUEIRA; ELA SABE; É
PORQUE HÁ UM HERÓI NUM CÁRCERE
HÁ UM LAVRADOR QUE FOI AGREDIDO, HÁ UMA
POÇA DE SANGUE NUMA PRAÇA. (...)

SE ELA NÃO COMPREENDER, OH PROCUREM
CONVENCÊ-LA
DESSE INVENCÍVEL DEVER QUE É O MEU; MAS
DIGAM-LHE
QUE, NO FUNDO, TUDO O QUE ESTOU DANDO É
DELA, E QUE ME



DÓI TER DE DESPOJÁ-LA ASSIM, NESTE POEMA;
QUE POR OUTRO LADO
NÃO DEVO USÁ-LA EM SEU MISTÉRIO: A HORA É DE
ESCLARECIMENTO
NEM DEBRUÇAR-ME SOBRE MIM QUANDO A
MEU LADO
HÁ FOME E MENTIRA; E UM PRANTO DE
CRIANÇA SOZINHA NUMA ESTRADA
JUNTO A UM CADÁVER DE MÃE: DIGAM-LHE
QUE HÁ
UM NÁUFRAGO NO MEIO DO OCEANO, UM
TIRANO NO PODER, UM HOMEM
ARREPENDIDO; DIGAM-LHE QUE HÁ UMA CASA
VAZIA
COM UM RELÓGIO BATENDO HORAS; DIGAM-LHE
QUE HÁ UM GRANDE
AUMENTO DE ABISMOS NA TERRA, HÁ SÚPLICAS,
HÁ VOCIFERAÇÕES
HÁ FANTASMAS QUE ME VISITAM DE NOITE
E QUE ME CUMPRE RECEBER; CONTEM A ELA DA
MINHA CERTEZA
NO AMANHÃ
QUE SINTO UM SORRISO NO ROSTO INVISÍVEL
DA NOITE
VIVO EM TENSÃO ANTE A EXPECTATIVA DO
MILAGRE; POR ISSO
PEÇAM-LHE QUE TENHA PACIÊNCIA, QUE NÃO ME
CHAME AGORA
COM SUA VOZ DE SOMBRA; QUE NÃO ME FAÇA
SENTIR COVARDE
DE TER DE ABANDONÁ-LA NESTE INSTANTE, EM
SUA IMENSURÁVEL
SOLIDÃO: PEÇAM-LHE, OH PEÇAM-LHE QUE
SE CALE
POR UM MOMENTO, QUE NÃO ME CHAME
PORQUE NÃO POSSO IR
NÃO POSSO IR
NÃO POSSO (...)

